CRCRO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA

Relatório de Gestão 2016

2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia - CRCRO do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

Porto Velho, 31 de março de 2016

SUMÁRIO

Apresentação

1. Visão Geral Da Unidade **7**
1.1 Finalidade e Competências 7
1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade 8
1.3 Organograma 9

2 **Planejamento Organizacional e Resultados** **11**
2.1 Planejamento organizacional 12
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício 13
2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos 16
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos 17
2.3 Desempenho Orçamentário e Operacional 17
2.3.1 Execução física e financeira das ações do Orçamento e Resultados Operacionais alcançados 18
2.3.2 Execução descentralizada com transferência de recursos 23
2.3.3 Informações sobre a realização das receitas 23
2.3.4 Informações sobre a execução das despesas 26
2.4 Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização 30
2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho 32

3 Governança, Gestão de Risco e Controles Internos **43**
3.1 Descrição das estruturas de governanças 43
3.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados 44
3.3 Atuação da unidade de auditoria interna 45
3.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos 45
3.5 Gestão de riscos e controles internos 45
3.6 Políticas de remuneração dos administradores e membros de colegiados 45
3.7 Informações sobre a empresa de auditória independente contratada 46

4 Áreas Especiais da Gestão **46**
4.1 Gestão de Pessoas 46
4.1.1 Estrutura de Pessoal 46
4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal 50
4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal 51
4.1.4 Contratação de mão de obra temporária 51
4.1.5 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas 51
4.2 Gestão de tecnologia da informação 53
4.2.1 Principais Sistemas de Informação 54

5 Relacionamento com a Sociedade **54**
5.1 Canais de acesso do cidadão 54
5.2 Afeição do grão de satisfação dos cidadãos-usuários 56
5.3 Mecanismo de transparência das informações relevantes sobre atuação da unidade 57
5.4 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações 58

6 Desempenho Financeiro e Informações Contábeis **59**
6.1 Desempenho financeiro no exercício 59

6.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	60
6.3	Sistemática de apuração de custo no âmbito da unidade	60
6.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e Notas Explicativas	60
7	**Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle**	61
7.1	Tratamento de determinação e recomendações do TCU	61
7.2	Tratamento de recomendações do Órgãos de Controle Interno	61
7.2.1	Tratamento das recomendações da Câmara de Controle Interno (CCI)	61
7.2.2	Tratamento das recomendações das Recomendações da Auditória Externa e CCI/CFC	61
7.2.3	Acompanhamento das deliberações do TCU e CCI	64
7.3	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	64
8	**Outras Informações Relevantes**	64
9	**Anexos e Apêndices**	66

Lista de abreviações e siglas

CCI	Coordenadoria de Controle Interno
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CRCRO	Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia
CRCs	Conselhos Regionais de Contabilidade
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
PCCS	Plano de Carreira, Cargos e Salários
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
PEPC	Programa de Educação Profissional Continuada
EAD	Educação a Distância
CRCAM	Conselho Regional do Contabilidade do Amazonas

Lista de Quadros

Quadro 1	Informações sobre áreas estratégicas
Quadro 2	Previsão e Arrecadação por Receitas Corrente e de Capital
Quadro 3	Despesas por Modalidade de Contratação
Quadro 4	Demonstrativo das Despesas – Correntes e Capital
Quadro 5	Programação de Despesas
Quadro 6	Resoluções
Quadro 7	Portarias
Quadro 8	Acompanhamento da Arrecadação de Multa - quantidade
Quadro 9	Acompanhamento da Arrecadação Multa - Valor
Quadro 10	Indicadores de Gestão
Quadro 11	Objetivo estratégico: Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira ao sistema cfc/crcs
Quadro 12	Objetivo estratégico: Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs.
Quadro 13	Objetivo estratégico: Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no sistema cfc/crcs
Quadro 14	Objetivo estratégico: Fortalecer o conhecimento técnico e habilidades pessoais dos conselheiros e dos funcionários do CFC/CRCs
Quadro 15	Objetivo estratégico: Aperfeiçoar, Ampliar e difundir ações de registro e fiscalização como fator de proteção a sociedade.
Quadro 16	Objetivo estratégico: Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos
Quadro 17	Objetivo estratégico: Inovar, Integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs
Quadro 18	Objetivo estratégico: Firmar parcerias estratégicas
Quadro 19	Objetivo estratégico: Fortalecer a participação sócio-político-institucional junto às instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil
Quadro 20	Objetivo estratégico: Influenciar na formação das competências e das habilidades dos profissionais e fomentar programas de educação continuada

Quadro 21 Objetivo estratégico: Atuar como fator de proteção da sociedade
Quadro 22 Demonstrativo de Remuneração dos Membros do Conselho Diretor e Diretória Executiva
Quadro 23 Força de Trabalho – Situação apurada em 31/12/16
Quadro 24 Distribuição de Lotação Efetiva
Quadro 25 Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas
Quadro 26 Distribuição da força de trabalho por área técnica
Quadro 27 Quantidade de Funcionários por Faixa Etária – Situação apurada em 31/12/2016
Quadro 28 Quantidade de Funcionários por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12/2016
Quadro 29 Quantidade de Funcionários por tempo para aposentadoria – Situação apurada em 31/12/2016
Quadro 30 Despesas com Pessoal
Quadro 31 Objetivo estratégico: Atrair e reter talentos
Quadro 32 Objetivo estratégico: Fortalecer o conhecimento técnico e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do CRCRO.
Quadro 33 Situação Patrimonial
Quadro 34 – Informações de Cumprimento das Recomendações da Auditória Interna/CFC

Listas de Figuras

Figura I Organograma funcional
Figura II Áreas de Atuação do Sistema CFC/CRCs
Figura III Mapa estratégico
Figura IV Sistema de Governança
Figura V Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
Figura VI Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
Figura VII Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
Figura VIII Portal da Transparência

Lista de Gráficos

Gráfico I Estrutura de Cargos
Gráfico II Distribuição dos Cargos de Liderança por Gênero

APRESENTAÇÃO

O Relatório da Gestão 2016 visa apresentar as atividades realizadas pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia – CRCRO durante o exercício, em atendimento ao disposto no art. 70 da Constituição Federal, na IN TCU nº 63/2010, na DN TCU nº 154/2016 e Portaria nº. 59, de 17/01/2017, bem como as orientações do órgão de controle interno. Paralelamente, permite ao CRC/RO prestar contas à sociedade, e especialmente à classe contábil, da aplicação dos recursos provenientes de anuidades, multas de infração, taxas e emolumentos. Os recursos arrecadados são destinados a subsidiar as funções precípuas do CRCRO: Registrar os profissionais, fiscalizar o exercício profissional e promover a educação Profissional Continuada. Desempenhando com afinco suas atividades de capacitação profissional e coibir ao exercício ilegal da profissão contábil no Estado de Rondônia. Executando e administrando seus recursos com zelo e diligência, gerando informação fidedigna e as disponibilizando para as devidas publicidades dos resultados alcançados na gestão.

A atuação do Sistema Conselho Federal de Contabilidade e Conselho Regionais de Contabilidade tem sido conduzida de forma integrada, com ações planejadas e desencadeadas conjuntamente, respeitando-se, contudo, a autonomia administrativa de cada entidade. Se estabeleceu metas para o Regional Rondônia utilizando as médias dos parâmetros de exercícios anteriores. Com intuito de acompanhar o cumprimento de cada meta estabelecida conectado um projeto, por sua vez, inserido em um objetivo estratégico, sempre pautado nas práticas mais relevantes da gestão participativa voltada para resultados.

As ações desempenhadas pelo Conselho de Contabilidade de Rondônia ano de 2016 estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs.

No âmbito do Sistema CFC/CRCs, compete ao Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia conforme já citado anteriormente, possui três pilares que alicerça a existência da Entidade, a saber, registrar os profissionais e organizações, fiscalizar o exercício profissional e promover a educação continuada. Se aplicou o Plano Estratégico dividido em projetos/atividades as quais foram executadas no exercício correspondentes a Prestação de Contas. Cabe destacar aqui as principais ações realizadas com o foco nas 03 (três) funções precípuas: Na Fiscalização do Exercício Profissional se intensificou as ações orientativa e ostentiva, Disseminação de informações do Registro Profissional e das Empresas Contábeis, Na capacitação profissional realizou Seminário de Prestação de Contas Eleitorais realizado em parcerias com o Tribunal Regional Eleitoral e a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rondônia, 4ª Convênção de Contabilidade de Rondônia, promovida pelo CRCRO, no município de Cacoal/RO, visando integrar o maior número possível de profissionais e acadêmicos do curso de Ciências Contábeis, E, se promoveu vários cursos voltados à classe contábil via presencial e EAD/Webinar atingiu-se aproximadamente 900 picos de acessos por curso via EAD, alcançando os profissionais de lugares mais longínquos. Sempre primando pela a busca da capacitação dos profissionais contábeis, valorização da profissão contábil e a qualidade da prestação de serviços aos usuários internos e externos.

Com a adoção do Sistema Gerencial de Indicadores o qual monitora o desenvolvimento dos objetivos estratégicos, bem como se faz conhecer os fatores externos e internos que influenciaram no resultado. Computados 12 (doze) objetivos com 30 (trinta) indicadores dos quais 80% (noventa por cento) se atingiu a meta estipulada. No entanto, existem indicadores que se tem dificuldade de ser atingida, a saber: taxa de desligamento evolução de registro profissionais ativos, nos dois casos se necessita de projetos que coíbem o pedido de desligamento e manter os profissionais com registros ativos, reflexo de crise econômica financeira em que quem seja aprovado em concurso público com regime jurídico na contratação. E, os profissionais que não estão atuando na área contábil solicita a baixa de registro profissional para não se pagar anuidade.

Dessa forma, o relatório está estruturado em 09 (nove) seções em que apresenta: Apresentação; Planejamento Organizacional e Resultados; Governança, Gestão de Riscos e

Controles Interno; Relacionamento com a Sociedade, Desempenho Financeiro e Informações Contábeis; Áreas Especiais da Gestão; Conformidade da Gestão e Demandas dos Òrgãos de Controle; Outras Informações Relevantes; Anexos e Apêndices.

Em relação a DN TCU nº 156/2016, informa-se que não se aplicam a realidade do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia, os itens **2.3.2 e 7.1** Os demais se encontram descritos no corpo deste relatório.

1 . Visão Geral

O Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia (CRCRO) surgiu da necessidade de organizar e integrar os contadores e técnico em contabilidade que se encontravam registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas (CRCAM), na época se transferiu 251 profissionais que ali se encontravam inscritos e residiam em Rondônia. O Conselho Federal de Contabilidade atendeu os anseios dos profissionais e cria por meio do Decreto lei Federal nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Possui estrutura, organização e funcionamento regulamentados pela Resolução CFC nº 1.370, de 8 de dezembro de 2011, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. O CRC é integrado por representante devidamente eleito pela classe contábil, no total de 12 conselheiros efetivos e igual número de suplentes.

1.1 – Finalidade e Competências

Além das funções precípuas já citadas anteriormente o CRCRO busca incessantemente promover o desenvolvimento da profissão contábil, primando pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando como fator de proteção da sociedade. Funciona como Tribunal Regional de Ética e Disciplina para analisar e julgar as decisões da Câmara de Ética e Disciplina e aprecia, sob efeito de pedido de reconsideração, os recursos contra ela interpostos. No entanto, é perceptível que as entidades de classes são constituídas de profissionais que têm a competência, entre outras, de fiscalizar os próprios profissionais à luz de normas vigentes. Vale reanalisar algumas ideias basilares da finalidade institucional criada como prolongamento do Estado para o atendimento do interesse público, pois o exercício de atividades do Poder Público, decorrentes de delegação de poder assegurado constitucionalmente, far-se-á sempre em função do interesse da coletividade. Nesse contexto o CRCRO zela pelo interesse público, efetuando, para tanto, nos respectivos campos profissionais, a supervisão qualitativa, técnica e ética do exercício da profissão de contabilidade. Assim sendo, é nítida a enorme responsabilidade social que os conselhos profissionais possuem, com efeito, as entidades de fiscalização profissional, devem zelar pela preservação de dois aspectos essenciais, que são a ética e a habilitação técnica adequada para o exercício profissional. Preocupado com a qualidade de prestação de serviços ofertada aos consumidores o CRCRO planeja anualmente os cursos que serão realizados. Outra competência não menos importante e de relevância no âmbito do Regional, trata-se dos serviços de recepção, processamento e julgamento de registros profissionais e cadastrais, após o devido processo legal, se expede carteiras aos profissionais e Alvará as Organizações. Por fim, inserida no projeto de fiscalização cabe ao CRCRO examinar e julgar denúncias contra os profissionais de contabilidade no exercício profissional.

1.2 – Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento

O Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia (CRCRO), criado pelo Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946, com alterações introduzidas pela lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010, com personalidade jurídica própria e autonomia financeira e administrativa, é composto por 12 (doze) Conselheiros Efetivos e igual número de Suplentes, podendo ser alterado de acordo com número de profissionais inscritos na base territorial do Estado, denominado Conselheiro, eleito pelos profissionais inscritos e em dias da seguinte forma: Mediante voto secreto, pessoal, direto e obrigatório de todos os Contadores e Técnicos em Contabilidade com registro em vigor e em situação regular para o exercício da profissão contábil. A duração do mandato dos Conselheiros é de 04 (quatro) anos e a renovação é efetuada de dois em dois, em eleições que ocorrem sempre nos anos de final ímpar. A Entidade possui suas funções regulamentas em normas jurídicas específicas conforme segue:

- Decreto-Lei n.° 9.295, de 27/05/1946, alterada pela Lei nº 12.249 de 11/06/2010, que cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, é dá outras providências.
- Decreto-Lei nº. 1.040, de 21/10/1969, alterado pela Lei nº. 11.160/05 de 02/08/2005, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências.
- Resolução CRCRO n.°186/2003, que aprova o Regimento do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia.
- Resolução CRCRO N.º 00284/2015, que dispõe sobre a concessão de diária e dá outras providências.
- Resolução CRC/RO nº 263/2012, Alterado pela Res. CRC Nº 000279/2014, de 29/08/2014, institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS, do Conselho do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia e dá outras providências.
- Resolução CFC n.º 863/1999, que dispõe sobre a cobrança compartilhada e o recolhimento da cota pertencente ao CFC.
- Resolução CFC n.° 1.101/2007, que aprova o Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs.
- Resolução CFC n.° 1.161/2009, que aprova o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, e dá outras providências.
- Resolução CFC nº 1.280/2010 que fixa as diretrizes de cobrança dos CRCs.
- Resolução CFC nº 1.370/11, que dispõe sobre Regulamento Geral dos Conselhos.
- Resolução CFC nº 1.449/2013, que aprova o Manual de Registro e dá outras providências.
- Resolução CFC nº 827/1998, que aprova o Manual de Fiscalização e dá outras providências.
- Manual de Cobrança do Sistema CFC/CRCs.
- Manual Administrativo e Financeiro do Sistema CFC/CRCs.

Com a sanção da lei nº 12.249, de 01 de agosto de 2010, trouxe uma grande conquista para a classe contábil brasileira, somente profissionais aprovados no Exame de Suficiência poderão obter o registro profissional. E, os registros profissionais de Técnicos em Contabilidade a lei estabeleceu prazo de até 1º de junho de 2015 para solicitação de novos registros, ressalvados os direitos adquiridos dos que encontravam já com registro.

Vale destacar que a Lei nº 11.160, de 02 de agosto de 2005, normatiza a eleição dos membros dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

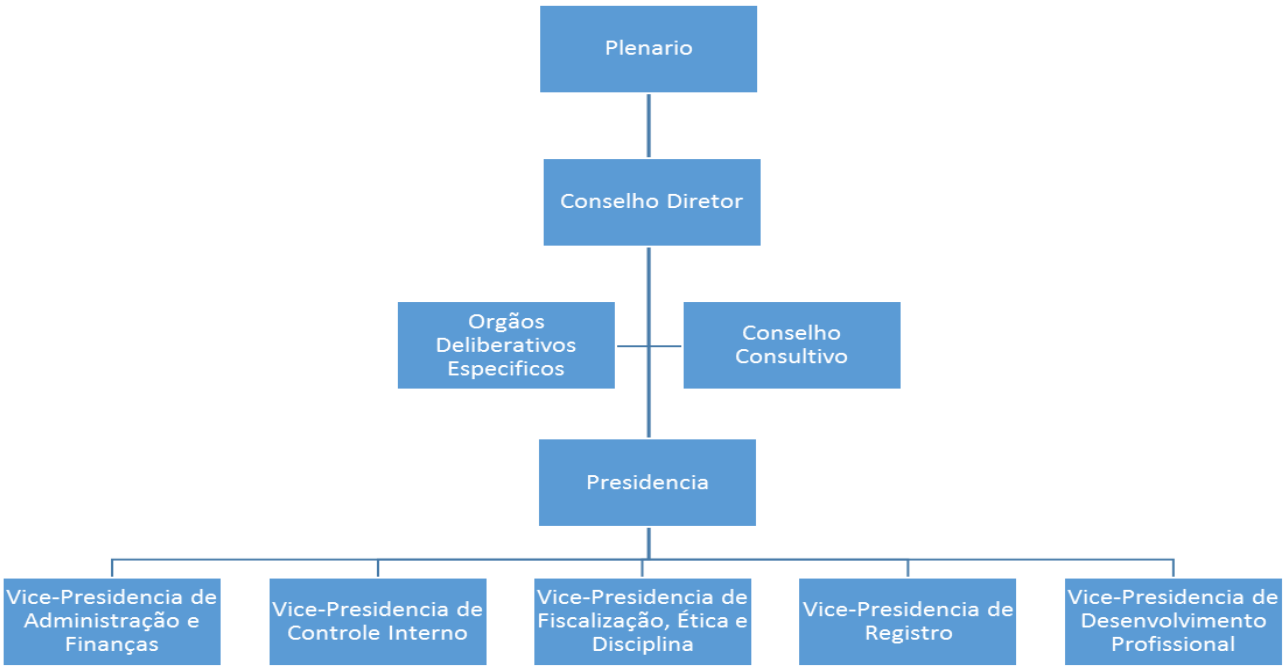
Breve histórico da entidade - Com o desmembramento do Conselho Regional do Amazonas CRCAM, o CRCRO iniciou suas atividades com 251 profissionais, em1992 se instalou

com sede própria na Rua Joaquim Nabuco, 2875 – Olaria – Porto Velho – Rondônia. Em 20 de dezembro de 2005 na gestão do Presidente CT João Altair Caetano dos Santos, inaugurou-se a nova sede. Um local amplo e confortável visando atender ao profissional da contabilidade e oferecer uma estrutura física adequada aos colaboradores e funcionários. Compunha os dados estatísticos de registros profissionais 3.580 contadores e 1.189 técnicos em Contabilidades.

O crescimento dos registros profissionais é consequência das ações unificados dos setores: **Fiscalização** que diligência os profissionais visando orientar e disciplinar os atos antiéticos na defesa do exercício profissional e valorização da classe contábil. **Registro** obtém o primeiro contato com futuro profissional da contabilidade primando sempre pelo o atendimento cortês e eficiente ao usuário quando da solicitação de registro ou aqueles que buscam apenas orientações e o **Desenvolvimento Profissional** que dissemina em todo Estado o conhecimento por meio dos cursos tanto presencial quanto EAD, seminários, encontro, fórum, convenção com intuito de favorecer aos profissionais de contabilidade o conhecimento científico, aplicação prática através da capacitação técnica.

1.3 Organograma

Figura I – Organograma Funcional



Fonte: Regimento Interno do CRCRO

Plenário

Constituído por todos os Conselheiros efetivos do CRCRO, é o órgão máximo de orientação e controle e disciplinamento normativo do CRCRO.

Conselho Diretor

Presidido pelo Presidente do órgão e pelos os Vice-presidentes (Fiscalização, Ética e Disciplina; de Registro; de Controle Interno, de Desenvolvimento Profissional e Administração e Finanças). Ao Conselho Diretor compete acompanhar a execução dos trabalhos técnicos e administrativos do CRCRO, verificar o desempenho das atividades e formular sugestões para o aprimoramento dos trabalhos.

Órgãos Deliberativos Específicos

Atuam conforme procedimento próprio e decidem pela manifestação conjunta e majoritária, de acordo com as suas competências específicas. São órgãos deliberativos específicos do CRCRO: Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina; Câmara de Registro; Câmara de Controle Interno e Câmara de Desenvolvimento Profissional. A competência de cada um dos órgãos deliberativos específicos está disposta na Resolução CRC/RO nº. 186/2003, que aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia.

Conselho Consultivo

É integrado pelo Presidente do CRCRO e os ex-presidentes, presidida a reunião pelo atual presidente, tem por competência assessorar o Presidente, o Conselho Diretor e o Plenário do CRCRO em matéria de alta relevância para as atividades institucionais do CRCRO; propor ao Plenário e/ou Conselho Diretor, por intermédio do Presidente do CRCRO a adoção de medidas julgadas de interesse para o CRCRO e para classe contábil; representar o CRCRO em atividades institucionais para a quais sejam designados pela Presidência; participar do projeto Educação Continuada do CRCRO, podendo proferir palestras e orientações, mediante designação da Presidência.

QUADRO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS ESTRATÉGICAS

Áreas/Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	**Coordenar e adotar medidas necessárias à realização das atividades e das finalidades da Entidade, bem como sua administração.**	**Edneu da Silva Calderari**	**Presidente**	**08/01/2016 a 31/12/2017**
Vice-Presidência de Administração e Finanças.	**Acompanhar e controlar os recursos, os Projetos definidos no Plano de Trabalho do CRCRO, as metas e seus indicadores, em conjunto com a Diretória Executiva.**	**Elba Oliveira de Araújo.**	**Vice-presidente de Administração.**	**08/01/2016 a 31/12/2017**
Câmara de Controle Interno.	**Emitir parecer sobre a Proposta Orçamentária, os Balancetes mensais, Prestação de Contas anuais e acompanhamentos das Metas fixadas no Plano de Trabalho.**	**Agno Roberto Monteiro Pereira**	**Vice-presidente de Controle Interno.**	**08/01/2016 a 31/12/2017**
Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina.	**Coordenar os trabalhos realizados pela fiscalização do exercício profissional e deliberam sobre os recursos das decisões da Câmara de Ética e Disciplina nos processos Administrativos da Fiscalização.**	**Maria Regina Domingos**	**Vice-presidente de Fiscalização e CAED.**	**08/01/2016 a 31/12/2017**
Câmara de Registro.	**Acompanhar os trabalhos técnicos e administrativos, os desempenhos das atividades de registro.**	**Maria Aparecida Sanchez Oliveira**	**Vice-presidente de Registro.**	**08/01/2016 a 31/12/2017**
Câmara de Desenvolvimento Profissional.	**Elaborar Plano anual de atividades, organizar e coordenar convenções, congressos, cursos, seminários, palestras e outros eventos culturais versando temas de interesse da classe contábil.**	**Joelso Tavares de Andrade.**	**Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional.**	**08/01/2016 a 31/12/2017**

2. Planejamento Organizacional e Resultados

A partir da criação dos Conselhos de Contabilidade, foi contínua a evolução da profissão contábil e consequentemente também o número de registros profissionais e de organizações contábeis. Vislumbrou-se a necessidade de alcançar a excelência no desenvolvimento dos trabalhos, o Conselho Federal de Contabilidade estimula e apoia o desenvolvimento técnico e operacional dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

2.1 Planejamento Organizacional

Com a institucionalização do Sistema CFC/CRCs, os Conselhos de Contabilidade passaram a se organizar de forma sistêmica, definiram suas estratégias de atuação e criaram o seu modelo de planejamento participativo.

A nova forma de planejar e executar ações em conjunto levou a resultados significativos, permitindo a implantação de projetos mais ousados e a projeção da classe contábil, fortalecendo e alinhando a gestão por meio de um Planejamento Estratégico.

Componentes do Planejamento Estratégico

Missão

Promover o desenvolvimento da profissão contábil, primando pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando como fator de proteção da sociedade.

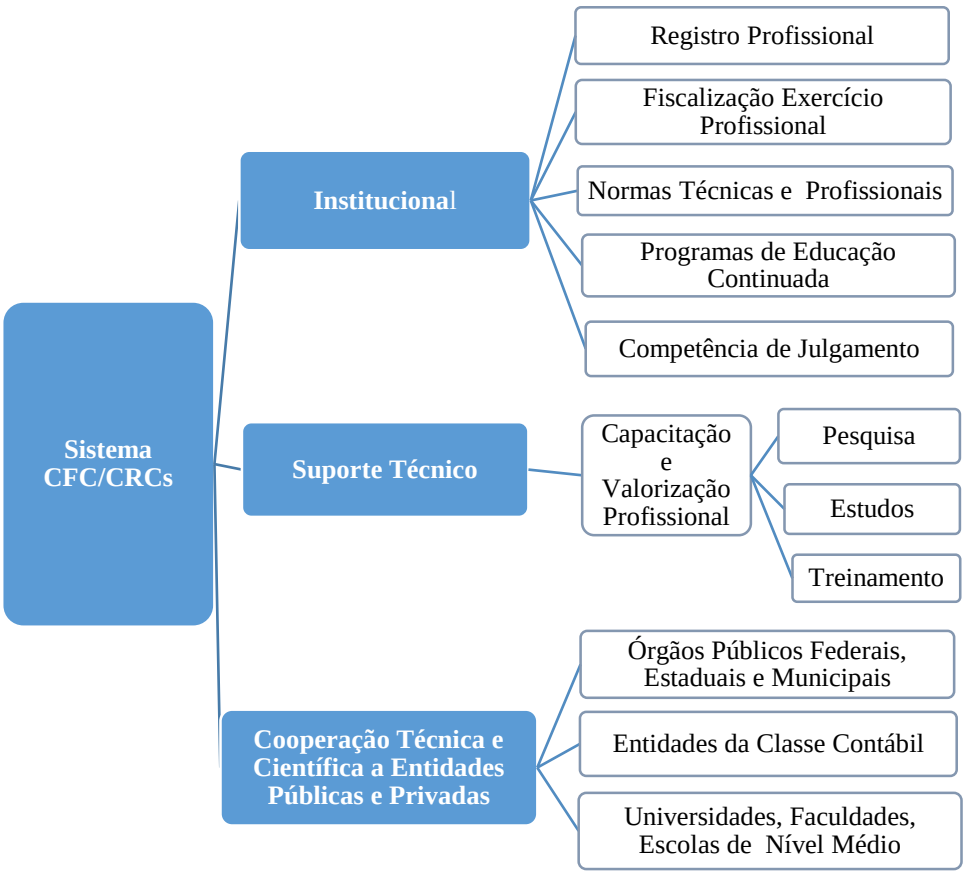
Visão

Ser referência nacional e internacional como órgão de profissão regulamentada, politicamente articulado e formador de opinião em questões socioeconômicas, tributárias, técnicas e organizacionais, consolidando a profissão contábil como fator de proteção da sociedade.

Valores

Ética no trabalho; companheirismo; responsabilidade profissional e social; compromisso; confiança; transparência; respeito; e trabalho perseverante.

Figura II – Áreas de Atuação do Sistema CFC/CRCs.



Fonte: CFC

O CFC concentrou esforços em conjunto com o CRCs na construção do seu Planejamento Estratégico, com a missão de promover o desenvolvimento da profissão contábil, primando pela ética e qualidade na prestação dos serviços à classe contábil e à sociedade.

Focado na elaboração do Mapa Estratégico, o CRCRO passou a redesenhar suas áreas e aperfeiçoar procedimentos internos para garantir eficácia nos processos e maior interação com o Sistema CFC/CRCs.

No Regional vale destacar a atuação intensiva das Câmaras: **de Registro** - tem por finalidade receber, analisar e julgar todos os pedidos de registro dos Técnicos em Contabilidade, Bacharéis em Ciências Contábeis e Organizações (ou empresas) Contábeis, assim como os pedidos de alterações, renovações, baixas, cancelamentos e recursos, com observância ao que determina as Resoluções CFC nº 1.371/11 e 1.372/11 do Conselho Federal de Contabilidade De acordo com o que preceitua o Decreto-Lei nº 9295/46 alterado pela Lei 12.249/10, somente poderão exercer a profissão contábil os profissionais regularmente registrados. **De Fiscalização** - tem como competência julgar processos de pessoas físicas, jurídicas e organizações contábeis, além de determinar diligências necessárias para o seu julgamento e atender, quando solicitada, a consultas a respeito de fiscalização do exercício profissional. **De Ética e Disciplina** - tem como competência julgar processos de contabilistas e diplomados sem registro no CRC, além de determinar diligências necessárias para o seu julgamento e atender, quando solicitada, a consultas a respeito de fiscalização do exercício profissional. **De Desenvolvimento Profissional** - tem como principal objetivo promover o desenvolvimento profissional do contabilista, através da coordenação e execução de projetos que atendam às necessidades e anseios do profissional da contabilidade em relação à aquisição de novos conhecimentos, atualização e educação profissional continuada. Para se atingir o objetivo, são organizados e realizados cursos, palestras, seminários, convenções e outros eventos cujos temas são voltados para o interesse da classe contábil. - **De Controle Interno** - O Controle Interno integra a estrutura organizacional da Administração, tendo por função acompanhar a execução dos atos e apontar, em caráter sugestivo, preventivo ou corretivamente, as ações a serem desempenhada, a ação devem ser realizada antes, durante e depois dos atos administrativos, com a finalidade de acompanhar o planejamento realizado, garantir a legitimidade frente aos princípios constitucionais, verificar a adequação às melhores práticas de gestão e garantir que os dados contábeis sejam fidedignos. E, sobretudo buscar o atingimento de metas estabelecidas e prestar contas à sociedade, de forma transparente. As atribuições da Câmara de Controle Interno: a) examinar os comprovantes de despesas pagas, quanto à validade das autorizações e quitações respectivas; b) dar parecer sobre a prestação de contas, os balancetes mensais, os balanços do exercício, o relatório de gestão e os pedidos de abertura de créditos especiais e suplementares, a serem submetidos ao Plenário; c) dar parecer sobre a proposta orçamentária apresentada pelo Presidente, encaminhando-a ao Plenário, até a última sessão ordinária de outubro; d) emitir pareceres sobre subvenções e processos de licitação; f) examinar as demonstrações Contábeis e prestações de contas do órgão, que serão encaminhadas ao Conselho Federal de Contabilidade.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos dos exercícios

O CRCRO projetou como meta para o exercício de 2016, os seguintes objetivos estratégicos: “Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs”; “Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs”; Ampliar e integrar o uso de tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs”; “Atrair e reter talentos”; “Fortalecer o conhecimento técnico e habilidades pessoais dos Conselheiros e Funcionários do CFC/CRC”; “Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade”; “Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos

procedimentos"; "Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs"; "Firmar parcerias estratégicas"; "Fortalecer a participação sociopolítico-institucional perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil"; "Firmar parcerias estratégicas"; "Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e fomentar programas de educação continuada" e "Atuar como fator de proteção da sociedade".

Se entende que não existem projeto mais importante do que o outro, cada um possui seu grau de relevância dentro da universalização do propósito da Entidade de desempenhar suas atribuições com afinco, transparência e responsabilidade.

Vale registrar que os objetivos estratégicos, bem como os indicadores que o compõem conforme acima citados foram atingidos 80% a meta estipulada.

Todavia aqui destacamos aqueles que estão vinculados com atividades precípuas do Conselho, a saber:

1 - GARANTIR SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA AO SISTEMA CFC/CRCs									
Nº	INDICADOR	PESO	* META CFC	META 2014	REALIZADA	META 2015	REALIZADA	META 2016	REALIZ
1	Ampliação da receita de contribuição (anuidade de profissionais e organizações contábeis).	20%	8%	6%	-3,67	5%	13,77%	7%	8,33%

As receitas realizadas de contribuição em 2016, apresentou o percentual 8,33%.

6 - APERFEIÇOAR, AMPLIAR E DIFUNDIR AÇÕES DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO COMO FATOR DE PROTEÇÃO DA SOCIEDADE									
Nº	INDICADOR	PESO	* META CFC	META 2014	REALIZADA	META 2015	REALIZADA	META 2016	REALIZ
15	Índice de realização de diligências geral.	50%	80%	88%	57%	100%	117,92%	100%	191,25%
16	Índice de evolução de registros profissionais ativos.	50%	10%	3%	2%	3%	4,86%	3%	-0,41%

Por meio da gerência de fiscalização exerceram com afinco o desenvolvimento das atividades atingindo as metas, por outro lado, o departamento de registro não conseguiu manter a meta estipulada, se continuaram a solicitação de baixa de registro como se apresenta, a entidade poderá apresentar no futuro dificuldade econômica financeira que financie a operacionalização das atividades.

7 - GARANTIR QUALIDADE E CONFIABILIDADE NOS PROCESSOS E NOS PROCEDIMENTOS									
Nº	INDICADOR	PESO	* META CFC	META 2014	REALIZADA	META 2015	REALIZADA	META 2016	REALIZ
17	Índice de satisfação com a qualidade no atendimento do CFC/CRC.	40%	70%	70%	73,16%	70%	77,63%	70%	72,66%
18	Tempo médio de julgamento de processos de registro.	30%	90%	70%	69,00%rob	75%	99,12%	85%	95,79%
19	Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização.	30%	80%	50%	70%	80%	68,475	70%	80,50%

Somente destaca-se aqui, a confiabilidade dos profissionais depositada na Entidade nos procedimentos administrativos.

13 - INFLUENCIAR NA FORMAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS E DAS HABILIDADES DOS PROFISSIONAIS E FOMENTAR PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA									
Nº	INDICADOR	PESO	* META CFC	META-2014	REALIZADA	META 2015	REALIZADA	META 2016	REALIZ
29	Participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação – Educação Continuada.	40%	10%	10%	73,45%	20%	61,01%	20%	10,29%
30	Investimentos em desenvolvimento profissional – per capita.	30%	R$ 16,00	25,00	R$ 50,93	R$ 50,00	27,80 R$/P	60,00	R$ 288,40
31	Avaliação dos Eventos - Cursos, Seminários, Congressos, Encontros, etc.	30%	70%	70%	96%	70%	96%	70%	834,52%

A Educação Profissional Continuada é tão importante quanto um combustível para o veículo, assim deve ser a busca pelo conhecimento, onde todos saem ganhando, o CRCRO, o profissional, os clientes e a sociedade. Atingiu-se a metas estabelecidas em todos os indicadores.

14 - ATUAR COMO FATOR DE PROTEÇÃO DA SOCIEDADE									
Nº	INDICADOR	PESO	* META CFC	META 2014	REALIZADA	META 2015	REALIZADA	META 2016	REALIZ
32	Ética na Profissão.	50%	50%	52%	120%	50%	66,48%	60%	65,41%
33	Índice de Controle Social.	50%	1%	1%	0%	1%	1.11%	1%	1,78%

Igualmente destaca-se os indicadores que ficaram impossibilitados de atingir a meta estabelecida por conta de dificuldade na área de pessoal devido de rotatividade de colaboradores que são aprovados em concursos públicos em função de melhores condições salariais, benefícios e outras vantagens e limitação internas no que se refere à instalação elétricas ou atuação da própria câmara.

4 - ATRAIR E RETER TALENTOS									
Nº	INDICADOR	PESO	* META CFC	META 2014	REALIZADA	META 2015	REALIZADA	META 2016	REALIZ
10	Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho Federal/Regional em prol do corpo funcional.	35%	70%	80%	66,47%	70%	61,11%	70%	69,13%
11	Percentual de benefícios.	35%	16%	18%	19%	16%	15,70%	15%	13,05
12	Taxa de desligamento.	30%	5%	10%	22%	5%	12,50%	15%	20%

9 - INOVAR, INTEGRAR E OTIMIZAR A GESTÃO DO SISTEMA CFC/CRCs									
Nº	INDICADOR	PESO	* META CFC	META 2014	REALIZADA	META 2015	REALIZADA	META 2016	REALIZ
22	Grau de eficiência orçamentária.	60%	95%	90%	86%	70%	80,73%	75%	92,14%

Quanto à eficiência orçamentária em relação ao projeto não foi atingida, todavia o Regional acompanhará por meio da Vice Presidência os desenvolvimentos de cada projeto, bem como as despesas vinculadas.

O indicador 16, que não foi atingida a meta, apresentou um percentual negativo (-0,41), o que demonstra que houve a solicitação de baixa maior do que as solicitações de registro, caso esta queda em relação ao registro permaneça, corre o risco de sustentabilidade da Entidade no período de 07 anos. O que de imediato a Vice Presidente de Registro está reformulando o plano de ação do setor de registro visando diminuir as solicitações de baixa, incentivando o registro bem como a manutenção.

2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs prevê a consolidação da visão traçada até o ano de 2017. Durante esse período de dez anos, estão sendo realizadas atividades de acompanhamento e de avaliação das metas descritas para ajustes e adaptação à realidade, em função de fatores intervenientes de caráter interno e externo.

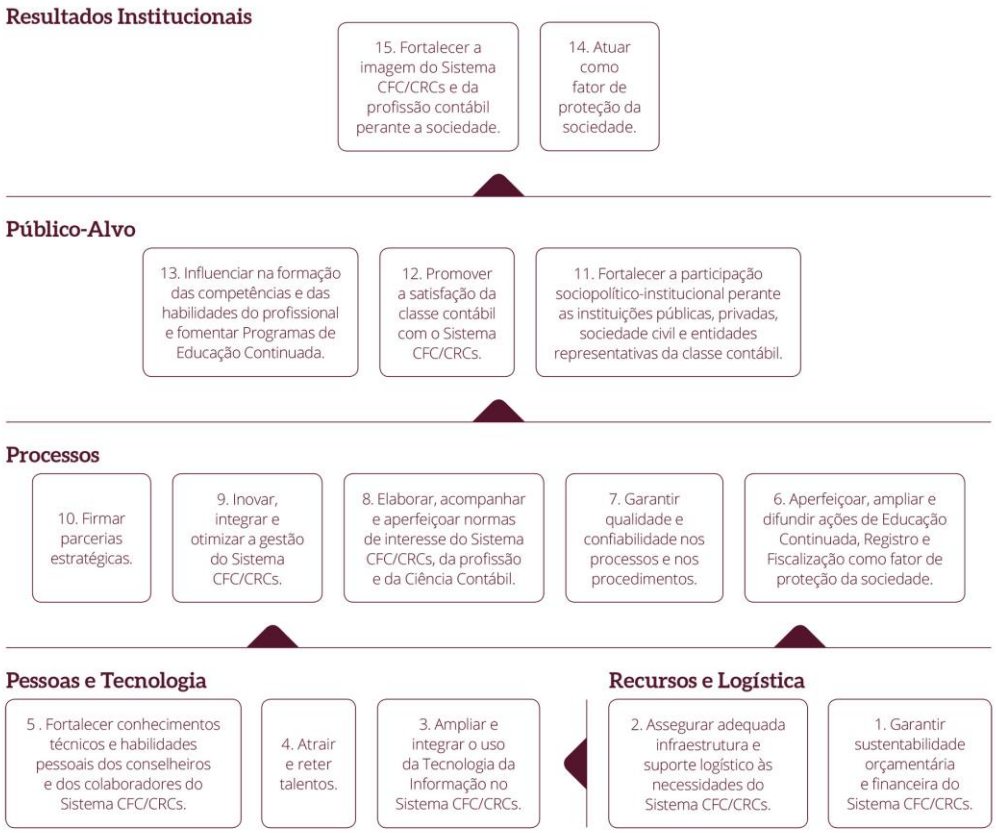
Toda ação do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia é estruturada em programas, subprogramas e projetos/atividades, inseridos no Plano de Trabalho, de forma a contribuir para o alcance dos Objetivos Estratégicos, com execução pela administração durante cada exercício.

Em linhas gerais, essa estruturação visa aumentar a eficiência na administração do CRCRO e ampliar a visibilidade dos resultados e benefícios gerados em prol da classe contábil, bem como elevar a transparência na aplicação dos recursos.

Dessa forma, o Plano de Trabalho utilizado pelo CRCRO é constituído por programas, projetos, atividades, ações e metas a serem alcançados pela administração, com o objetivo de instituir um conjunto de ações específicas que necessitam ser desenvolvidas e realizadas, além de definir os meios para obtenção dos resultados pretendidos, devendo estar representado dentro do orçamento de forma compatível, de acordo com a sua aplicabilidade.

Portanto, foram elaborados os projetos/atividades relacionando-os com os respectivos objetivos estratégicos. Conforme o Demonstrativo de Distribuição dos Projetos/Atividades de 2016.

Figura III – Mapa Estratégico



Fonte: Portal do CFC

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia CRCRO, possui como ferramenta de gestão: Sistema de Indicadores e o Sistema de Plano de Trabalho que permitem o acompanhamento da execução orçamentária e de ações previstas nos projetos/atividades.

2.3 Desempenho Orçamentário e operacional

O orçamento do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia integra um conjunto de informações relativas às ações estabelecidas nos projetos e nas atividades, os quais estão alinhados para que funcionem como instrumento de programação, de controle e de planejamento, apresentando compatibilidade com as informações contábeis em 100% nas receitas e despesas, atendendo o princípio do orçamento bruto.

A programação orçamentária do CRCRO não depende do orçamento da União e suas atividades são financiadas com recursos provenientes das anuidades, devidas pelos contabilistas e organizações contábeis, bem como, dos emolumentos, multas de infração e outras previstas na legislação.

O monitoramento das informações é feito de forma sistêmica e contribui para o atendimento dos objetivos estratégicos "Garantir a Sustentabilidade Orçamentária e Financeira do Sistema CFC/CRCs" e "Inovar, Integrar e Otimizar a Gestão do Sistema CFC/CRCs".

O orçamento para o exercício de 2016 foi estimado em R$ 2.912.000,00 (dois milhões, novecentos e doze mil reais), aprovado por meio da Resolução CRC-RO nº 292/2015, 23 de outubro de 2015, com vinculação aos programas e projetos/atividades de acordo a política de gestão

para este exercício. A Despesa e fixada de acordo com sua relevância e grau de prioridade, sendo dividida em duas classes:

a) Despesas Obrigatórias: definidas pelo caráter continuado que fixem para a entidade, obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. Como exemplos, podem ser citadas: Despesas de pessoal e encargos; Despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado.
b) Despesas Discricionárias: definidas por não constituírem obrigações legais e cujo gestor tem uma maior margem de manobra para a decisão de aplicação. Como exemplo, podem ser citadas: Eventos e Despesas com investimentos.

2.3.1 Execução física e financeira das ações do Orçamento e Resultados Operacionais alcançados

O resultado obtido na gestão dos projetos e atividades que compõem o plano de trabalho do CRCRO, estão descritos por meio de os principais indicadores estratégicos atribuídos para cada um dos objetivos.

Em conformidade com o Demonstrativo de Distribuição dos projetos/atividades de 2016, foram previstos e realizados 30 indicadores para o exercício de 2016, sendo que 02 projetos/atividades para o objetivo "Atuar como fator de proteção da sociedade"; 03 projetos/atividades para o objetivo "Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e fomentar programas de educação continuada"; 03 projetos/atividades para o objetivo "Fortalecer a participação sócio-político institucional junto às instituições públicas, privadas, sociedade civil e representativa da classe contábil"; 02 projetos/atividades para o objetivo "Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs"; 01 projetos/atividades para o objetivo "Firmar Parcerias Estratégicas", 03 projetos/atividades para o objetivo "Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos"; 02 projetos/atividades para o objetivo "Aperfeiçoar, Ampliar e difundir ações de registro e Fiscalização como Fator de Proteção a Sociedade"; 02 projetos/atividades para o objetivo "Fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e dos funcionários"; 03 projetos/atividades para o objetivo "Atrair e Reter Talentos"; 02 projetos/atividades para o objetivo "Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no CFC/CRCs"; 04 projetos/atividades para o objetivo "Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs"; 03 para atender o objetivo estratégico "Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs".

O CRCRO promoveu ações no intuito de cumprir os objetivos constantes no planejamento estratégico da entidade. A seguir, são apresentados os resultados dos principais projetos e ações desempenhados visando atender aos objetivos estratégicos.

O objetivo "Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs" Foram desenvolvidas diversas ações visando diminuir a inadimplência. Foram atingidas todas as metas referentes à diminuição da inadimplência.

- **Cobrança de anuidades e multas – profissionais da Contabilidade e organizações contábeis:** O CRCRO teve como metas o envio regular de guias referentes à cobrança de anuidades e multas, a atualização dos dados cadastrais e a instrução processual de execução judicial. Para tanto, enviou-se 816 ofícios com o objetivo de cientificar ao profissional do débito em aberto, decorrido o prazo legal, em seguida se encaminhou 318 notificações de cobrança amigável em dívida ativa para os profissionais da Contabilidade devedores de valores iguais ou superiores ao de quatro anuidades com o prazo de 30 dias para procurar a Entidade para possível negociação. Os profissionais que não procuraram o Regional para negociarem seus débitos foram emitidos a Certidão de Dívida Ativa no total de 224 CDAs. Essa ação gerou a instrução de 177 processos de

execução judicial, ajuizados juntos à Justiça Federal. E, as Certidões de Dívida Ativa com valores menor que 04 anuidades foram encaminhadas ao Cartório de Registro de Protesto para efetivar o protesto por meio de um convênio firmado. Dê-se início ao convênio junto ao Cartório para fins de protesto, assim foram protestadas 45 CDA'S. E, 245 profissionais negativados.

O objetivo estratégico "Fortalecer a participação sociopolítico-institucional perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil", como descrito nas ações abaixo, que não geraram custos ao CRCRO.

- **Criação de Grupos de Trabalho:** Os Grupos de Trabalho (GTs) do CRCRO têm a finalidade de acompanhar, fomentar sugestões cerca de matérias tributárias no sentido de auxiliar as instituições públicas em assuntos que possam causar impactos na classe contábil. Compete a esses grupos, sempre que convidados pela diretoria do CRCRO, representar o Conselho e opinar em audiências públicas nos assuntos de competência de cada GT.

  Outro objetivo focalizado pelo CRCRO em 2016 foi "Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs".

- **Palestras, representações e colações de grau:** O Conselho apoia a realização de palestras em instituições de ensino e associações voltada atividades contábeis, devido à importância da disseminação do conhecimento e das boas práticas contábeis. Em 2016, foram realizadas palestras, abordando temas diversos. A participação do CRCRO nas colações de grau objetiva mostrar ao profissional formando que o CRCRO o acompanhará por toda a sua carreira, atuando como um guardião da ética e da boa técnica no exercício da sua profissão.

- **Campanha do dia do Profissional da Contabilidade:** Campanha que intensifica na 2ª quinzena do mês de abril, com a divulgação em sites eletrônicos, face book, outdoor e radio que atinjam todo o estado visando à valorização do profissional contábil.

A finalidade da campanha é a valorização profissional e demonstrar à sociedade a importância de contratar um profissional habilitado junto a Entidade de Classe.

O objetivo estratégico "Atuar como fator de proteção da sociedade" Em 2016 houve desfalque de pessoal no setor mesmo assim superaram a meta estipulada.

- **Número de agendamentos para fiscalização em 2016**: Estavam previstas 320 diligências, tendo sido realizadas 612, resultando no acréscimo de 91,25% a mais das diligências previstas inicialmente no plano de trabalho. Ressalta-se que os convênios firmados entre o Conselho Federal de Contabilidade e as Secretarias de Estado da Fazenda e a Receita Federal do Brasil, foram importantes para a superação dessas metas. Os processos julgados em 2016 computam os números de 249 em fase de defesa e 69 em fase recursal.

Visando atender ao objetivo "Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e fomentar programas de educação continuada", o CRCRO direcionou diversas ações, que foram positivas, tanto que, nos indicadores que mensuram esse objetivo, 80% das metas foram superadas, conforme será apresentado no item seguinte. Portanto, não houve disfunções que comprometessem os resultados. Foram desenvolvidas, principalmente, as seguintes ações:

- **Programa de Educação Profissional Continuada:** Em 2016, a Câmara desenvolvimento profissional CRCRO realizou 11 reuniões, em que foram aprovados 06 cursos promovidos pelas capacitadoras para o cumprimento da NBC PG 12 (R1).

- **Treinamento e capacitação para profissionais contábeis:** O Conselho manteve as parcerias, com a Federação do Comércio e Sindicato das Empresas de Assesssoria, Perícias, Informações e Pesquisa de Rondônia – SESCAP/RO, com o objetivo de realizar cursos, palestras e seminários, que foram disponibilizadas aos profissionais de todo o Estado. Em 2016, o CRCRO realizou 06 cursos diferentes. Os que enquadraram na norma da educação profissional continuada em atenção aos profissionais e auditores que necessitam cumprir o Programa de Educação Profissional Continuada. A avaliação foi bastante positiva. Com a aplicação do questionário de avaliação, o índice de satisfação obtido foi 75,86%.

"Firmar parcerias estratégicas" em 2016, CRCRO considera importante o compartilhamento de ações e esforços com órgãos e entidades que também tenham objetivos direcionados à defesa da sociedade e à profissão contábil. Essa é, ainda, uma forma de aumentar a eficiência do Conselho, pois as parcerias não geram custos e permitem que a entidade intensifique suas ações.

- **Parcerias com órgãos do Governo:** Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Secretaria de Estado de Finanças e Junta Comercial do Estado; O termo tem como objeto a fixação de critérios, normas e procedimentos de execução conjunta, visando ao compartilhamento de informações cadastrais, processuais, técnicas e estatísticas, relativas a contribuintes e aos profissionais da Contabilidade irmanados no combate da criminalidade econômico-tributária.

- **Entidades parceiras**: Convênio de Parceria e Cooperação Técnica entre o CRCRO, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, tendo como objeto a parceria e cooperação entre as partes para a transferência de conhecimentos, ações conjuntas, estreitamento do relacionamento e melhor diálogo entre os sindicatos patronais e o CRCRO.

- **Outros eventos realizados e apoiados pelo CRCRO:** O CRCRO realizou o Seminário de Prestação de Contas Eleitorais de 2016 em agosto, com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a Ordem dos Advogados do Brasil seccional Rondônia. E também o Seminário de Capacitação para empresários e profissionais da contabilidade realizado pela FECOMÉRCIO/RO.

O CRCRO desenvolveu e promoveu um grande número de ações no intuito de cumprir os objetivos constantes no planejamento estratégico da entidade. Nesse intuito, os principais projetos desempenhados foram:

- **Cursos e Palestras** – Promover a Educação Continuada oferecendo a Classe Contábil cursos e palestras úteis e de qualidade, propiciando o aprimoramento dos profissionais da contabilidade. Apresentamos os temas de cursos e palestras realizados na Capital e Interior do Estado no decorrer do ano de 2016: IRPF Avançado, Processos Críticos para Gestão e Implantação do e-Social, Fechamento de Balanço, Atualização do ICMS no Estado de Rondônia, e palestras nas IES com o tema: A perspectiva do profissional da contabilidade na era digital.

- **Seminário de Prestação de Contas Eleitorais 2016** – Realizado em 08 de agosto de 2016 em Porto Velho. O Seminário contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a Ordem dos Advogados do Brasil seccional Rondônia, com o tema Atuação da Justiça Eleitoral nas Eleições 2016 – a Sra. Tahis Silvana Iocca, e para ministrar sobre os Aspectos Legais das Eleições o Adv. Paulo Rogerio José, e finalizando a programação o

Contador José Domingos Filho ministrou sobre a Prestação de Contas Eleitorais – Atuação do Profissional da Contabilidade.

Curso EAD em Webinar – Neste cenário de inovação o CRCRO proporciona à Classe Contábil facilidade de acesso ao conhecimento. Realizando seminários/cursos sobre Atualização do ICMS no Estado de Rondônia, Metodologia de cálculo do ICMS-ST, Atualização tributária CEST, DeSTDA-Nova obrigação dos contribuintes do ICMS optantes pelo Simples Nacional.

- **4ª Convenção de Contabilidade de Rondônia** – Com o tema "Contabilidade: Instrumento de Gestão", o Conselho de Contabilidade de Rondônia realizou nos dias 21 e 22 de outubro de 2016 em Cacoal. A Convenção contou com a participação de renomados palestrantes, onde foram debatidos assuntos como Contador 3.0 da atuação estratégica aos resultados extraordinários, os desafios do Empreendedorismo Contábil na Era Digital, Inovação-Superando os desafios profissionais do futuro, Como ganhar produtividade na gestão de um escritório contábil, Gestão das Organizações Contábeis e o Talk Show, com a participação de Contadores e Empresários debatendo sobre a Contabilidade: Instrumento de Gestão. Além das palestras o evento teve a feira de negócios e momentos de confraternização.

Com o intuito de atender ao objetivo estratégico "Promover a satisfação da classe contábil com o Sistema CFC/CRCs", o CRCRO investe na divulgação das ações realizadas, assim como em pesquisas de satisfação. Os resultados de todas essas pesquisas são utilizados como ferramenta de gestão, direcionando as ações e os projetos para que o desempenho seja cada vez melhor e atenda ao grau de exigência dos profissionais e da sociedade.

- **Pesquisas de satisfação**: Em todas as pesquisas realizadas pelo CRCRO, para cada quesito avaliado, o respondente deve marcar uma das seguintes opções: "ótimo", "bom", "regular", "ruim" ou "desconheço". O grau de satisfação corresponde à soma dos resultados "ótimo" e "bom" dividido pelo total das respostas consideradas, excluídos os resultados avaliados como "desconheço".

Em 2016, o CRCRO realizou semestralmente a Pesquisa de Satisfação do Profissional da Contabilidade, por meio de formulário *on-line* elaborado pelo CFC. Na pesquisa, foram avaliados os serviços de registro, fiscalização e educação profissional continuada. No primeiro semestre, 557 profissionais responderam à pesquisa e no segundo semestre, 489. A média do grau de satisfação geral dos profissionais totalizou 72,66%, sendo que, de todos os grupos investigados, o "Atendimento" foi bem avaliado, o que demonstra o compromisso de o CRCRO em garantir a qualidade dos serviços prestados.

Dentre as ações que visaram "Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs", foram destaques aquelas que objetivaram ampliar a comunicação da sociedade e do profissional contábil com o Conselho. As ações, apresentadas abaixo, não geraram custos para o Conselho.

- **Elaboração do Relatório de Atividades do CRCRO**: O CRCRO disponibilizou em seu portal, a partir de setembro de 2014, o relatório de atividades, no qual foram apresentados os resultados obtidos em suas diversas áreas, tais como número de cursos e eventos realizados, quantitativos de ações fiscais realizadas, número de processos de infrações cometidas por profissionais da Contabilidade.

- **Portal da Transparência do CRCRO e disponibilização do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC):** Esse projeto visou atender às exigências da Lei n.º 12.527/2011, que tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Considerando que, independentemente da lei, constitui elemento essencial à transparência o acesso a informações pela classe contábil e pela sociedade sobre os atos de gestão praticados pelo Sistema CFC/CRCs, este Conselho disponibiliza aos cidadãos em geral e, especialmente, aos profissionais da Contabilidade, informações sobre a entidade por meio do Portal da Transparência e Acesso à Informação. Desde 2014, foi disponibilizado, também, o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), o qual permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas. O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é o canal de comunicação entre o setor público e a sociedade, para atendimento dos pedidos de informação. Para possibilitar esse atendimento, tanto o pedido quanto a resposta dos órgãos e entidades devem obedecer às regras estabelecidas pela Lei n.º 12.527/2011, complementadas pelo Decreto n.º 7.724/2012 e Resolução CFC n.º 1.439/2013. Faltando adequar o portal as pessoas de necessidades especiais auditivas e visuais.

- **Registros de profissionais e organizações contábeis**: Em 2016, 444 profissionais da Contabilidade fizeram ou reativaram o registro no CRCRO e 49 organizações.

- **Solenidade de entrega das carteiras de registro profissional**: A partir de fevereiro de 2014, o CRCRO passou a realizar a entrega solene de carteiras para os profissionais que se registram, tanta na Capital como no interior. Na solenidade, são realizadas palestras sobre o papel do CRCRO e a importância do se obter o registro profissional, o que estreita a relação do profissional com a entidade. Em 2016 foram realizadas 38 solenidades de entrega de carteira.

Com investimentos na área de Tecnologia da Informação, o CRCRO buscou atingir o objetivo de "Ampliar e integrar o uso de tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs".

- **Melhoria da disponibilidade e segurança dos dados do CRCRO:** Desde 2015, o CRCRO contratou empresa especializada para prover infraestrutura completa em *Data Center* para hospedagem do ambiente computacional de servidores do Conselho, com fornecimento de recursos de *hardware* e *software*, segurança física e lógica, bem como *links* de comunicação e prestação dos serviços de suporte e monitoramento. O *Data Center* é uma área onde todos os servidores e sistemas do CRCRO estão hospedados para que o mesmo possa atender de maneira adequada à demanda dos profissionais da Contabilidade e da sociedade, assegurando um ambiente que contém todos os requisitos de alta disponibilidade, segurança, escalabilidade e armazenamento. Além disso, o Conselho reforçou a segurança de internet, bem como o servidor de *proxy/firewall*, e-mails para funcionários, AntiSpam e e-mail *marketing*; adquirido a licença de solução de antivírus para a rede de dados até 2017.

Vale ressaltar que desde 2015, se tentava efetivar os investimentos na área de tecnologia, dos quais eram equipamentos essenciais para o funcionamento do órgão, todavia dependia das conclusões do certame licitatório, se lançou duas licitações para aquisição de máquina equipamentos, no entanto as duas foram fracassadas. Apesar das dificuldades somente em 2016, se lançou pregão eletrônico e conclui. O Regional investiu restabeleceu a área de tecnologia com que tange os novos equipamentos e melhoramento de rede lógica.

O CRC/RO atua como fator de proteção social, o índice de risco pode ser considerado quase inexistente, tendo em vista que as ações projetadas e executadas não trazem riscos sociais e nem ambientais.

O CRCRO desenvolveu e promoveu um grande número de ações no intuito de cumprir os objetivos constantes no planejamento estratégico da entidade. Nesse intuito, os principais projetos desempenhados foram:

- **Fiscalização Ostensiva**: No objetivo de combater a exploração e o exercício da profissão contábil por pessoas sem formação legal e os profissionais não habilitados, foi estipulado no Plano de Trabalho fiscalizar as Organizações Contábeis, Empresas Comerciais, Instituições Financeiras, Entidades Sem Fins Lucrativos e Órgãos Públicos, em 50% do Estado de Rondônia, a meta foi alcançada, pelo fato da equipe da Fiscalização estar completa, para cumprir com o nosso dever de desempenhar o papel de proteção social e resguardar os interesses dos clientes lhe assegurando fiel cumprimento da legislação da profissão contábil e outras pertinentes. A Administração do CRCRO realizou contratações por meio de Concurso Público, para regularizar a situação de desfalque de funcionários, que vinha do ano anterior.

O quadro Demonstração da Execução da Despesa para Atingir os Objetivos Estratégicos do Exercício, conforme **anexo I.**

2.3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos.

Com relação às transferências de recursos, conforme a DN TCU nº 154/2016, informa-se que não se aplicam a realidade do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia.

2.3.3 Informação sobre a realização das receitas

A receita do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia tem a seguinte constituição:

- receitas de contribuições;
- receitas oriundas da exploração de bens e serviços;
- receitas financeiras;
- receitas de transferências e;
- outras receitas;

a) Cobrança Compartilhada

A Resolução CFC n.º 863/99, disciplina a cobrança compartilhada e o recolhimento da cota pertencente ao CFC, onde os Conselhos Regionais são responsáveis pela arrecadação e recebimento. No compartilhamento são destinados 80% (oitenta por cento) para o CRCRO e 20% (vinte por cento), são repassados automaticamente, para o Conselho Federal de Contabilidade, pelo banco arrecadador.

b) Origem das Receitas

- Receitas de Contribuições – são recursos oriundos de recebimentos com anuidades de profissionais da contabilidade e organizações contábeis;

- Exploração de Bens e Serviços – compreende basicamente a receita oriunda da emissão de carteiras e das receitas obtidas com aluguéis, recuperação de despesas operacionais, fotocopias e demais receitas diversas;
- Receitas Financeiras – são representadas por juros de mora sobre anuidades, juros de mora sobre multas de ausência às eleições, juros de mora sobre multa de infração, atualização monetária sobre anuidades, multas de eleições e infrações e pelos rendimentos decorrentes de aplicações financeiras;
- Outras Receitas Correntes – As receitas classificadas neste grupo decorrem de multas por ausência as eleições, multas de infração e restituições, indenizações e receitas não identificadas.

Estes recursos são destinados ao custeio dos projetos/atividades relacionados ao registro, a fiscalização e educação continuada, oferecidos no interesse da categoria de profissionais de contabilidade, como também para o custeio das atividades operacionais do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia – CRCRO.

A previsão da receita corrente é estabelecida tomando como parâmetro os seguintes critérios:

- Receita realizada até o mês de agosto, somado com a projeção até dezembro;
- Acompanhamento da variação do número de profissionais inscritos;
- Verificação da previsão de aumento no valor da anuidade;
- A manutenção da cobrança na esfera administrativa e judicial;
- O reconhecimento das receitas que decorrem de recuperação de despesas;
- Repasse da taxa de inscrição do Exame de Suficiência do Sistema CFC/CRCs, conforme Resolução CFC nº 1.434/2013;

A previsão da receita de capital é feita de acordo com a previsão de alienação de bens ou outras que se caracterizem com esse tipo de arrecadação no exercício.

c) Previsão e Arrecadação por Natureza

A receita total do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia no exercício de 2016 foi estimada em R$ 2.912.000,00 (dois milhões, novecentos e doze mil reais) sendo suplementada em R$ 340.007,00 (trezentos e quarenta mil e sete reais). A arrecadação atingiu 110% da receita prevista e 99% da receita após as suplementações orçamentaria.

Quadro 2 – Previsão e Arrecadação por Receitas Corrente e de Capital

RECEITAS CORRENTES			
	2016		
Grupos de Receita	**Previsto**	**Realizado**	**%**
1. Contribuições (6.2.1.1)	**2.062.000,00**	**2.156.074,94**	**104%**
ANUIDADES (6.2.1.1.01)	2.062.000,00	2.156.074,94	104%
2. Exploração de Bens e Serviços (6.2.1.2)	**131.930,00**	**131.064,63**	**99%**
Exploração de Bens **(**6.2.1.2.01)	15.600,00	14.300,00	91%
Exploração de Serviço **(**6.2.1.2.02)	116.330,00	116.764,63	100%
3. Financeiras (6.2.1.3)	**398.740,00**	**568.541,66**	**143%**
Juros e Encargos s/ Anuidades, Multas de Infração e Eleição (6.2.1.3.02 + 6.2.1.3.03 + 6.2.1.3.04)	248.740,00	285.978,93	115%
Remun. de Dep. Banc. e Aplicação Financeira (6.2.1.3.05)	150.000,00	282.562,73	188%
4. Outras Receitas Correntes (6.2.1.4 + 6.2.1.9)	**319.330,00**	**365.594,17**	**114%**
Transferências (6.2.1.4.01)	94.080,00	164.894,88	175%
Multas (6.2.1.9.01)	225.250,00	195.427,84	87%
Demais Elementos do Grupo (6.2.1.9.02+6.2.1.9.03)	0,00	5.271,45	-
TOTAL RECEITAS CORRENTES	**2.912.000,00**	**3.221.275,40**	**110%**
Superávit Financeiro Exercício Anteriores	**340.007,00**	**0,00**	**-**
TOTAL GERAL DA RECEITA	**3.252.007,00**	**3.221.275,40**	**99%**

Fonte: Balanço Orçamentário, em 31/12/2016 (Sistema de Contabilidade)

As receitas de contribuições atingiram 104% do orçamento previsto e representam 67% do total das receitas correntes.

O aumento verificado entre a receita prevista e a realizada neste grupo deve-se ao fato do reajuste do valor da Anuidade de 2016, o qual não estava previsto na previsão orçamentária.

As receitas de bens e serviços atingiram 99% em relação à receita prevista, e representa 4% em relação ao total das receitas correntes.

A diminuição verificada entre as receitas previstas e as realizadas neste grupo deve-se ao fato que a grande maioria dos serviços prestados via atendimento no Regional são eletrônicos.

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras e juros e encargos sobre anuidades atingiram 143% da previsão e representa 17% do total das receitas correntes.

O aumento verificado entre a receita prevista e a realizada neste grupo, especificamente com certa relevância refere-se a rendimentos ganhos em aplicações financeiras.

As outras receitas correntes atingiram 114% da previsão e 11% do total das receitas correntes.

O valor referente à Previsão Adicional das aberturas de créditos adicionais suplementares, realizados através do superávit financeiro do exercício de 2015, foram criados com a finalidade de suprir as necessidades de criação de novos projetos que não estavam previstos no orçamento proposto para o exercício financeiro de 2016.

d) Forma de partilha de receita entre as Unidades Centrais e Regionais

Conforme disposto na alínea "a" do art. 8º do Decreto-Lei nº 9.295/1946 e nas Resoluções CFC nº 1.370/11, CFC nº 1.252/09, constitui renda do Conselho Federal de Contabilidade 1/5 (um quinto) da renda bruta de cada Conselho Regional nela não se compreende doações, legados e subvenções. A renda prevista nos instrumentos legais citados acima é realizada pelos Conselhos Regionais de Contabilidade e repassada ao CFC, a título de cota-parte.

2.3.4 Informação sobre a execução das despesas

Para o exercício financeiro de 2016, foi planejado o montante de R$ 2.912.000,00 (dois milhões, novecentos e doze mil reais) para execução das despesas.

As despesas são fixadas de acordo com a sua relevância e grau de prioridade e são executadas de acordo com o planejamento.

a) Comparativo das despesas entre os dois últimos exercícios:

No exercício de 2016, a despesa foi executada no montante de R$ 2.968.056,17 (dois milhões, novecentos e sessenta e oito mil, cinquenta e seis reais e dezessete centavos), sendo que as despesas correntes representam cerca de 92% da despesa total, e apresenta uma média de gasto mensal de, aproximadamente, R$ 227.095,27 (duzentos e vinte sete mil, noventa e cinco reais e vinte e sete centavos), incluindo o repasse de 20% da cota parte remetidos ao Conselho Federal de Contabilidade.

Comparativamente com o exercício anterior observa-se que as despesas correntes no exercício de 2016 tiveram um aumento de 8% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Este aumento é reflexo, principalmente, dos gastos com pessoal, na ordem de 41% em comparação com ano anterior, devido as novas contratações e reajuste de data-base. As despesas tributárias tiveram um aumento de 6%, essas despesas contemplam a contribuição com cota-parte.

As demais despesas correntes tiveram pequenas variações em relação ao exercício de 2015.

As despesas de capital representam, aproximadamente, 8% da despesa executada conforme demonstrado. Destaca-se que, neste exercício, foram investidos R$ 21.000,00 em máquinas e Equipamentos, R$ 145.046,00 em veículo e R$ 31.866,91 em equipamentos de processamentos de dados.

a) Execução das despesas por modalidade de licitação.

Quadro 3 – Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**307.473,68**	**351.354,27**	**253.534,21**	**347.731,62**
a) Convite	0,00	59.850,01	0,00	56.227,36
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	307.473,68	291.504,26	253.534,21	291.504,26
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	**442.693,95**	**589.003,52**	**437.666,56**	**582.633,28**
f) Dispensa	316.039,39	563.378,54	311.012,00	557.008,30
g) Inexigibilidade	126.654,56	25.624,98	126.654,56	25.624,98
3. Regime de Execução Especial	**15.651,84**	**25.382,33**	**15.651,84**	**25.382,33**
h) Suprimento de Fundos	15.651,84	25.382,33	15.651,84	25.382,33
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**1.554.353,93**	**1.175.565,95**	**1.553.593,93**	**1.147.591,35**
i) Pagamento em Folha	1.391.331,93	1.027.399,04	1.391.331,93	999.424,44
j) Diárias	163.022,00	148.166,91	162.262,00	148.166,91
5. Outros	**647.882,77**	**611.310,92**	**647.571,17**	**611.310,92**
6. Total (1+2+3+4+5)	**2.968.056,17**	**2.559.979,99**	**2.908.017,71**	**2.714.649,50**

Fonte: Sistema de Contabilidade

No exercício de 2016, foram abertos 05 (cinco) processos de licitações na modalidade Pregão Eletrônico, 09 (nove) processos de Inexigibilidade de Licitação. As contratações diretas na modalidade Dispensa foram 21 (vinte e um), não houve abertura de processos na modalidade carta convite.

Os responsáveis por suprimento são nomeados por meio de Portaria e as prestações de contas dos gastos são elaboradas e apresentadas no trigésimo dia após a sua concessão e por ocasião do encerramento do exercício, a prestação de contas é feita até o último dia útil do ano.

A folha de pagamento, as provisões de férias é 13º salário e encargos patronais são apropriadas pelo regime de competência contábil e o pagamento da folha é feito até último dia útil de cada mês.

As férias são concedidas e pagas de acordo com o calendário anual de férias e o pagamento do 13º salário é concedido a primeira parcela no mês de junho e a segunda parcela no mês de dezembro.

O pagamento das diárias tem como base a Resolução CRCRO 284/2015, que dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O montante evidenciado no item “outros”, refere-se as despesas com pagamento de empréstimos obtidos com o Conselho Federal de Contabilidade, o repasse da cota parte de 20% (vinte por cento) sobre as receitas de contribuição e pagamentos imposto e taxas.

b) **Comparativo das despesas entre os dois últimos exercícios:**

Quadro 4- Demonstrativo das Despesas – Corrente e Capital

DESPESAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**Valores Pagos**	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
1. Despesas de Pessoal (6.3.1.1 + 6.3.1.2)	**1.335.360,57**	**929.353,11**	**1.315.822,40**	**929.172,71**	**1.314.693,43**	**929.172,71**
Remuneração de Pessoal (6.3.1.1.01.01.01)	871.997,57	605.435,94	866.989,61	605.435,94	865.860,64	605.435,94
Encargos Patronais (6.3.1.1.01.01.02)	311.131,91	198.071,18	296.953,12	197.890,78	296.953,12	197.890,78
Benefícios a Pessoal (6.3.1.1.01.01.03 + 6.3.1.2)	152.231,09	125.845,99	151.879,67	125.845,99	151.879,67	125.845,99
2. Uso de Bens e Serviços (6.3.1.3)	**737.442,30**	**918.030,51**	**734.436,66**	**918.030,51**	**714.670,08**	**918.030,51**
Material de Consumo (6.3.1.3.01)	82.235,90	60.707,56	82.235,90	60.707,56	69.399,15	60.707,56
Serviços (6.3.1.3.01+6.3.02.02)	427.349,56	486.981,13	424.343,92	486.981,13	418.174,09	483.455.38
Diárias (6.3.1.3.02.03)	163.022,00	157.706,00	163.022,00	157.706,00	162.262,00	157.706,00
Passagens (6.3.1.3.02.04)	50.777,72	61.738,78	50.777,72	61.738,78	50.777,72	61.738,78
Demais Elementos de Despesas (6.3.1.3.02.05 + 6.3.1.3.02.06)	14.057,12	220,00	14.057,12	220,00	14.057,12	220,00
3. Financeiras (6.3.1.4)	**98.737,77**	**83.280,37**	**98.737,77**	**83.280,37**	**98.737,77**	**83.280,37**
Juros e Enc. s/ Empréstimos (6.3.1.4.01.01)	28.456,17	25.756,18	28.456,17	25.756,18	28.456,17	25.756,18
Serviços Bancários (6.3.1.4.01.02)	70.281,60	57.524,19	70.281,60	57.524,19	70.281,60	57.524,19
4. Outras Despesas Correntes (6.3.1.5 + 6.3.1.6 + 6.3.1.6.01)	**576.146,43**	**536.924,40**	**576.146,43**	**536.924,40**	**576.146,43**	**536.324,40**
Tributárias e Contributivas (6.3.1.6.01)	539.543,80	510.830,93	539.543,80	510.830,93	539.543,80	510.830,93
Demais elementos do grupo (6.3.1.9.01)	36.602,63	26.093,47	36.602,63	25.493,47	36.602,63	25.493,47
DESPESAS CORRENTES (1+2+3+4)	**2.747.687,07**	**2.467.588,39**	**2.725.143,26**	**2.466.807,99**	**2.704.247,71**	**2.466.807,99**
DESPESAS DE CAPITAL						
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**Valores Pagos**	
5. Investimentos (6.3.2.1)	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Equipam. Mat. Permanentes (6.3.2.1.03)	197.912,91	240.209,00	197.912,91	240.209,00	159.557,80	240.209,00
6. Amortizações da Dívida (6.3.2.3.01.01)	**45.000,00**	**45.000,00**	**45.000,00**	**45.000,00**	**45.000,00**	**45.000,00**
Amortização de Empréstimos (6.3.2.3.01.01)	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	**242.912,91**	**285.209,00**	**242.912,91**	**285.209,00**	**204.557,80**	**285.209,00**
TOTAL GERAL	**2.990.599,98**	**2.752.797,39**	**2.968.056,17**	**2.752.016,99**	**2.908.805,51**	**2.752.016,99**

Fonte: Balanço Orçamentário 2016

As modificações ocorridas no Exercício de 2016 com relação ao Grupo de Despesas Correntes, especificamente no grupo de Despesa com Pessoal, a qual se obteve o percentual de 43%, comparado ao ano de 2015, foi considerado em virtude do reajuste salário de 10,87% e novas contratações de pessoal.

As modificações ocorridas no Exercício de 2016 com relação ao Grupo de Despesa de Capital foi 17% a menor comparado a ao Exercício de 2015, tendo em vista que houve pouco investimento em Despesas de Capital, considerando que o Regional em 2015 realizou renovação da frota de veículos e parque de informática, iniciando o exercício de 2016 com equipamentos e veículos novos sem a necessidade de aquisições no corrente ano.

c) **Programação Orçamentária das Despesas Correntes e de Capital**

Durante o exercício de 2016, o CRCRO procedeu a aberturas de Créditos Adicionais Suplementares ao Orçamento da Despesa, utilizando como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015 e anulações parciais de diversas rubricas.

Quadro 5 – Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais (6.3.1.1+6.3.1.2)	2 – Uso de Bens e Serviços (6.3.1.4)	3 – Financeiras (6.3.1.4)	4– Outras Desp. Correntes (6.3.1.5+6.3.1.6+6.3.1.9)
DOTAÇÃO INICIAL			1.332.856,00	837.724,74	56.140,00	581.879,26
CRÉDITOS	**Suplementares**		216.622,84	443.707,25	45.379,00	50.494,00
	Especiais	**Abertos**	-		-	-
	Extraordinários	**Abertos**	0,00	0,00	0,00	-
Créditos Cancelados (-)			(173.509,84)	(347.394,25)	0,00	(38.400,00)
Dotação final 2016 (A)			**1.375.969,00**	**934.037,74**	**101.519,00**	**593.973,26**
Dotação final 2015 (B)			**1.025.253,48**	**1.141.706,52**	**85.760,00**	**624.345,00**
Variação (A/B-1)*100			**34,20%**	**-22,23%**	**18,37%**	**-5,11%**

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital				
			5 – Investimentos (6.3.2.1)	6- Empréstimosc Concedidos (6.3.2.2)	7-Amortiz. da Dívida (6.3.2.3.01.01)	8-Outras Despesas Capita (6.3.2.3.01.02 + 6.3.2.44)	9- Reserva de Contingências
DOTAÇÃO INICIAL			53.000,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00
CRÉDITOS	**Suplementares**		233.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais	**Abertos**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	**Abertos**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos Cancelados (-)			(87.892,00)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dotação final 2016 (A)			**198.808,00**	**0,00**	**45.000,00**	**0,00**	**0,00**
Dotação final 2015 (B)			**500.766,00**	**0,00**	**45.000,00**	**0,00**	**0,00**
Variação (A/B-1)*100			**-151,88%**	**0%**	**100%**	**0%**	**0%**

Fonte: Balancete Orçamentário em 31/12/2016 e 31/12/2015

Os grupos de naturezas de despesas que mais sofreram alterações foram o "Pessoal e Encargos Sociais", que teve variação para maior de 34,20% comparado ao ano anterior, os grupos de despesas referentes a "Uso de Bens e Serviços, "Despesas Financeiras e Outras Despesas Correntes" tiveram uma 22,23%, acréscimo 18,37% e diminuição de 5,11%, respectivamente.

Quanto à Despesa de Capital, apesar de ter havido remanejamentos na despesa com "Investimentos", o total final ficou bem menor, cerca de 151,88% em relação ao ano anterior, tendo como fator dessa redução a não concretização de investimentos, conforme já relatado neste Relatório.

Foram realizadas 6 (seis) modificações no orçamento, sendo 05 (cinco) aprovados por meio de Resolução, com a utilização de superávit financeiro do exercício financeiro de 2015, excesso de arrecadação e anulação parcial ou total de dotações e 01 (uma) por meio de Portaria, com anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme demonstrado:

Quadro 6 – Resoluções

Ato	Data	Valor	Fonte de Recursos
Resolução CRC-RO N.º 293/2016	27/01/2016	170.000,00	Superávit Financeiro Exercício Anterior
Resolução CRC-RO N.º 294/2016	27/01/2016	82.500,00	Superávit Financeiro Exercício Anterior
Resolução CRC-RO N.º 295/2016	20/05/2016	87.507,00	Superávit Financeiro Exercício Anterior
Resolução CRC-RO N.º 296/2016	24/06/2016	226.649,00	Anulação Parcial ou Total
Resolução CRC-RO N.º 297/2016	15/08/2016	3.520,00	Anulação Parcial ou Total
Total Suplementado		**687.054,00**	

Fonte: Sistema de Contabilidade

Quadro 7 – Portarias

Ato	Data	Valor	Fonte de Recursos
Portaria CRC-RO N.º 121/2016	29/08/2016	41.916,66	Anulação Parcial Dotação Orçamentária
Total Suplementado		**41.916,66**	

Fonte: Sistema de Contabilidade

2.4 Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

O departamento de Fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia – CRCRO é responsável pela fiscalização e montagem dos processos, que após o trânsito em julgado, sendo imposta as multas de infrações, são encaminhadas ao Setor de Cobrança – Arrecadação e Dívida Ativa, para inclusão destas, mediante memorando interno com nomes, número de processo, valor da multa de infração e data de vencimento.

Após lançamento no sistema, informa-se ao Setor de Fiscalização, que em seguida procede a conferência e imprimi os boletos, sendo a 1ª via acostada aos autos, e a 2ª via envia ao devedor via correio, modalidade AR, acompanhado juntamente com oficio contendo a base legal e o dispositivo infringido, concedendo o prazo de 30 dias para se efetuar o pagamento.

Vencido o prazo legal, iniciam os procedimentos administrativos visando receber os créditos parceladamente ou integral. Os parcelamentos são acompanhados pelo Setor de Cobrança – Arrecadação e Dívida Ativa que tomará as medidas cabíveis para liquidação dos débitos. Com o

objetivo de garantir a arrecadação das multas busca-se aplicar as seguintes ações: telefonemas, e-mails, cartas notificações, protestos e por última execução judicial.

As negociações efetuadas advindas das ações acima citadas, são inseridas na aba de atendimento, tendo em vista que o sistema Spiderware oferece aos demais setores a possibilidade de consulta. Com tais ações, oferta o devedor adimplir tanto integral quanto parcelado os débitos pendentes, observando os limites previstos nas resoluções CFC 1514/2016 e 1368/2011.

Através de e-mails se envia simulações dos débitos, bem como, utilização de recursos via internet onde se pode emitir boleto, sempre com destaque de vencimento de débitos integrais e/ou parcelas decorrentes de acordos de parcelamentos.

Concluídas as fases de cobrança administrativa, são emitidas as Certidões de Dívida Ativa (CDAs), encaminha-se para protesto em cartório e/ou Setor Jurídico para ajuizar ação de execução fiscal.

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia não realiza inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.

Para se retirar ou suspender processos, efetua-se os seguintes procedimentos, Cartórios de protestos, por meio de carta de anuência onde o protestado comparece na sede do CRC-RO e leva juntamente com documentos originais para o pagamento das devidas custas cartorárias; Justiça Federal, se houve parcelamento através de memorando interno será solicitado ao setor jurídico a suspensão, se o pagamento foi integral solicitamos a retirada do processo.

O setor de cobrança e o setor jurídico que trabalham com as execuções fiscais, devem ter constantes trocas de informações e orientações no sentido de mudanças nas leis, como também verificação na justiça federal processos que já foram arquivados e os motivos.

Sempre que entramos em contato com o devedor, devemos atualizar o cadastro, incentiva-lo com descontos e parcelamentos, agilizar processos administrativos, com respostas rápidas por e-mail ou telefone, para termos certeza do que foi acordado será cumprido.

O manual de cobrança nos faz cumprir rotinas, podemos ainda acrescentar planilhas de controles e procedimentos a serem executados após o vencimento dos débitos que não foram liquidados. Sempre que receber um telefonema procurar conversar de modo a informar e confirmar o recebimento seja do boleto, avisos sobre cursos, aproveitando para conferir endereço, celular e-mail; enviar via e-mail lembretes onde mostra o passo a passo como emitir o boleto via internet; encaminhamento da CDA ao protesto após a conferência dos documentos; encaminhamento da CDA ao setor jurídico para a devida execução; manutenção de planilhas com os diversos procedimentos que foram feitos.

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia, por meio dos Setores de Fiscalização e Arrecadação e Dívida Ativa, vem demonstrar de acordo com o sistema as multas de infrações no exercício de 2015 e 2016, quantidades de multas aplicadas e valores arrecadados conforme tabelas de acompanhamento abaixo:

Quadro 8 – Acompanhamento da Arrecadação e multas - Quantidade

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Quantidade																			
QUANTIDADES DE MULTAS																			
Multas Aplicadas		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)												Validação	
						Suspensas Administrativamente		Multas não inscritas no CADIN		Multas com Risco de Prescrição Executória		Outras		Total das Multas Exigíveis e Definitivamente Constituidas		Demais Situações		Multas Aplicadas por Período Competência	
Período de Competência	Quantidade	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios			
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
2016	173	73		0	-	0	-	100	-	0	-	0	-	100	-	0	-	173	-
2015	165	17	107	0	0	0	0	58	58	0	0	0	0	58	58	0	0	165	165
Total	338	90	107	0	0	0	0	158	58	0	0	0	0	158	58	0	0	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas		173	165																

Quadro 9 – Acompanhamento da Arrecadação de Multas – Valor (R$ 1,00)

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Valores (R$ 1,00)																	
MONTANTE FINANCEIRO (R$)																	
Multas Aplicadas		**Descontos**		**Arrecadadas**		**Canceladas Administrativamente**		**Processo Administrativo (Não Arrecadadas)**						**Validação**	
								Suspensas Administrativamente		**Multas Exigíveis e Definitivamente Constituidas**		**Demais Situações**		**Multas Aplicadas por Período de Competência**	
Período de Competência	**Valores**	**Exercícios**		**Exercícios**		**Exercícios**		**Exercícios**		**Exercícios**		**Exercícios**			
		2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
2016	250.211,41	0,00	-	51.796,02	-	0,00	-	0,00	-	198.415,39	-	0,00	-	**250.211,41**	-
2015	242.005,34	0,00	0,00	76.890,71	52.974,34	0,00	0,00	0,00	0,00	165.114,63	189.031,00	0,00	0,00	**242.005,34**	**242.005,34**
Total	**492.216,75**	**0,00**	**0,00**	**128.686,73**	**52.974,34**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	363.530,02	189.031,00	**0,00**	**0,00**	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas				**250.211,41**	**242.005,34**										

2.5- Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Os indicadores são pontos de controle definidos pela entidade no intuito de mensurar o alcance do objetivo proposto para projetos/atividades definidos por objetivo estratégico.

Quadro 10 – Indicadores de Gestão

Objetivo Estratégico	Indicadores estratégicos atribuídos
1. Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs	Ampliação da receita de contribuição (anuidade de Profissionais e organizações contábeis)
	Índice de inadimplência de profissional - Geral
	Índice de inadimplência de organizações contábeis - Geral
	Índice de despesas com pessoal
2. Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do CFC	Índice de adequação da frota de veículos de uso da fiscalização.
	Índice de renovação da frota de veículos de uso da fiscalização e da administração.
	Índice de satisfação com condições físicas, ambientais e de saúde.
3. Ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs.	Índice de capacitação de usuários em tecnologia
	Índice de novação do parque de informática.
4. Atrair e Reter Talentos	Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho Federal/Regional em prol do corpo funcional.
	Percentual de benefícios.
	Taxa de desligamento.
5. Fortalecer o conhecimento técnico e habilidades pessoais dos conselheiros e dos funcionários do CFC.	Hora média de capacitação dos conselheiros.
	Percentual de treinamentos realizados para atender as competências definidas
6. Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de registro e fiscalização como fator de proteção a sociedade.	Índice de realização de diligências geral.
	Índice de evolução de registros profissionais ativos.
7. Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos.	Índice de satisfação com qualidade no atendimento do CFC/CRCs.
	Tempo médio de julgamento de processos de registro.
	Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização.
8. Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs.	Grau de eficiência orçamentária.
	Grau de implementação da inovação.
9. Firmar parcerias estratégicas	Percentual de parcerias e patrocínios firmados.
10. Fortalecer a participação sócio-político-institucional junto às instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil.	Relacionamento sócio-político-institucional.
	Participação Institucional (convite) em eventos de outras entidades.
	Posicionamento do CFC e CRCs sobre temas relevantes de interesse da classe contábil e da sociedade.
11. Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e fomentar programas de educação continuada.	Participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação- Educação Continuada
	Investimentos em desenvolvimento profissional – per capita.
	Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc.
12. Atuar como fator de proteção da sociedade	Ética na profissão
	Índice de controle social

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

O CRCRO, por meio de indicadores qualificados por objetivos estratégicos, busca monitorar e avaliar o resultado de seus atos de gestão. Entretanto, no exercício de 2016, foram executados os projetos/atividades, classificados de acordo com os objetivos estratégicos vinculados aos indicadores para o Sistema CFC/CRCs.

As informações a seguir demonstram as fórmulas, metas estipuladas e resultados alcançados dos principais indicadores evidenciados por objetivo estratégico.

Quadro 11 – Objetivo estratégico: Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira ao sistema CFC/CRCs.

Indicador Estratégico 1 – Ampliação da receita de contribuição (anuidade de profissionais e organizações contábeis).	
Objetivo	Avaliar o comportamento da receita de contribuição (redução ou acréscimo) em relação ao exercício anterior.
Fórmula do Indicador Estratégico	[(Receita de contribuição do ano anual/receita de contribuição do ano anterior) -1] x 100.
Periodicidade	Anual
Resultado do Indicador	8,33%
Meta para o ano de 2016	7%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico 2 e 3 – Índice de inadimplência de profissional e organizações contábeis- Geral	
Objetivo	Avaliar o percentual de inadimplência de anuidades, multas de infrações e multas de eleições dos profissionais e organizações contábeis, acumulada até o exercício atual.
Fórmula do Indicador Estratégico	(quantidade de profissionais e organizações contábeis ativos inadimplentes até o exercício atual/quantidade de profissionais e organizações contábeis ativos x 100).
Periodicidade	Anual
Resultado do Indicador	29,10% Profissionais e 8,13% Organizações Contábeis
Meta para o ano de 2016	Até 26% Profissionais e até 14% Organizações Contábeis
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico 4 – Índice de despesa com Pessoal	
Objetivo	Avaliar o percentual da despesa com pessoal em relação ao total da arrecadação.
Fórmula do Indicador Estratégico	(Valor da despesa com Pessoal/receita corrente líquida x 100).
Periodicidade	Mensal e acumulada
Resultado do Indicador	54,14%
Meta para o ano de 2016	Até 45%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica - Ampliação da receita de contribuição (anuidade de profissionais e organizações contábeis): Em conformidade com as avalições de desempenho apresentadas, percebe-se que o crescimento da receita ficou acima do estabelecido. O aumento na arrecadação da receita em relação ao exercício anterior superou o valor previsto no orçamento.. Além disso, as ações efetivas de cobrança, na via administrativa e/ou judicial, são ferramentas que são utilizadas para melhorar o desempenho.

Análise crítica - inadimplência de profissional e organizações contábeis- Geral: Com relação aos índices gerais de inadimplências dos Profissionais e Organizações Contábeis, pode-se concluir que apenas as metas relativas às organizações foram alcançadas, fora estipulada 14%, atingiu-se 8,13%, todavia a de profissional, não foi alcançada, pois a meta fixada de 26%, atingiu 29,10%. Apesar do CRC, adotar medidas intensivas de cobrança com a finalidade de recuperação os créditos. No exercício de 2017 se reavaliará os procedimentos: estratégias aprimoradas que buscaram a conciliação rápida de débitos por meio de contato pessoal e/ou telefônico, bem como,

por envio de boleto por e-mails apresentando simulações de débito em aberto. Assim também, utilização de recursos automáticos do Sistema Spiderware, como lembretes de vencimento de débitos. Permanecendo a inadimplência, os débitos em aberto tiveram lavradas respectivas Certidões de Dívida Ativa, e, posteriormente, encaminhadas para protesto em cartório e/ou execução fiscal. Todas as ações com base nas Resoluções CFC nºs 1.491/2015 e 1.368/2011.

Análise crítica - Índice de despesa com Pessoal: Com relação ao índice de despesa com pessoal o resultado superou o fixado estimado de até 45% das Receitas Correntes Líquidas, todavia se alcançou no exercício o índice de 54,14%, haja vista, a necessidade da Entidade de se estruturar de pessoal para atender a demanda operacional, desta forma houve acréscimo de 9,14%.

Quadro 12 – Objetivo estratégico: Assegurar Adequada Infraestrutura e suporte logístico as necessidades do CRCRO

Indicador Estratégico 5 – Índice de adequação da frota de veículos de uso da fiscalização	
Objetivo	A fórmula permite verificar se o CRC possui carros para todos os fiscais.
Fórmula do Indicador Estratégico	(quantidade de veículos / *quantidade de fiscais)
Periodicidade	anual com posição acumulada em dezembro.
Resultado do Indicador	100%
Meta para o ano de 2016	100%
Indicador Estratégico7 - Índice de satisfação com condições físicas, ambientais e de saúde	
Objetivo	Este índice permite avaliar o nível de satisfação dos Profissionais da Contabilidade relacionadas às condições físicas, ambientais e de saúde.
Fórmula do Indicador Estratégico	(extrair da pesquisa de satisfação aplicada junto ao profissional de contabilidade pelo o CRCRO, onde se extraiu a média dos percentuais dos índices ótimo e bom das questões que compõem o Bloco I.)
Periodicidade	Semestral
Resultado do Indicador	76,41%
Meta para o ano de 2016	70%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica - Adequação da frota de veículos de uso da fiscalização: De acordo com a Avaliação apresentada, foi possível indicar que a quantidade de carro foi de 100%, atendendo assim a Meta para o ano de 2016, atuando como fator de proteção a sociedade.

Análise crítica - Satisfação com condições físicas, ambientais e de saúde: O índice de satisfação com condições físicas, ambientais e de saúde, através da pesquisa de satisfação aplicada aos profissionais pelo o Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia, superou a meta estabelecida para o exercício de 2016 que foi de 70%, houve acréscimos de 6,41%, todavia tanto Regional bem como os escritórios regionais necessitam melhorar a estrutura física e funcional para melhor atender o principal que é o profissional contábil.

Quadro 13 – Objetivo estratégico: Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no sistema CFC/CRCS.

Indicador 08 - Índice de Capacitação de usuários em Tecnologia	
Objetivo	Este índice permite avaliar a quantidade de horas de capacitação por colaborador nos sistemas informatizados pelos conselhos de contabilidade.
Fórmula do Indicador Estratégico	(horas de capacitação/total de funcionários).
Periodicidade	Anual com prévia semestral acumulada
Resultado do Indicador	8h46min
Meta para o ano de 2016	8 horas
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador 09 - Índice de Renovação do Parque de Informática	
Objetivo	Permite avaliar o % de equipamentos trocados a cada ano, sendo desejável que o CRC atinja como meta anual 25%.
Fórmula do Indicador Estratégico	(quantidades de equipamentos adquiridos no exercício/quantidade total de equipamentos no final do exercício anterior X 100).
Periodicidade	Anual
Meta para o ano de 2016	8%
Resultado do Indicador	9,68%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica - Capacitação de usuários em Tecnologia: Para computarmos as horas de capacitação dos colaboradores se somou as horas do curso interno e externo voltado ao sistema utilizado nessa Entidade. Os treinamentos internos foram efetuados nos seguintes sistemas: de protocolo, arrecadação e dívida ativa, fiscalização eletrônica, sistema de processo eletrônico, sistema de eventos, financeiro, contabilidade e licitações. Obteve 252 horas/26funcionários = 8h46min. Embora a meta estabelecida sendo atingida, se reconhece que na área de tecnologia de informação os sistemas se atualizam para atender a necessidade do cliente, assim, os funcionários necessitam de treinamento e capacitação contínua.

Análise crítica - Renovação do Parque de Informática: Se atingiu a meta estabelecida, ultrapassando 1,68%, apesar de efetuar a abertura de dois pregões eletrônicos, os certames licitatórios fracassaram em 2015, em 2016 deu abertura em novo certame para aquisição de equipamentos, acessórios e periféricos se concluiu todos os lotes, encerrou-se o certame com a aquisição fechada.

Quadro 14 – Objetivo estratégico: Fortalecer o conhecimento técnico e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do CFC e do CRC.

Indicador 13 - Hora média de capacitação dos conselheiros	
Objetivo	Permite avaliar o tempo médio de capacitação dos Conselheiros.
Fórmula do Indicador Estratégico	(horas de capacitação/total de Conselheiros) 96/12
Periodicidade	Anual acumulado
Meta para o ano de 2016	12 horas
Resultado do Indicador	14h23min
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica - Hora média de capacitação dos conselheiros: O Regional estabeleceu a para treinamento de conselheiros para o exercício de 2016 de 12 horas, todavia com a política de incentivo a participação de cursos, treinamentos e palestras voltados para classe contábil se atingiu 14h23min. Assim sendo se cumpriu a meta estipulada, de acordo com o Controle efetuado pela Diretoria houve participação de conselheiros nos seguintes cursos/ eventos/palestra: Treinamento de Conselheiros/Fiscalização, Treinamento de Arrecadação e Dívida Ativa, IRPF Avançado foco

atividade rurale e Ganhos de Capital, Processos Críticos Gestão e Impl do e-Social, Fórum SPED e ECD, 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, Fórum Nacional da Mulher Contabilista, Fórum Nacional dos Empresários da área contábil, Fórum Brasil de Jovens Lideranças Contábeis, Workshop Gestão do Patrimônio Publico, Workshop Técnicas de Elab.de Contratos de Prestação de Serv. Contábeis.

Quadro 15 – Objetivo estratégico: Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de registro e fiscalização da sociedade.

Indicador Estratégico15 – Índice de realização de diligência geral	
Objetivo	Este índice permite avaliar a variação % do total de diligências realizadas em relação à quantidade total de diligências previstas para o exercício.
Fórmula do Indicador Estratégico	(quantidade total de diligências realizadas no ano / quantidade de total de diligências previstas no ano) X 100
Periodicidade	Anual acumulado com prévias quadrimestrais acumuladas de todas as diligências previstas e realizadas.
Meta para o ano de 2016	100%
Resultado do Indicador	191,25%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico 16 – Índice de evolução de registro de profissionais ativos	
Objetivo	Avaliar o % de crescimento dos registros ativos.
Fórmula do Indicador Estratégico	((Total de profissionais da contabilidade com registro ativo no ano atual/total de profissionais da contabilidade com registro ativo do ano anterior) -1 X 100).
Periodicidade	Anual
Meta para o ano de 2016	3%
Resultado do Indicador	-0,41%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica - Índice de realização de diligência geral: De acordo com a Avaliação apresentada, foi possível indicar que a quantidade de Diligências realizadas foi superior em 91,25% em relação à quantidade total de diligências previstas para o exercício, atuando de forma satisfatória na proteção a sociedade. A diferença a maior se deve pela implantação da fiscalização eletrônica e contratação de 02 (dois) contadores para suprir a necessidade do quadro funcional do Setor de Fiscalização.

Análise crítica - Evolução de registro de profissionais ativos: Com Relação a evolução de registro profissionais ativos, houve uma regressão significativa que se demonstra o número de baixa maior que as solicitações de registro profissional no cadastro do CRCRO. Desta forma não se cumpriu a meta. Em 2017, tem-se necessidade de implementação de ações que visem ao incentivo ao registro profissional e realizar visitas as Universidades com os alunos do último período para falar sobre os benefícios do registro e distribuir cartilhas sobre o registro que fala sobre o Registro Profissional.

Quadro 16 – Objetivo estratégico: Garantir Qualidade e Confiabilidade nos Processos e nos Procedimentos.

Indicador 17 - Índice de satisfação com a qualidade no atendimento do CFC/CRC	
Objetivo	Permite medir o grau de satisfação dos CRC's em relação ao atendimento, ações desenvolvidas e instalações do CFC em prol dos Conselhos Regionais; e dos CRC's em prol da classe contábil.
Fórmula do Indicador Estratégico	(extrair da pesquisa de satisfação aplicada junto ao profissional de contabilidade pelo o CRCRO, onde se extraiu a média dos percentuais dos índices ótimo e bom das questões que compõem o Bloco II e V.)
Periodicidade	Semestral
Meta para o ano de 2016	70%
Resultado do Indicador	72,66%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador 18 – Tempo médio de julgamento de processos de Registro.	
Objetivo	Avaliar o % de processos julgados dentro do prazo.
Fórmula do Indicador Estratégico	((Total de processos julgados dentro do prazo/total de julgados) X 100)
Periodicidade	Mensal
Meta para o ano de 2016	85%
Resultado do Indicador	95,79%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador 19 – Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização.	
Objetivo	A fórmula permite avaliar o % de processos julgados dentro do prazo*.
Fórmula do Indicador Estratégico	**(total de processos julgados dentro do prazo / total de processos julgados) X 100**
Periodicidade	Anual acumulado com prévia semestral acumulada.
Meta para o ano de 2016	70%
Resultado do Indicador	80,50%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica - satisfação com a qualidade no atendimento do CFC/CRC: De acordo com a pesquisa aplicada aos profissionais de contabilidade os quais responderam o questionário, afirmou que confia nos procedimentos administrativos, que a entidade possui credibilidade junto a classe e a sociedade. A meta foi cumprida atingiu-se o percentual de 72,66%.

Análise crítica - Tempo médio de julgamento de processos de Registro: Com relação às avaliações dos processos julgados pela câmara de registro de profissionais e de organizações dentro do prazo, a meta foi atingida com o percentual 95,79%.

Análise crítica - Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização: De acordo com a Avaliação apresentada, foi possível indicar que a quantidade de processo julgado dentro do prazo. A meta estabelecida para o exercício de 2016, foi superada, atingiu um percentual de 80,50%.

Quadro 17 – Objetivo estratégico: Inovar, integrar e otimizar a gestão do sistema CFC/CRCs.

Indicador Estratégico 22 – Grau de eficiência orçamentária	
Objetivo	Avaliar o comportamento da receita de contribuição (redução ou acréscimo) em relação ao exercício anterior.
Fórmula do Indicador Estratégico	[(Receita de contribuição do ano atual/receita de contribuição do ano anterior) – 1] x 100
Periodicidade	Anual
Resultado do Indicador	92,14%
Meta para o ano de 2016	75%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico 23 - Grau de implementação da inovação	
Objetivo	Permite avaliar o % de ações inovadoras implementadas em relação às aprovadas.
Fórmula do Indicador Estratégico	(números de ações inovadoras implementadas/ números de ações inovadoras aprovadas no plano de trabalho X 100).
Periodicidade	Anual acumulada
Meta para o ano de 2016	50%
Resultado do Indicador	60%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica - Grau de eficiência orçamentária: Com a implantação e utilização do sistema de Cobrança mais avançado e a implantação do setor de Assessoria Jurídica com ações de cobrança mais intensa, a meta foi alcançada. O ano de 2016 foi elevado o grau de cobrança permitido o melhoramento continuo a cada mês, influenciado de forma positiva na realização de receitas do Regional. Se incrementou as ações de cobrança visando reduzir a inadimplência e ao mesmo tempo efetuando acompanhamento e controle efetivo da execução das despesas. Por outro lado, a eficiência na elaboração dos projetos e controle na execução as áreas setoriais não estão sendo eficiente, ou seja, os recursos alocados em determinado projeto não estão sendo executado pois o fato no encerramento das demonstrações financeiras, orçamentária e patrimonial apresenta superávit, o que se imagina que não houve aplicação de recursos. Nesse sentido, nesse exercício o CRCRO nomeará comissão para acompanhamento e controles na execução de projetos, bem como as ações, e, os recursos destinados.

Análise crítica - Grau de implementação da inovação: Conforme estabelecido no Plano de Trabalho para realização no exercício de 2016, das 05 (cinco) aprovadas, 03 foram executadas e conclusas: 1- Implementação de protesto de títulos daqueles que foram ajuizados visando a não prescrição de débitos; 2 - Implantação do Info busca do SERASA para atualizar os endereços de profissionais; 3 - O aprendizado por meio de intercâmbio entre Regionais nesse exercício foram treinamentos 02 colaboradores em Distrito Federal, trocando ideias, trazendo novos conhecimentos, praticando a multiplicação e mais eficácia na realização das atividades desenvolvidas nos setores. A meta para o exercício de 2016, foi atingida.

Quadro 18 – Objetivo estratégico: Firmar parcerias estratégicas

Indicador Estratégico 24 – Percentual de parcerias e patrocínios firmados	
Objetivo	Avaliar a variação % de parcerias firmadas durante o ano entre o CFC/CRC e outras entidades/organizações.
Fórmula do Indicador Estratégico	(Quantidade de parcerias firmadas*/quantidade de parcerias* previstas) x 100.
Periodicidade	Anual.
Meta para o ano de 2016	75%
Resultado do Indicador	125%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise Critica: O CRCRO busca ampliar suas parcerias estratégicas de forma a contribuir para o êxito de seus objetivos institucionais. Em 2016, foram firmadas 10 parcerias, perfazendo um percentual de 125%. Resultado superior ao previsto inicialmente.

Quadro 19 – Objetivo estratégico: Fortalecer a satisfação sócio-político-Institucional junto às instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil.

Indicador 25 - Relacionamento sócio-político-institucional	
Objetivo	Permite avaliar o número de autoridades públicas que visitaram ou participaram dos eventos do Sistema CFC/CRC's.
Fórmula do Indicador Estratégico	(autoridades públicas que prestigiaram os eventos, na esfera federal, municipal ou estadual, autoridades do sistema).
Periodicidade	Anual acumulado com prévia semestral
Meta para o ano de 2016	15 instituições
Resultado do Indicador	32 instituições
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador 26 - Participação Institucional (convite em eventos de outras entidades)	
Objetivo	Permite avaliar a participação dos CRC's e CFC em eventos de outras entidades.
Fórmula do Indicador Estratégico	(quantidades de participações institucionais dos CRC's e do CFC em eventos de outras entidades com convite formal).
Periodicidade	Anual acumulado com prévia quadrimestral
Meta para o ano de 2016	20 instituições
Resultado do Indicador	28 instituições
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador 27 - Posicionamento do CFC/CRC sobre temas relevantes de interesse da Classe Contábil e da Sociedade.	
Objetivo	Permite avaliar o número de destaques dados a posicionamento do CFC e dos CRC's na mídia.
Fórmula do Indicador Estratégico	(números de posicionamento destacados)
Periodicidade	Anual acumulado com prévia quadrimestral
Meta para o ano de 2016	05 temas relevantes
Resultado do Indicador	09 temas equivalentes a 180%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica - Relacionamento sócio-político-institucional: De acordo com registros de participação de autoridades que prestigiaram os eventos promovidos pelo Regional, 32 (trinta e duas) instituições se fizeram presentes, assim, cumpriu-se a meta estipulada de 15 entidades/órgão/organização, vale ressaltar que o propósito do CRC é de estreitar as relações com os parceiros e firmar novas parcerias com intuito de fortalecer a relação de cooperação técnica.

Análise crítica - Participação Institucional (convite em eventos de outras entidades): Baseado nos registros de convites recepcionados pelo Regional, e que esta Entidade confirmou presença totaliza 28 participações institucionais, sendo cumprida a meta para o exercício de 2016. Realizou-se ações conjunta com as entidades parceiras visando o fortalecimento institucional.

Análise crítica - Posicionamento do CFC/CRC sobre temas relevantes de interesse da Classe Contábil e da Sociedade: Conforme com os controles internos se registrou 09 participações do Regional debatendo, sugerindo e elaborando propositura em relação a tema relevante para à Classe Contábil, se criou o Grupo de Estudo de Órgão Público cuja finalidade é de acompanhar as alterações de normas vigentes ou criação de novas que trata de matérias tributárias que afetem direta ou indiretamente ao profissional da contabilidade; Acompanhamento da reformulação da lei

estadual nº 688/96; Participação do CRC no fórum SPED CONTABIL juntamente com as instituições responsáveis pelo sistema com intuito de aperfeiçoar;; Programa da Receita Rural projeto com o SENAR; Acompanhamento do Projeto que trata do Diferencial de alíquota de ICMS, Requer prorrogação referente a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) (SEFIN/RO), Solicitando a dispensa de reconhecimento de assinatura do interessado ou representante legal a qual e Evolução Legislativa do Processo Administrativo em Rondônia", por ocasião do 1º Seminário OAB/RO e TATE/RO.

Quadro 20 – Objetivo estratégico: Influenciar na formação das competências e das habilidades dos profissionais e fomentar programas de educação continuada

Indicador Estratégico 29 – Participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação – Educação Continuada.	
Objetivo	Avaliar o % profissionais da contabilidade que participaram do programa de educação continuada.
Fórmula do Indicador Estratégico	(quantidade de profissionais da contabilidade que participaram de capacitações promovidas pelo sistema CFC/CRCs / total de profissionais da contabilidade ativos) x 100.
Periodicidade	Anual acumulado com prévia semestral acumulada.
Meta para o ano de 2016	20 %
Resultado do Indicador	17,17%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016.
Indicador Estratégico – Investimento em desenvolvimento profissional – per capita.	
Objetivo	Avaliar o valor investido no programa de educação continuada por profissional da contabilidade.
Fórmula do Indicador Estratégico	(volume de recursos investidos pelo CFC e CRCs em desenvolvimento profissional / total de profissionais da contabilidade com registro ativo e regular que participaram dos eventos).
Periodicidade	anual.
Meta para o ano de 2016	R$ 60,00
Resultado do Indicador	R$ 185,85
Data da última medição	31 de dezembro de 2016.
Indicador Estratégico – Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc..	
Objetivo	Avaliar o índice de satisfação dos eventos (cursos, seminários, congressos, encontros, etc) promovidos pelo CFC e pelos CRCs.
Fórmula do Indicador Estratégico	(total de avaliações ótimo e bom / total das avaliações da pesquisa aplicada aos participantes de eventos para avaliar o grau de satisfação com relação à organização e programação) x 100.
Periodicidade	Anual.
Meta para o ano de 2016	70 %
Resultado do Indicador	75,86%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise Crítica – Participação dos Profissionais da contabilidade em eventos de capacitação Educação Continuada: Apesar do CRCRO se dedicar à promoção e realização do Programa de Educação Continuada com o objetivo de proporcionar aos Profissionais de Contabilidade o aprimoramento e a atualização dos conhecimentos necessários ao seu desempenho profissional, por meio de cursos, palestra, convenção, buscando, dessa forma, contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços contábeis e à sociedade, a meta projetada para o exercício de 2016 não foi

cumprida. Cumpre informar que foram disponibilizados treinamentos na modalidade on-line e não foram usados cadastros para identificar se o participante é profissional de contabilidade, o que contribuiu para que a meta não fosse alcançada. Como melhoria no indicador, a estratégia a ser adotada é intensificar a divulgação dos cursos/palestras e eventos aos profissionais por meio de mala direta, site do CRCRO e nos sites dos parceiros, redes sociais e telefone e quando realizados treinamento on-line realizar cadastro para mensuração da participação dos profissionais, tais como: SEFIN/RO, FECOMERCIO/RO, JUCER/RO, MTE, OAB dentre outros.

Análise Crítica – Investimento em desenvolvimento profissional – per capita: Com o objetivo de monitorar os recursos investidos no Programa de Educação Continuada, verifica-se que em 2016, o volume de investimentos em educação continuada foi de R$ 129.095,16. O valor investido per capita em 2016 foi de R$ 189,85 considerando-se 680 participações de profissionais ativos regulares.

Análise Crítica – Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc.: O CRCRO busca medir a satisfação dos profissionais que participam do Programa de Educação Continuada por meio de questionários que avaliam a qualidade dos eventos realizados. Considerando-se os conceitos de "Ótimo" e "Bom" para avaliar as atividades, o índice em 2016 foi de 75,86%. Estratégia manter os temas pertinentes à área contábil e o bom relacionamento com o profissional da contabilidade

Quadro 21 – Objetivo estratégico: Atuar como Fator de Proteção a Sociedade

Indicador Estratégico 32 – Ética na Profissão	
Objetivo	Este índice permite avaliar o % de penalidade aplicadas do exercício corrente em relação ao número de processos julgados no exercício corrente.
Fórmula do indicador estratégico	(Quantidade de processos com penalização do exercício corrente / Quantidade de processos julgados no exercício corrente) x 100
Periodicidade	Anual acumulado com prévia semestral acumulada.
Meta para o ano de 2016	60%
Resultado do Indicador	65,41%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico 33 - Índice de Controle Social	
Objetivo	Permite avaliar o % de profissionais registrados participando em programas de voluntariado.
Fórmula do Indicador Estratégico	(Qtde de profissionais ativos e regulares participando de programas de voluntariado/qtde de profissionais da contabilidade ativos e regulares)X100
Periodicidade	Anual acumulado com prévia semestral acumulada.
Meta para o ano de 2016	1%
Resultado do Indicador	1,78%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica - Ética na Profissão: De acordo com a Avaliação apresentada, foi possível indicar que a quantidade de processos julgados com aplicação de penalidade foi superior em 5,40% do previsto para o ano de 2016, atuando como fator de disciplina aos autuados. A diferença a maior se deve pela correta aplicação das autuações.

Análise Crítica - Controle Social: Em 2016 o foco foi elaborar ações visando a divulgação em todo o Estado conscientizando aos profissionais e empresários a fazerem a doação conforme o percentual permitido por lei para o fundo Municipal do Imposto de Renda Devido. Se elaborou um vídeo institucional sobre o assunto. A meta foi cumprida.

3. Governança, Gestão de Risco e Controles Internos

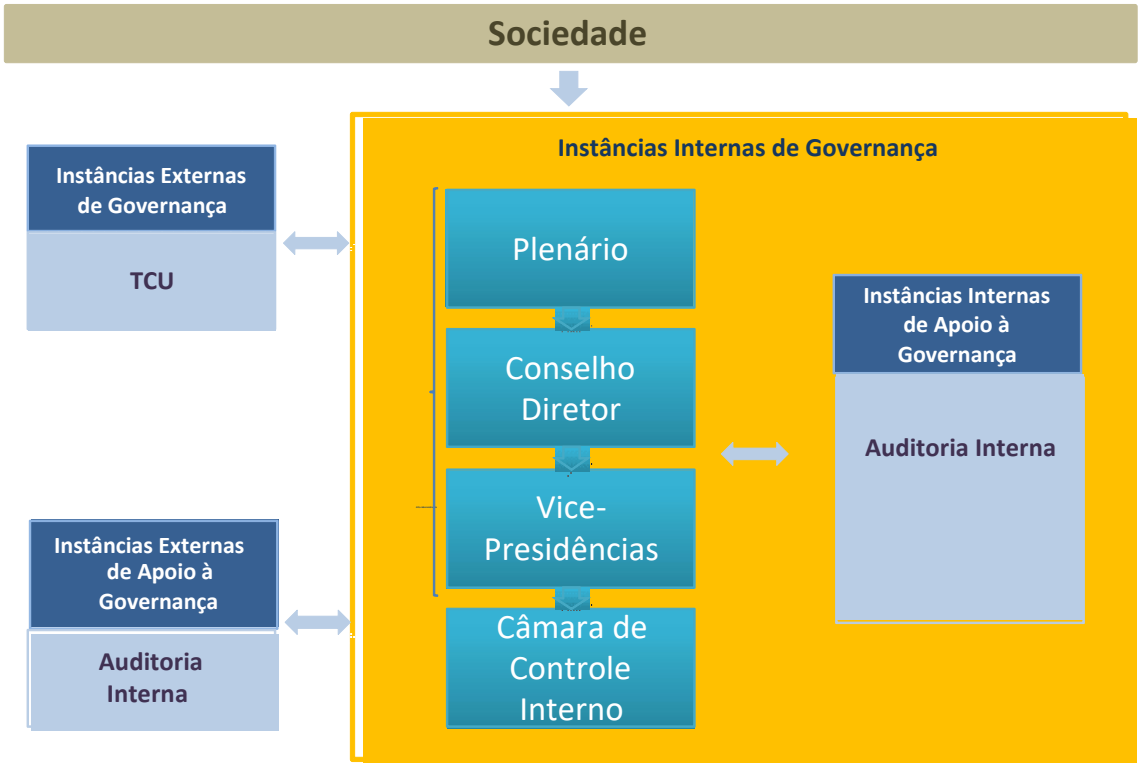
A Governança no CRCRO exercida pelas as vices presidências, conselho diretor e plenário e executados pelas gerências. A gestão de risco que pode ocorrer são os excessivos solicitações de baixa de registro, apresentado nos últimos 03 anos, possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo devedor, de suas respectivas obrigações financeiras (anuidade integral ou termo de parcelamento), se aplica vários procedimentos já citados anteriormente no item **2.4** a fim de identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar o risco de prescrição; contribuir para a manutenção da entidade e garantir o atendimento dos interesses da classe. É medido por meio do indicador que mede o percentual de inadimplência, das baixas de registro que ora inesperada, entre outros fatores diversos daquele que se planejou. O CRCRO também tem investido em soluções de Tecnologia da Informação (TI) para dar suporte ao processo de gestão de risco de crédito. Risco operacional**:** é definido pela possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos, além daquelas decorrentes do risco legal. O CRCRO não possui comissão destinada a analisar os riscos operacionais. Cabe ao Controle interno apontou as inconsistências. A Câmara de Controle Interno realiza, mensalmente, a análise da eficácia dos controles internos dos processos relevantes do CRCRO, (licitação, remissão, transação ou isenção de débitos de qualquer natureza). O resultado dessas avaliações tem como objetivo principal fornecer suporte ao Gestor.

3.1 Descrição das estruturas de gonvernanças

Governança corporativa é o sistema por meio do qual se exerce e se monitora o controle nas entidades, ou seja, é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas. Neste capítulo, são apresentados a estrutura de Governança do CRCRO, sua composição, membros, normas e ações. Apresentada da seguinte forma:

Figura IV– Sistema de Governança

ORGANOGRAMA DO CRC/RO



Plenário

São atribuições do plenário dentre outras se destacam: eleger o Presidente, os Vice-Presidentes e os membros das Câmaras; Aprovar o orçamento anual e suas modificações, submetendo à homologação do CFC somente o orçamento, os créditos adicionais especiais e os decorrentes do aumento do orçamento anual; aprovar os balancetes mensais de receita e despesa, os balanços do exercício e a prestação de contas, após o parecer da Câmara de Controle Interno, para encaminhamento ao Conselho Federal de Contabilidade; nomear e exonerar Delegados e Representantes do CRCRO e homologar as decisões das Câmaras.

Conselho Diretor

O Conselho Diretor desempenha a função precípua de assessorar, orientar e colaborar com o Presidente do CRCRO em sua política e administração, e tomar conhecimento e deliberar sobre os problemas administrativos do CRCRO.

Câmara de Controle Interno

De acordo com o Regimento Interno do CRCRO – aprovado pela Resolução CRCRO nº. 186/2003, a Câmara de Controle Interno e composta por 3 (três) Conselheiros eleitos, com a finalidade de examinar as demonstrações da receita, acompanhar a execução orçamentária da entidade e as operações econômico-financeiras que se realizarem; controlar o recebimento de legados, doação e subvenções; examinar comprovantes de despesas pagas, quanto à validade das autorizações e quitações respectivas; emitir parecer sobre a prestação de contas, os balancetes mensais, os balanços do exercício, e os pedidos de abertura de crédito suplementar, a serem submetidos ao Conselho Pleno; emitir parecer sobre a proposta orçamentária apresentada pelo Presidente, encaminhando-a ao Conselho Pleno, no prazo estipulado pelo CFC; fiscalizar, periodicamente, as finanças e os registros contábeis, examinando relatórios e demais documentos relativos á gestão financeira; opinar sobre os procedimentos de contratação; opinar sobre as inversões patrimoniais em geral; fiscalizar as contas e cumprimento das disposições legais para a sua apresentação; opinar sobre assuntos de contabilidade e administração de que lhe forem submetidos. A Câmara de Controle Interno funcionará com a maioria absoluta de seus conselheiros de deliberará por maioria simples e suas deliberações serão submetidas ao Conselho Pleno.

Composição da Câmara de Controle Interno

Contador **AGNO ROBERTO MONTEIRO PEREIRA** – Vice-presidente
Período: 08/01/2016 a 31/12/2017
Membros titulares:
Contadora **ANA PAULA DE LIMA FANK**
Período: 08/01/2016 a 31/12/2017
Contadora **ANDREIA CRISTIANE GREGORY**
Período: 08/01/2016 a 31/12/2017

3.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados

O Conselho Diretor na gestão de 2016 foi composto pelo Presidente e pelos cinco Vice-presidentes, eleitos e empossados no dia 08/01/2016, com mandato até 31/12/2017, conforme registrado em Ata da 334ª Reunião Extraordinária Especial de Posse – para renovação de 1/3 (um terço) do Plenário do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia.

Contador EDNEU DA SILVA CALDERARI (**Ordenador de Despesas)**
Presidente
Contadora ELBA OLIVEIRA DE ARAUJO **(Ordenador de Despesas Substituto)**
Vice-Presidente de Administração
Contadora MARIA APARECIDA SANCHEZ OLIVEIRA
Vice-Presidente de Registro
Técnico em Contabilidade MARIA REGINA DOMINGOS
Vice-Presidente de Fiscalização e CAED
Contadora AGNO ROBERTO MONTEIRO PEREIRA
Vice-Presidente de Controle Interno
Contador JOELSO TAVARES DE ANDRADE
Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A auditoria de gestão e realizada pelo Conselho Federal de contabilidade em conformidade com o art. 6º, § 4º, inciso I e II da Resolução CFC nº 1.370/2011, que dispõe sobre o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

Os trabalhos da auditoria são realizados uma visita in loco no ano, com emissão de relatório de recomendação para manifestação do Conselho Regional, após manifestação, emissão do relatório definitivo e certificado de auditoria contendo a opinião: regular e regular com ressalva ou irregular quanto à gestão.

3.4 Atividades de Correição e apuração de ilícitos administrativos

Nos apontamentos de irregularidades e determinado a abertura de processo administrativo para se apurar as responsabilidades.

3.5 Gestão de riscos e controles internos

O Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia – CRCRO, possui controles dos riscos com relação a segregação de funções, inventários, além de outros que visem mitigar riscos.

3.6 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

O serviço prestado pelos conselheiros e membros, com exceção da Diretoria Executiva, do CRC-RO tem caráter voluntário e gratuito, conforme art. 9º da Resolução CFC nº. 1.370/2013, que dispõe sobre o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. Os membros são eleitos por meio do voto dos contabilistas nos Conselhos Regionais e no Conselho Federal por meio do voto de um representante de cada Estado e do Distrito Federal.

Quadro 22 - Demonstrativo de Remuneração dos Membros do Conselho Diretor e Diretória Executiva

Conselho Diretor															
Nome do Conselheiro	**Período de Exercício**		**Remuneração**												
	Início	**Fim**	**jan**	**Fev**	**mar**	**Abr**	**mai**	**jun**	**Jul**	**ago**	**set**	**out**	**nov**	**dez**	**Total**
Edneu da Silva Calderari	08/01/16	31/12/16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Elba Oliveira de Araújo	08/01/16	31/12/16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Agno Roberto Monteiro Pereira	08/01/16	31/12/16													
Maria Regina Domingos	08/01/16	31/12/16													
Maria Aparecida Sanchez Oliveira	08/01/16	31/12/16													
Joelso Tavares de Andrade	08/01/16	31/12/16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Diretoria Executiva															
Nome do Diretor Executivo	**Período de Exercício**		**Remuneração**												
	Início	**Fim**	**jan**	**Fev**	**mar**	**abr**	**mai**	**jun**	**Jul**	**ago**	**set**	**out**	**nov**	**dez**	**Total**
Maria Roneide Lopes do Nascimento	01/01/16	31/12/16	7.012,44	7.012,44	7.012,44	7.012,44	7.012,44	7.012,44	7.012,44	7.012,44	7.012,44	7.012,44	7.012,44	7.012,44	**84.149,28**

3.7 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Esclarecemos que no exercicio de 2016, o CFC alterou a sistematica de auditoria nos Conselhos de Contabilidade determinando que a equipe de auditoria interna do CFC é que auditará e emitirá os relatórios circunstanciados, referente à gestão do ano de 2016, e a Câmara de Controle Interno será responsável pela emissão dos certificados de auditoria, conforme Resolução 1.370/2011, que dispões sobre o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

4 Áreas Especiais da Gestão

4.1 Gestão de Pessoas

4.1.1 Estrutura de Pessoal

A política de gestão de pessoas do CRCRO, fundamenta-se no desenvolvimento profissional, bem como no cumprimento de toda a legislação trabalhista e previdenciária. Em 2004, o Conselho, por meio da Resolução CRCRO n.º 194/2004, implantou o Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS).

O desenvolvimento na carreira ocorre por progressão horizontal decorrente de merecimento ou por antiguidade, exclusivamente para os cargos de provimento efetivo decorre de forma seqüencial, nível a nível, até atingir o limite do nível em que está enquadrado, Ocorre a cada 5 (cinco) anos de serviço efetivo, no qual o empregado terá direito ao percentual de cinco por cento, acumuladamente a cada cinco anos de tempo de serviço é o crescimento do empregado, efetivado única e exclusivamente por meio de concurso público, segundo o que preconiza a Constituição

Federal. Ocorre quando da realização de concurso e depende da convocação para a quantidade de vagas existentes.

a) Composição da Força de Trabalho

O CRCRO acredita que a atuação e os resultados de uma instituição dependem da forma como as pessoas estão organizadas e capacitadas, além de potencializarem suas experiências nas equipes de trabalho, com o registro e o compartilhamento de informações dentro da entidade.

Em dezembro de 2016, o CRCRO contava com 29 colaboradores, sendo 22 (vinte e dois) funcionários efetivos, 03 (três) estagiários, 03 (três) funcionários em cargos comissionados e 01 (um) menor aprendiz.

Quadro 23 – Força de Trabalho – Situação apurada em 31/12/2016

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funcionários efetivos	22	22	4	5
2. Funcionários sem vínculo	4	4	2	1
3. Total de Funcionários (1+2)	26	26	6	6

Fonte: Departamento de Pessoal

Quadro 24 – Distribuição de Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Funcionários efetivos	13	9
2. Funcionários sem vínculo	4	0
3. Total de Funcionários (1+2)	**17**	**9**

Fonte: Departamento de Pessoal

Quadro 25 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

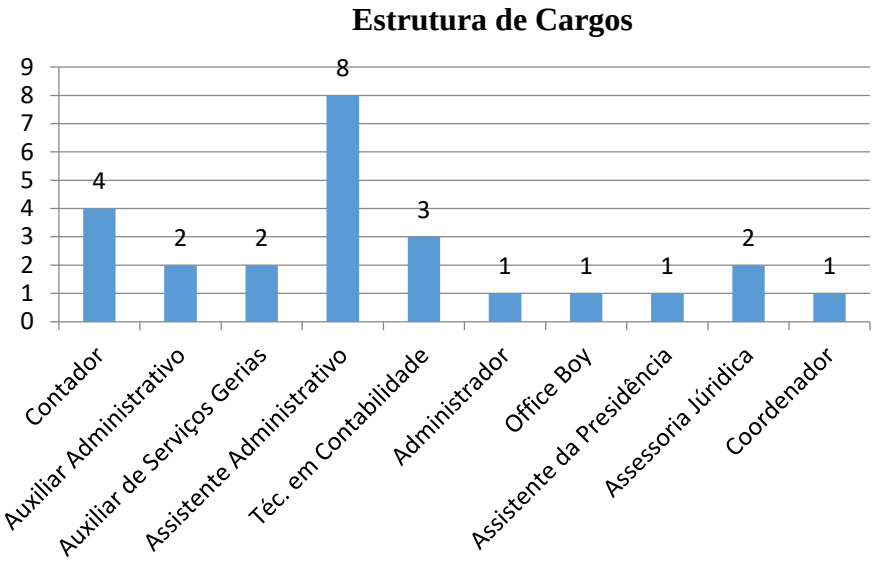
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	**3**	**0**	**1**	**1**
1.1. Funcionários efetivos	0	0	0	0
1.2. Funcionários sem vínculo	3	0	1	1
2. Funções Gratificadas	**0**	**9**	**0**	**1**
2.1. Funcionários efetivos	0	9	0	1
3. Total de Funcionários em Cargo/Função (1+2)	**3**	**9**	**1**	**2**

Fonte: Departamento de Pessoal

b) Distribuição da força de trabalho

No CRCRO há 50% de funcionários que possuem mais de cinco anos de trabalho. Esse resultado é reflexo das ações promovidas pelo Conselho para incentivar a sua permanência no órgão.

Gráfico I – Estrutura de Cargos



Fonte: Departamento Pessoal

Quadro 26 – Distribuição da força de trabalho por área técnica

Área	Quantidade	
	Funcionários Efetivos	Funcionários sem vínculo
Área Técnica	01	02
Área Meio	12	02
Área Fim	09	00
TOTAL	**22**	**4**

Fonte: Departamento de Pessoal

c) Processo de Ingresso de Funcionários

A admissão de empregado efetivo no CRCRO é feita através de Concurso Público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma prevista em Resolução, ressalvadas a nomeação para os cargos comissionados, que é de livre escolha pelo Presidente.

O Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia – CRCRO, contratou no ano de 2016 6 (seis) funcionários, sendo 04 (quatro) empregados através de concurso público, os quais supriram as necessidades dos departamentos de fiscalização, ares fins da entidade e entre estes houve a contratação de cargos comissionados de livre nomeação e exoneração sem vínculo empregatícios, sendo 01 (um) Coordenador para o departamento de licitações e 01 (um) menor aprendiz para o departamento de desenvolvimento profissional, por tempo indeterminado, através da Resolução CRCRO 279/2014 – Plano de Carreira, Cargos e Salários.

d) Qualificação da Força de Trabalho

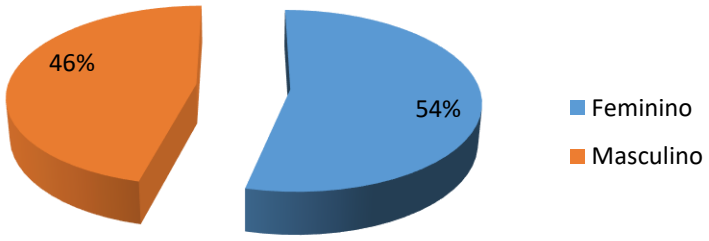
No CRCRO, a faixa etária que compõe maior quantitativo de funcionários é de 30 a 40 anos, compondo 42% do quadro de funcionários.

Quadro 27 – Quantidade de Funcionários por Faixa Etária – Situação apurada em 31/12/2016

Tipologias do Cargo	Quantidade de Funcionários por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Funcionários Efetivos	7	9	3	3	0
2. Funcionários sem vínculo	3	0	1	0	0
3. Total (1+2)	**10**	**9**	**4**	**3**	**0**

Dos funcionários efetivos, 14 correspondem a mulheres e 12 a homens. Os cargos de liderança estão distribuídos da seguinte forma: 54% mulheres e 46% homens.

Gráfico II – Distribuição dos Cargos de Liderança por Gênero



Fonte: Departamento de Pessoal

Em 2016, 25% dos funcionários possuíam curso superior completo e 16% pós-graduação lato e stricto sensu. O aumento do nível de escolaridade mantém a força de trabalho qualificada e apta para melhor desenvolver suas atividades.

Quadro 28 – Quantidade de Funcionários por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12/2016

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Funcionários Efetivos	0	0	0	0	8	10	4	0	0
2. Funcionários sem vínculo	0	0	0	1	0	2	1	0	0
3. Total (1+2)	**0**	**0**	**0**	**1**	**8**	**12**	**5**	**0**	**0**

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência.

Quadro 29 – Quantidade de Funcionários por tempo para aposentadoria – Situação apurada em 31/12/2016

Tipologias do Cargo	Tempo para aposentadoria			
	Até 05 anos	De 05 a 10 anos	De 10 a 15 anos	+ 15 anos
1. Funcionários Efetivos	02	2	2	15
2. Funcionários sem vínculo	00	1	00	4
3. Total (1+2)	**02**	**03**	**02**	**19**

Fonte: Departamento de Pessoal

Aos empregados do Conselho Regional de Contabilidade e aplicado o Regime Geral da Previdência Social.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

O montante gasto com despesas de pessoal no exercício de 2016, visando atingir o Objetivo Estratégico " Atrair e reter talentos" foi de:

Quadro 30 – Despesas com Pessoal

Tipologia/ Exercícios		Salários e Gratificações	Férias e 13º Salário	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Total
Funcionários Efetivos								
Exercícios	**2016**	738.748,64	127.983,48	0,00	151.879,67	0,00	1.128,97	**1.019.740,76**
	2015	442.828,96	82.831,61	6.310,64	56.502,95	6.646,73	21.968,30	**617.089,19**
Funcionários sem vínculo								
Exercícios	**2016**	122.985,25	8.489,88	0,00	12.300,00	0,00	0,00	**143.775,13**
	2015	62.357,30	9.106,70	0,00	2.782,49	0,00	1.183,30	**74.148,96**

LEGENDA

Salários e Gratificações

Salário / Salário de Cargo em Comissão / Adicional de Insalubridade /Adicional de Periculosidade/ Adicional de Tempo de Serviço / Adicional Noturno / Aviso Prévio Cumprido (Trabalhado) / Gratificação de Função (não eventual)

Férias e 13º Salário

13º Salário / Férias / Adicional de Férias 1/3 (Art. 7º, inciso XVII, da Constituição Federal)

Indenizações

Aviso Prévio Indenizado / Férias Indenizadas / 13º Indenizado / Multa Rescisória / Decisões Judiciais / Indenizações por tempo de serviço como não-optante - Outras Indenizações Trabalhistas

Benefícios assistenciais e previdenciários

Assistência Médica / Auxílio Creche / Alimentação / Transporte / Outras Assistências

Demais despesas variáveis

Abono Pecuniário (opcional) / Ajuda de Custo / Horas Extraordinárias / Substituição / Gratificação de Função (eventual) / Outras Vantagens pagas a Pessoal

Despesas de Exercícios Anteriores

Valores pagos no exercício subsequente àquele que deveria ter sido desembolsado em relação aos valores relativos à pessoal.

Fonte: Departamento de Pessoal

Informação de Concessões de Gratificações, Adicionais Auxílios, Reajustes e Aumento Salariais.

A política de gestão de pessoas do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia fundamenta-se no desenvolvimento profissional, concessão de benefícios praticados no mercado.

No exercício de 2016, o CRCRO promoveu as seguintes concessões aos seus empregados:

a) Auxílio educação: no valor de 150,00 (cento e cinquenta reais) para os empregados que cursam pós-graduação.
b) Auxílio alimentação: no valor de 380,00 (trezentos e oitenta reais).
c) Auxílio Saúde: o Regional concede para os empregados o auxílio saúde no valor de 132,00 (cento e trinta e dois reais).
d) Gratificação Natalina (13º salário): concedida de acordo com a legislação em vigor.
e) Plano de carreiras, cargos e salários –PCCS: que define os salários dos empregados por níveis de acordo com o tempo de serviços e a gratificação de função de 25% a 30% sobre o salário base para os que ocupam funções de confiança.
f) Reajuste/Aumento Salarial: e reajustado com base em índices oficiais o IPCA.

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia CRCRO, não aplica política de avaliação e controle dos possíveis riscos identificados na gestão de pessoas.

4.1.4 Contratação de mão obra temporário

Não houve no ano de 2016, a contratação de prestação de serviços com locação de mão de obra temporário. Vale ressaltar que os cargos de auxiliar de serviços gerais e office boy são funcionários efetivos.

4.1.5 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

A medição dos Objetivos Estratégicos relacionados a gestão de pessoas foi avaliada através dos indicadores a seguir:

Quadro 31 – Objetivo estratégico: Atrair e reter talentos

Indicador 10 -Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho Federal/Regional em prol do corpo funcional.	
Objetivo	Permite medir o grau de satisfação dos funcionários com relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho em prol do corpo funcional.
Fórmula do Indicador Estratégico	(extrair da pesquisa de satisfação aplicada junto aos empregados pelo o CRCRO, onde se extraiu a média dos percentuais dos índices ótimo e bom do formulário anexo VI.)
Periodicidade	Anual com média semestral
Meta para o ano de 2016	70%
Resultado do Indicador	69,39%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico 11 – Percentual de benefícios	
Objetivo	Avaliar o % gasto com benefícios em relação ao total da folha de pagamento
Fórmula do Indicador Estratégico	((Valor gasto com benefícios para funcionários/ valor da folha de pagamento) x 100).
Periodicidade	Anual
Resultado do Indicador	13,05%
Meta para o ano de 2016	15%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico 12 – Taxa de desligamento	
Objetivo	Avaliar o % da taxa de desligamento do quadro de funcionários
Fórmula do Indicador Estratégico	(Quantidade de funcionários que se desligaram do quadro funcional no período / total de funcionários ativos no final do período anterior) X 100
Periodicidade	Anual
Resultado do Indicador	20%
Meta para o ano de 2016	15%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica - Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho Federal/Regional em prol do corpo funcional: Com base na pesquisa de satisfação aplicada aos empregados pelo o Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia não foi cumprida a meta estipulada de 70%, se apurou o percentual atingido de 69,39%, a diferença comparado ao ano de 2015, houve melhora, todavia necessidade de política que incentive os colaboradores a manter em cargos.

Análise crítica - Percentual de benefícios: Com relação ao Percentual de benefícios a meta não foi cumprida, o CRCRO, vem dentro dos limites orçamentários atender as expectativas dos benefícios ofertados aos colaboradores, porem este objetivo não foi cumprido, alcançamos 13,05% do total da folha, os benefícios disponíveis são: Vale-Transporte, Vale-Refeição, Vale-Alimentação e Auxílio de Saúde. O CRCRO irá tomar providencias necessárias para 2017, para que se possa melhorá-los continuamente e consequentemente termos resultados positivos.

Análise crítica - Taxa de desligamento: **C**om relação à taxa de desligamento foi superior ao estimado, devido à tendência do mercado atual, uma vez que tem sido prática, entre os novos funcionários, buscar outros concursos públicos, devido a remuneração, horários flexíveis e benefícios melhores aumentando, assim, a rotatividade. Para o ano de 2017 o CRCRO pretende reduzir a meta da taxa de desligamento e para isto tem por objetivo iniciar projetos de Planejamento Estratégico de motivação e incentivo dos empregados a mantê-lo no cargo.

Quadro 32 – Objetivo estratégico: Fortalecer o conhecimento técnico e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do CRCRO.

Indicador 14 - Percentual de treinamentos realizados para atender as competências definidas	
Objetivo	Permite avaliar o % de realização do plano anual de treinamento.
Fórmula do Indicador Estratégico	(treinamentos realizados/total de treinamento previstos no plano anual X 100).
Periodicidade	Anual acumulado com prévia quadrimestral
Meta para o ano de 2016	50%
Resultado do Indicador	160%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Análise crítica - treinamentos realizados para atender as competências definidas: : O Conselho Regional de Contabilidade ofertou aos empregados diversos cursos: Prestação de Contas 2016, Capacitação e Certificação de Pregoeiros, Termo de Referência, Formação de Pregoeiros, Gestão e Fiscalização de Contratos, Atualização ICMS de RO, IRPF Avançado e Orçamento Público, onde se inscreveu os empregados da entidade, cada um dentro da atividade que desenvolve, foram apenas 05 cursos aprovados no plano de trabalho, todavia disponibilizado 08 cursos, atingindo 160%, cumprindo-se a meta.

4.2 <u>Gestão da tecnologia da informação</u> – tem por finalidade informar sobre os principais aspectos da gestão de TI da unidade, quantificando-a e qualificando-a para fins de avaliação da sua suficiência para o cumprimento da missão institucional.

a) O CRCRO não criou o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação em 2016. Mas, o relatório encontra-se em fase de elaboração, proposto para publicação em julho de 2017.

b) O CRCRO não havia criado um comitê de Gestão de TI em 2016. No mês de fevereiro de 2017 foi elaborada. A composição é formada por: Joelso Tavares de Andrade, Maria Roneide Lopes do Nascimento e o Leonardo Bruno Lopes Marinho. Ainda não houve reunião.

c) O CRCRO ainda não plano de capacitação para o pessoal de TI.

d) O CRCRO possui apenas um servidor efetivo no setor de TI.

e) Os serviços de gerenciamento de TI são realizados a partir dos seguintes serviços:
   a. Sistema do Servidor Active Directory
   b. Sistema dos serviços internos e externos - SPW
   c. Sistema de Segurança Kerio Control Firewall
   d. Sistema de compartilhamento de Dados - Intranet
   e. Sistema de Proteção de dados Antivírus / Spyware / Antispam Kaspersky Endpoint Security
   f. Sistema de mensagens instantânea, somente para servidores com registro no AD.
   g. Sistema de Backups de Dados dos servidores, realizado manualmente quando necessário.

f) O Parque de Informática do CRCRO estava descompassado, devido às contratações de novos funcionários e a necessidade de atualização e melhorias de equipamentos em diversos setores que desenvolvem suas atividades laborais para o atendimento aos usuários da contabilidade. Com isso, o CRCRO investiu R$ 41.975,76 atendendo à

solicitação da TI no MEM. 01/TI de 2016. O pedido foi atualizado em maio e concluído em dezembro do ano citado.

h) O CRCRO continua não possuindo sistema próprio para mitigar a dependência das empresas terceirizadas.

4.2.1 Principais Sistemas de Informação

O CRCRO possui os seguintes sistemas computacionais:

Quadro 34 – Principais Sistemas Computacionais

Sistema	Divisão	Objetivo	Responsável Técnico	Responsável da Área de Negócio	Criticidade
Spiderware	**Cadastro**	Registrar e manter os dados dos profissionais e organizações contábeis para assegurar o direito de exercer a contabilidade.	SPW	Diretoria	Alta
	Dívida Ativa	Notificar e inscrever o profissional inadimplente.	SPW	Diretoria	Alta
	Fiscalização	Controle de ações fiscalizatórias.	SPW	Diretoria	Alta
	Processo e Protocolo	Controlar e distribuir documentações recebidas.	SPW	Diretoria	Alta
	Contabilidade	Registrar os fatos contábeis.	SPW	Diretoria	Alta
	Contas a pagar	Gerenciamento das despesas da instituição	SPW	Diretoria	Alta
	Bens Patrimoniais	Organizar e controlar os bens patrimoniais	SPW	Diretoria	Alta
	Diárias e Passagens	Requerer diárias e auxílios deslocamentos	SPW	Diretoria	Alta
	Decore Eletrônica	Controle de quantitativo das decores	SPW	Diretoria	Alta
	Ordem de Pagamento	Liquidação e pagamento de despesas	SPW	Diretoria	Alta
SPW Sistemas Online	**Emissão de Guia**	Emitir Guias de pagamentos	SPW	Diretoria	Alta
	Decore Eletrônica	Liberar decore eletrônica			
	Atualizar Cadastro	Atualiza o cadastro do profissional	SPW	Diretoria	Alta
	Atualizar Endereço	Atualiza o endereço do profissional	SPW	Diretoria	Alta
	Atualizar Telefone	Atualiza o telefone do profissional	SPW	Diretoria	Alta
	Atualizar E-mail	Atualiza o e-mail do profissional	SPW	Diretoria	Alta
	Solicitar Carteira	Solicita a carteira definitiva do profissional.	SPW	Diretoria	Alta
	Solicitar Registro	Solicitar o primeiro registro e emitir guias.	SPW	Diretoria	Alta
	Emissão de Certidões	Certificar a regularidade do profissional	SPW	Diretoria	Alta
	Emitir Alvarás	Certificar a regularidade do escritório.	SPW	Diretoria	Alta

a) Os sistemas citados são de empresa terceirizada, bem como a manutenção deles. O valor anual com as manutenções é de R$ 28.896,00

b) Não possuímos nenhum sistema em desenvolvimento.

c) Não temos nenhum sistema próprio para avaliação de riscos.

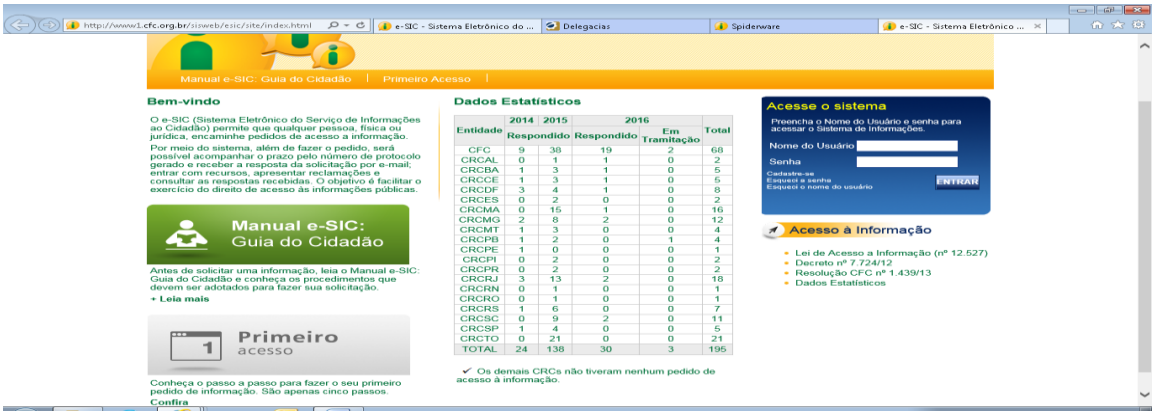
5 Relacionamento com a Sociedade

O CRCRO disponibiliza os canais de comunicação com os usuários para fins de atendimento/encaminhamento das reclamações, denúncias, sugestões com intuito de melhorar o atendimento e/ou de prestar esclarecimentos. As demandas poderão ser efetuadas via internet 24 horas no endereço http://www1.cfc.org.br/sisweb/esic/site/index.html.

5.1 Canais de acesso do cidadão

Para acessar o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, basta acessar o link http://www1.cfc.org.br/sisweb/esic/site/index.html, em seguida abre essa tela.

Figura V - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão



Fonte: e-SIC

O e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação. Por meio do sistema, além de elaborarem o pedido, é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; interpor recurso, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas, O administrador do sistema, neste caso o CFC compila as demandas e encaminha aos regionais correspondentes para no prazo determinado na lei 12.527/2011.

Figura VI – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão



Gerenciamento dos pedidos, solicitações, denúncias. E, os prazos para respostas.

No exercício de 2016 foi encaminhada a solicitação de 04 pedidos de informação, na categoria 02 institucional e 02 Administração e operacional, elaborado por pessoa física e profissional, solicitou-se informação sobre o MEI, requerimento de e_mails de profissionais, para incluir dado no Portal de Transparência relativo a folha de pagamento descrimina o nome do empregado, cargo, salário base, benefícios e gratificações, caso houvesse. A solicitação foi atendida dentro do prazo legal. Todos respondidos em tempo hábil.

Dados estatísticos:

Entidade	2014	2015	2016	Total
	Respondido			
CRCRO	0	1	4	5
TOTAL	0	1	4	5

Fonte: e-SIC

5.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Conselho semestralmente aplica o questionário de pesquisa de satisfação aos profissionais usuários, o resultado do índice de satisfação é de 76,48%, em comparação com a meta estipulada de 70%.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE - 2016							
Conselho	1º SEM/16			2º SEM/16			MÉDIA
	Qtde de profissionais	Formulários respondidos	Indicador 7	Quant. de profissionais	Formulários respondidos	Indicador 7	Indicador 7 resultado final
RO - Rondônia	4.708	557	75,69	4.820	489	77,13	**76,41**

No caso de solicitação via internet o resultado pode se acompanhar via sistema, conforme segue:

Figura VII - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão



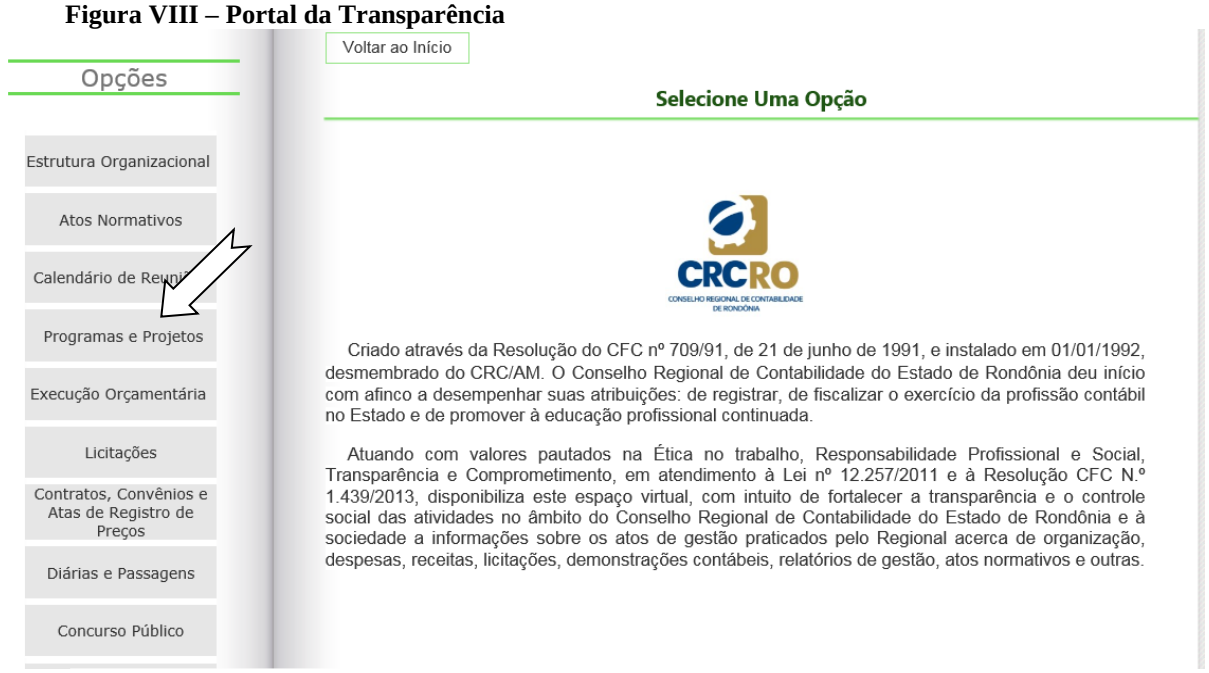
Fonte: e-SIC

O e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, inclusive avaliando se às informações prestadas atendeu a demanda.

5.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O Regional publica seus atos de gestão os quais consideram relevantes aos profissionais, usuários, demais cidadãos e pessoa jurídica que necessitem de informações desta Entidade com objetivo de oferecer maior transparência à gestão. O usuário deve acessar o link http://www.crcro.org.br/, em seguida clicar http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx?CS=RFef50+y67I=, abrirá a tela:

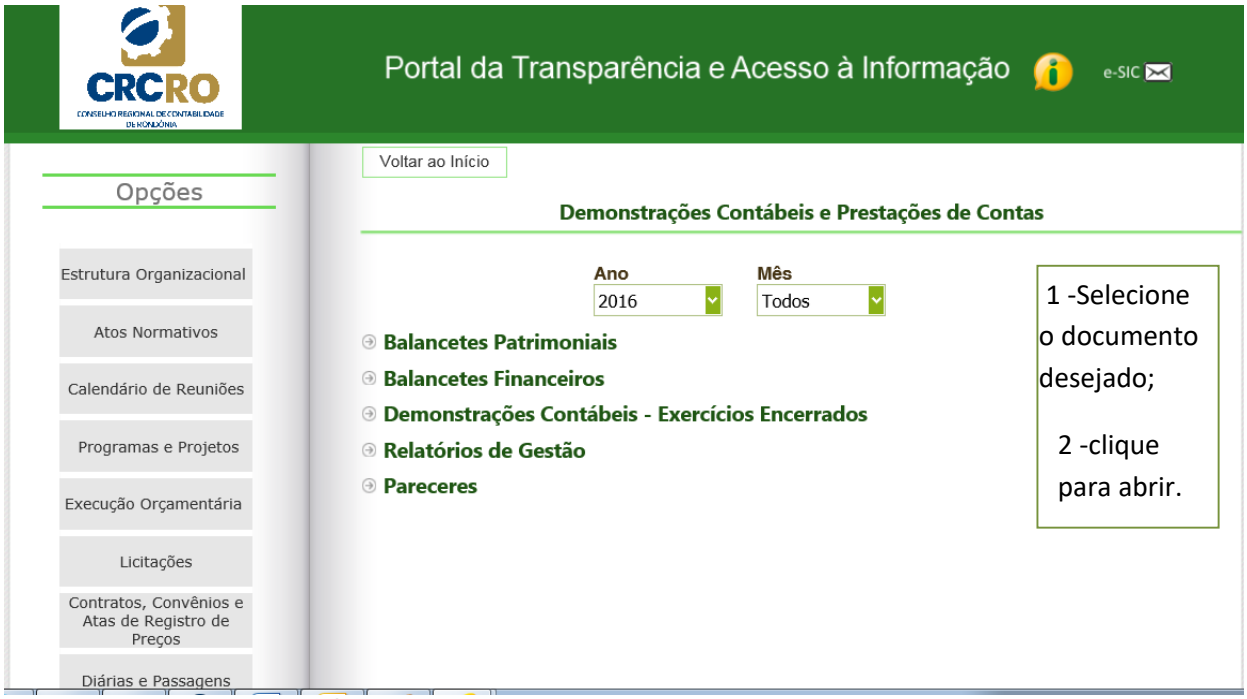
Figura VIII – Portal da Transparência



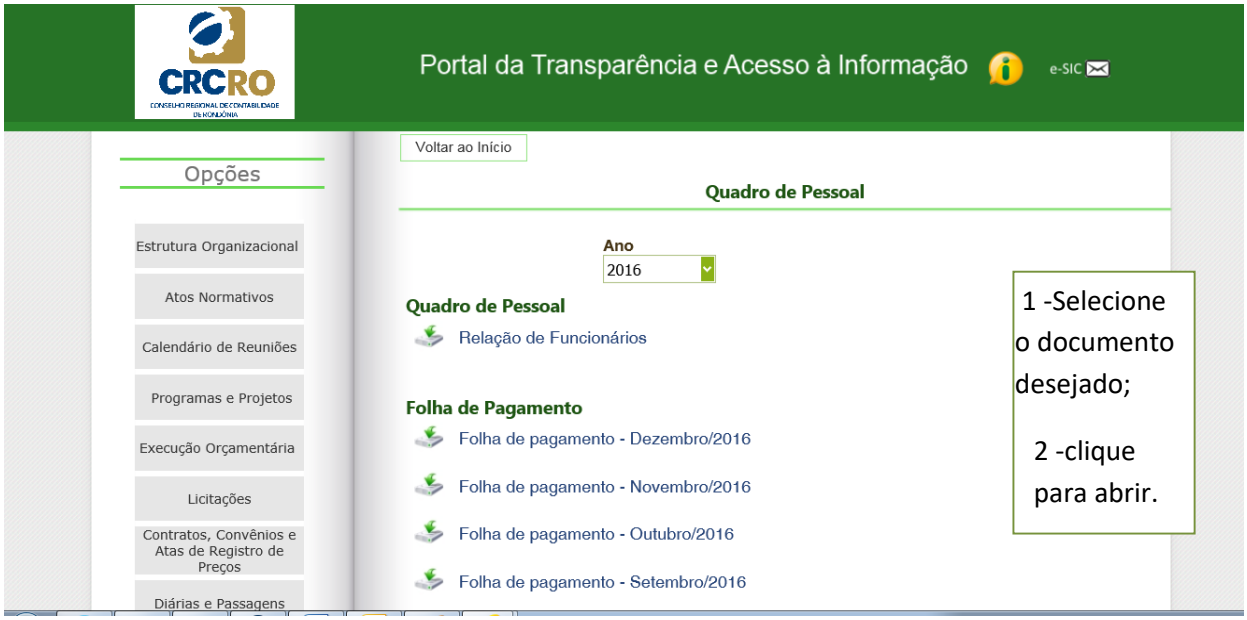
Fonte: Portal de Transparência CRCRO



Fonte: Portal de Transparência CRCRO



Fonte: Portal de Transparência CRCRO



Fonte: Portal de Transparência CRCRO

5.4 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Conselho de Contabilidade de Rondônia procura se adequar a aplicabilidade da lei nº 10.098/2000 ao Decreto n.º 5.296/2004 e normas técnicas da ABNT aplicáveis, todavia ainda estamos adequando o e-SIC as pessoas necessidades de deficiência auditiva e visual, sobretudo existe acesso fácil à sede do Regional, bem como banheiro adequado e 01 vaga de estacionamento. Transferiu todo atendimento aos usuários no térreo, a saber: registro, fiscalização, jurídico, arrecadação e dívida ativa, protocolo e sala de aula para cursos.

6. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

Este capítulo apresenta as informações sobre as demonstrações contábeis e financeiras elaboradas pelo CRCRO, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Sabendo que a transparência é um dos pilares da administração pública contemporânea, o CRCRO pública, no Portal da Transparência e Acesso à Informação, os balancetes mensais, aprovados pela Câmara de Controle Interno, pelo Plenário e pelo CFC, e os balanços patrimoniais de exercícios encerrados, que são, também, publicados. O superávit financeiro demonstrado em 2016 ocorreu principalmente devido ao aumento na arrecadação de anuidades, ao trabalho desenvolvido pelo CRCRO, através dos serviços de cobrança, execuções fiscais e ao resultado de rendimentos financeiros. Várias ações tomadas pela Administração do CRCRO contribuíram para a obtenção do resultado financeiro, entre elas: ações efetivas de execuções fiscais dos débitos vencidos; conscientização dos profissionais da contabilidade, em trabalho realizado pelos fiscais e pela Central de Atendimento do Regional.

6.1 Desempenho financeiro no exercício

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia CRCRO, manteve controles através do planejamento estratégico, execução orçamentária da previsão de receitas e da fixação despesas para o exercício financeiro do ano de 2016, ferramentas fundamentais para o equilíbrio dos gastos públicos e da situação financeira e econômica da entidade.

Os recursos Financeiros, conforme Art. 35 do Regimento Interno foram prioritariamente direcionados aos objetivos principais da entidade, quais sejam despesas com Registro, Fiscalização profissional da classe contábil e projeto educação continuada.

Comparativo das receitas e despesas do ano de 2016.

TOTAL	Ingressos	Dispêndio	Superávit/Déficit
	3.221.275,40	2.968.056,17	253.219,23

O CRC-RO finalizou o exercício de 2016 com superávit orçamentário no valor de R$ 253.219,23 (duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e dezenove reais e vinte e três centavos), conforme demonstrado acima e um superávit financeiro no valor de R$ 1.890.490,82 (um milhão, oitocentos e noventa mil, quatrocentos e noventa reais e oitenta e dois centavos). Diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro extraído do Balanço Patrimonial do exercício de 2016.

Mesmo com resultados positivos o CRCRO ainda apresentou no exercício uma inadimplência de 29,10% dos profissionais e Organizações Contábeis em débitos. As medidas tomadas para melhorar este cenário a curto e longo prazo pela da administração foi a implantação do protesto em cartório, o contrato de prestação de serviço com o SERASA para localização de endereços atualizados dos devedores e os esforços da Cobranças e Departamento Jurídico no intuito de reforçar a busca dos devedores.

6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

As principais práticas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis, bem como para o tratamento contábil para avaliação e mensuração dos ativos e passivos do CRCRO, estão evidenciados nas Notas Explicativas, vide Anexo III.

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa VPCI nº 004/2011 do Conselho Federal de Contabilidade. Os bens imóveis e móveis, adquiridos até dezembro de 2011 foram avaliados pela empresa UNISIS Administração Patrimonial Ltda e depreciados a partir de 1º de janeiro de 2012, de acordo com a vida útil do bem estabelecida no laudo de avaliação nº 2.680/2010.

Os bens adquiridos após esta data estão sendo depreciados com base na Instrução de Trabalho VPCI nº 004/2011 do CRCRO conforme a seguir: Imóveis (edifícios) - tempo de vida útil de 25 (vinte cinco) anos e valor residual de 10%, Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha e Veículos (uso administrativo), tempo de vida útil de 10 (dez) anos e valor residual de 10%; Equipamentos de Processamento de Dados, tempo de vida útil de 5 (cinco) anos e valor residual de 10%, resultando nos saldos demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 33 – Situação Patrimonial

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2016	Depreciação Acumulada
Sede	1.000.000,00	(83.333,40)
Sub-Sede	240.000,00	(20.769,00)
Terrenos	2.920.000,00	-
Móveis e Utensílios	147.583,50	(59.592,12)
Máquinas e Equipamentos	81.512,78	(26.307,62)
Utensílios de Copa e Cozinha	1.793,00	(470,00)
Veículos	313.046,00	(35.906,35)
Equipamentos de Processamento de Dados	150.325,95	(50.357,31)
Sistema de Processamento de Dados	21.996,68	(4.115,12)

Fonte: Balanço Patrimonial

6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Tendo em vista limitações técnicas o Conselho Regional de Rondônia – CRCRO, ainda não foi possível implantar a sistemática de apuração de custo, porém, será objeto de análise pela comissão de revisão do Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs.

6.4 Demonstrações Contábeis previstas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.

As Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Contabilidade foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 , em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; aos Princípios de Contabilidade; a Resolução CFC n.º 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs; as interpretações e orientações emitidas pelo CFC e as Instruções de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC. Vide **Anexo II.**

7. Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle

Neste capítulo, será apresentado o tratamento do CRCRO no que se refere às recomendações emanadas da sua Câmara de Controle Interno, da auditoria externa e da Câmara de Controle Interno do CFC. Destaca-se que não houve recomendações do TCU no período, motivo pelo qual esse item não é abordado neste capítulo. Também não houve recomendações da Câmara de Controle Interno do CRCRO. As recomendações emanadas pela Auditoria Externa e pela Câmara de Controle Interno do CFC foram atendidas e/ou justificadas.

7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não se aplica. Não houve recomendações por parte do TCU.

7.2. Tratamento das Recomendações do Órgão de Controle Interno

No Exercício do ano de 2016, não houve recomendações por parte da Câmara de Controle Interno do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia, ficando os controles realizados apenas pelos Órgãos de Controle Externo.

7.2.1 Tratamento das Recomendações da Câmara de Controle Interno - CCI

No Exercício do ano de 2016, não houve recomendações por parte da Câmara de Controle Interno do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia-CRCRO.

7.2.2. Tratamento das Recomendações da Auditoria Externa e da CCI/CFC

O quadro a seguir apresenta as informações sobre as medidas adotadas pelo o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia para atender às recomendações expedidas pela Auditoria Interna do CFC.

Quadro 34 – Informações de Cumprimento das Recomendações da Auditória Interna/CFC

Unidade jurisdicionada			
Denominação Completa			
Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia – CRCRO			
Recomendações			
Recomendações Expedidas pela Auditoria Interna do CFC			
Ordem	**Tipo de documento**	**Item**	**Comunicação Expedida**
1	**Relatório de Auditoria N°. 19/2016**	**RA**	RA Nº 19/2016
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação			
Diretoria Executiva			
Descrição da Recomendação **1.** Em análise ao "Relatório Analítico de Pagamento a Menor", foi constatado pagamento de anuidades em desacordo com o previsto na Resolução CFC n.º 1.467/14, que dispõe sobre os valores das anuidades, taxas e multas, e não foram localizados os seus respectivos débitos complementares. Recomenda-se ao Regional que efetue levantamento para apurar a existência de outras ocorrências similares, e que posteriormente efetue a devida cobrança das diferenças apresentadas. Recomenda-se ainda, que o Conselho realize verificações mensais nos Relatórios Analíticos emitidos pelo sistema SPW, a fim de aprimorar os controles sobre os pagamentos do crédito tributário devido. **2.** Recomenda-se ao Regional que se atente aos tipos de classificação de empenho, conforme descrito no item 4.6.2.3 do Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs.			

3. Recomenda-se ao Regional que se abstenha de conceder diárias para instrutores que recebem honorários, pois tais custos devem estar inclusos na proposta apresentada, conforme determinado pelo Acórdão do TCU n° 0933/2008-Plenário.

4. Recomenda-se ao Regional que se abstenha de conceder suprimento de fundos a estagiários, observando o Decreto n° 93.872/86 e as orientações da CGU.

5. Recomenda-se ao Regional que observe os prazos de aplicação estabelecidos no ato de concessão dos suprimentos de fundos e observe as orientações do art. 60 da Lei nº 4.320/64.

6. Recomenda-se ao Regional que se abstenha de realizar despesas com lanches por meio de suprimento de fundos, observando o art. 15 da Portaria CRCRO n° 007/2015.

7. Recomenda-se ao Regional que realize a apuração de responsabilidade e posteriormente promova a devolução ao erário dos recursos gastos sem comprovação de nota fiscal, totalizando o valor de R$ 2.000,00. Recomenda-se também que a funcionária Ana Cláudia Macedo da Rocha seja declarada em alcance, não podendo receber suprimento de fundos até a regularização dos fatos, de acordo com a determinação da letra "d" do § 3º do art.45 do Decreto n° 93.872/86.

8. Recomenda-se ao Regional que nos processos de inexigibilidade de licitação realize a publicação na imprensa oficial, como condição de eficácia dos atos, observando o art. 26 da Lei 8666/93 e realize a justificativa de preço.

9. Recomenda-se ao Regional que nos processos licitatórios com valor até R$ 80.000,00 seja observado o art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, ou que haja justificativa no processo quanto a sua não aplicação, observando os requisitos do art. 49 desta mesma lei.

10. Recomenda-se ao Regional que faça um levantamento de todos os contratos vigentes que não foram publicados, realizando sua devida publicação de acordo com o art. 61 da Lei 8.666/93 e inciso XII do art. 30 do Decreto 5450/2005, sob pena de nulidade dos contratos firmados e apuração de responsabilidade por inobservância reiterada e inescusável da Lei.

11. Recomenda-se ao Regional que, nas contratações realizadas com empresas seguradoras, seja firmado instrumento de contrato, observando as cláusulas previstas no art. 55 da Lei 8.666/93 e o Acórdão do TCU n° 600/2015 – Plenário.

12. Recomenda-se ao Regional que observe em seus processos licitatórios o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual aduz que, uma vez nele estabelecidas as regras do certame, elas devem ser cumpridas, em seus exatos termos, sob pena do processo se tornar inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

13. Recomenda-se ao Regional que adote medidas no sentido de regularizar as ocorrências impeditivas à emissão da certidão junto à Receita Federal do Brasil.

14. Recomenda-se ao Regional que mantenha a guarda das declarações e solicite aos conselheiros que ainda não o fizeram para efetuarem a entrega ao setor competente.

15. Recomenda-se ao Regional que faça um levantamento geral das permissões dos usuários ao sistema SPW, a fim de identificar usuários que possuem acesso aos módulos que não são compatíveis com as atividades que desempenham. Após a identificação dos casos, deverão ser adotadas medidas para que o acesso das atividades operacionais fique limitado aos funcionários que as executam, e aos demais usuários, apenas o acesso ao módulo de consulta, caso necessário, e observe o princípio da segregação das funções para as atividades desenvolvidas.

16. Recomenda-se ao Regional que, durante reforma ou ampliação do edifício, siga as políticas de acessibilidade, especialmente em relação às medidas adotadas para cumprimento das exigências da Lei nº 10.098/2000, do Decreto nº 5.296/2004 e das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis.

Providências Adotadas
Setor Responsável pela Implementação.
Diretoria Executiva
Síntese da Providência Adotada

Item 1: O Setor de Arrecadação e Dívida Ativa gerou o relatório de pagamento com valor a menor, os valores maiores que R$ 10,00 (dez reais) procedeu-se os lançamentos na conta corrente do profissional para execução de cobrança administrativa, procedimentos será adotados mensalmente conforme instrução.

Item 2: Com relação a este apontamento, reconhecemos o equívoco e nos atentaremos a observar com maior atenção o tipo correto de empenho no momento de sua elaboração.

Item 3: O Regional adotará o Acórdão 0933/2008 do TCU para essas despesas, sendo encaminhado cópia desse relatório ao setor de desenvolvimento profissional se atentar à aplicação do acórdão.

Item 4: Esse apontamento foi saneado no momento da realização do concurso público e o resultado final foi publicado no diário oficial da união, houve em seguida a contratação de empregado em substituição aos estagiários lotados nos escritórios regionais e sub-sedes.

Item 5: O Regional tomará providências no sentido de orientar os empregados que utilizam suprimentos de fundos para despesas de pequenos vultos, se atentarem para data da aplicação do recurso. Bem como, supervisionar e coordenador as prestações de contas.

Item 6: O Regional adotará o que descreve o art. 15 da Portaria CRCRO n° 007/2015.

Item 7: O Regional levou ao conhecimento da empregada citada, todavia a mesma está procurando restaurar o processo de prestação de contas, uma vez que não foi localizado, caso não seja possível, será aberto processo administrativo para ressarcimento do valor aos cofres públicos.
Item 8: Concorda com o apontamento e se adota à legislação pertinente.
Item 9: O CRC adotará nas elaborações dos próximos editais se atentará o que rege o Art. 48 da Lei Complementar nº123/2008.
Item 10: Efetuado o levantamento dos processos ativos, este Regional publicará o extrato dos contratos no diário oficial do Estado e no sitio do CRC.
Item 11: O regional concorda com o apontamento e adotará as recomendações no processo de licitação da renovação de seguro que ocorrer no mês de junho/2016.
Item 12: Recomenda-se ao Regional que observe em seus processos licitatórios o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual aduz que, uma vez nele estabelecidas as regras do certame, elas devem ser cumpridas, em seus exatos termos, sob pena do processo se tornar inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.
Item 13: Com relação a emissão da certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, não há pendencias com relação a pagamentos de impostos e contribuição, o motivo da não emissão da certidão deve-se a erro na emissão da DCTF do mês de dezembro a qual foi retificada e até o momento o Sistema da Receita Federal não a recepcionou, devido ao fato, já realizamos novo agendamento para o dia 18/05/2016. Assim que a situação for regularizada enviaremos a certidão para esse controle interno.
Item 14: Recomenda-se ao Regional que mantenha a guarda das declarações e solicite aos conselheiros que ainda não o fizeram para efetuarem a entrega ao setor competente.
Item 15: O CRC providenciou junto ao TI as limitações de cada setor, ficando apenas o acesso ao funcionário que as executam e aos demais usuários apenas acesso à consulta.
Item 16: Os Atendimentos aos usuários e profissionais se restringem ao térreo, todavia com a reforma o CRC adotará as medidas da legislação que trata de acessibilidade.

Síntese dos Resultados Obtidos
A readequação dos procedimentos internos recomendados pela Câmara de Controle Interno do CFC confere maior credibilidade aos processos e atos administrativos e permitem maior segurança aos gestores nas tomadas de decisões.

Fonte: Pronunciamentos da CCI.

7.2.3 Acompanhamento das deliberações TCU e CCI

No CRCRO não há um setor específica que controla as deliberações, tarefa essa desempenhada pelo Setor de Contabilidade quando das decisões da Câmara de Controle Interno, cientificar os setores da decisão, bem como das deliberações do TCU.

7.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não houve ocorrência de abertura Tomada de Contas Especial no exercício de 2016.

Houve a abertura de processo administrativo a fim de apurar a responsabilidade e devolução ao erário público de valores apurados. O processo foi aberto mediante apontamento da auditoria interna do Conselho Federal de Contabilidade que detectou inconsistências na prestação de conta de suprimento de fundo.

8. Outras Informações Relevantes

O CRCRO com o objetivo de alcançar suas metas e principalmente um melhor atendimento à Classe Contábil, público alvo desta autarquia, foram realizadas várias ações, dentre elas:

- **Departamento de Informática**

A tecnologia possui surpreendente aceleração no desenvolvimento, sendo hoje considerada um dos setores que mais evoluiu na sociedade moderna. Os equipamentos de informática e os softwares começaram a ser essenciais para qualquer atividade, com expressiva redução de custos, melhoria de desempenho e da qualidade do tratamento das informações com controle efetivo de processos. Com essa ideia, entende-se que a defasagem dos equipamentos utilizados tende a reduzir sua eficiência e sua segurança, aumentando o custo para sua atualização.

As principais medidas adotadas em 2016 para fortalecer a segurança da informação, melhor e modificar a infraestrutura tecnológica do CRCRO, foram:

- 02 Microcomputador 1TB, 8 GB, i7, Win10,
- 01 Notebook 1TB, 8 GB, i7, Win10,
- 02 Swith 10/100/1000
- 01 Nobreak 3000VA
- 01 Rack Piso Fechado Padrão 19″ 36U x 1070.
- 03 Disco ISS SAS 300GB 10k
- 02 roteadores Wireless
- DVR 16 Canais com HD 2 TB e 8 Cameras HD

- **Departamento de Comunicação**

- **O Site do CRCRO -** é uma forma prática dos profissionais acompanharem as notícias e informações de interesse da área, bem como acessarem seus dados profissionais, consultar profissionais registrados, emitir documentos tais como: Certidão de Regularidade Profissional Decore Eletrônica, Alvará de Escritórios, solicitação de registros Definitivo, Provisório, Secundário, acompanhamento de protocolos, atualização cadastral, emissão de boletos e certificados, formulários entre outros serviços disponíveis.

- **Departamento de Gestão de Pessoas**

As políticas de gestão de pessoas do CRCRO priorizam o aprimoramento profissional de seus funcionários, buscando compatibilizar as competências e expectativas individuais com as necessidades e os objetivos da organização, razão pela qual tem investido em projetos de treinamento de capacitação.

Conclusão

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rondônia buscou pautar sua atuação em alinhamento com os objetivos estratégicos do Sistema CFC/CRC's, do atendimento ao Plano de Trabalho sob a responsabilidade dos Vice-Presidentes de cada área, e do mapeamento de oportunidades de ações institucionais, de desenvolvimento da entidade, de registro, fiscalização e desenvolvimento profissional, aplicando técnicas com o auxílio do Sistema de Gestão por Indicadores, ferramenta fundamental de gestão.

Com efeito, foram traçadas metas para o exercício de 2016. De fato, foram encontradas algumas dificuldades no intuito de atingir as metas pré-fixadas, mas o que teve maior impacto em relação às metas não alcançadas foi decorrente a questão da arrecadação, que ainda está muito aquém do esperado. Com isso, dificulta investimentos em outras áreas específicas em prol de êxito total com Entidade que tem como finalidade a prestação de serviços aos profissionais da contabilidade e principalmente a sociedade.

Face a tudo isso mencionado, a gestão tomará medidas eficazes e revisões em seus procedimentos administrativos, com a implantação de ações estratégicas em prol da fomentação da arrecadação, incentivar a manutenção do registro profissional e elaborar de fluxogramas definido as rotinas.

9 Anexos e Apêndices

Anexo I- Demonstração da Execução da Despesa para Atingir os Objetivos Estratégicos do Exercício

Objetivo Estratégico	Projetos/Atividades	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada e Liquidada
1. Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs.	1005 – Cobrança Administrativa e Judicial-Profissionais e Organizações Contábeis.	117.522,00	111.190,92
	5014 – Contribuição Regimental	560.708,00	553.065,97
	5015 – Despesas Financeiras	2.540,00	2.414,92
	5016 – Obrigações Legais	8.300,00	6.086,55
SUBTOTAL		**689.070,00**	**672.758,36**
2. Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do CFC/CRCs.	5001 – Serviços Administrativos	106.819,41	75.054,77
	5006 – Comunicação e Telecomunicação	60.960,00	51.638,49
	5008 – Modernização e Manutenção da Estrutura Física.	99.680,95	87.183,63
	5009 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios	21.895,00	21.000,00
	5011 – Aquisição de Veículos	145.046,00	145.046,00
	5012 – Manutenção, Conservação e Locação de Veículos	36.207,16	20.223,88
	5013 – Aquisição de Materiais de Consumo	37.235,00	31.116,86
	5020 – Empréstimos e Encargos Junto ao CFC	73.457,00	73.456,17
SUBTOTAL		**581.300,52**	**504.719,80**
3. Ampliar e Integrar o uso da tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs.	5002 – Tecnologia da Informação	35.964,00	35.401,97
	5010 – Modernização do Parque de Informática (HARDWARE E SOFTWARE)	31.867,00	31.866,91
SUBTOTAL		**67.831,00**	**67.268,88**
4. Atrair e Reter Talentos	2013 – Pessoal, Encargos e Benefícios	1.418.678,80	1.353.794,34
	5004 – Qualidade de Vida no Trabalho	3.500,00	2.809,00
SUBTOTAL		**1.422.178,80**	**1.356.603,34**
5. Fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e dos Colaboradores do Sistema CFC/CRCs.	5005 – Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos	11.814,00	11.184,28

SUBTOTAL		**11.814,00**	**11.184,28**
6. Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade.	2001 – Fiscalização das Organizações Contábeis e dos Profissionais de Contabilidade	7.520,00	6.838,00
	2002 – Fiscalização das Empresas Não Contábeis	2.948,71	1.800,00
	3012 – Promover a Educação Continuada – Congresso/Convenções.	146.976,66	84.635,85
	3013 – Promover a Educação Continuada/Encontros/Seminários/Fórum/Jornadas	9.375,29	9.375,29
	3014 – Promover a Educação Continuada - Cursos e Palestras	70.138,27	41.364,02
SUBTOTAL		**236.958,93**	**144.013,16**
7. Garantir Qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos.	1003 – Atualização e Manutenção Cadastral	300,00	150,00
SUBTOTAL		**300,00**	**150,00**
8. Inovar, integrar e otimizar a Gestão do Sistema CFC/CRCs.	3015 – Seminários e Reuniões Voltados a Gestão do Sistema CFC/CRCs.	27.055,13	23.203,63
SUBTOTAL		**27.055,13**	**23.203,63**
9. Influênciar na formação das competências e das habilidades dos profissionais e fomentar programas de educação continuada	3007 – Participação dos Conselheiros em Eventos Nacionais e Internacionais	104.951,62	95.904,93
SUBTOTAL		**104.951,62**	**95.904,93**
10. Atuar como fator de proteção da sociedade	2007 – Reuniões Regimentais	110.547,00	92.249,79
SUBTOTAL		**110.547,00**	**92.249,79**
TOTAL		**3.252.007,00**	**2.968.056,17**

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Anexo II – Demonstrações Contábeis

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE RONDÔNIA - CRC/RO
Av. Presidente Dutra, 2374 - Centro. CRC/RO - CNPJ: 63.761.001/0001-79
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		SALDO		ESPECIFICAÇÃO		SALDO	
		2016	2015			2016	2015
1.1	**ATIVO CIRCULANTE**	**2.104.533,54**	**2.338.116,72**	**2.1**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**300.521,16**	**311.378,19**
1.1.1	**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**	**1.972.016,48**	**1.678.528,72**	**2.1.1**	**OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS**	**1.128,97**	**18.770,63**
1.1.1.1	**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**	**1.972.016,48**	**1.678.528,72**	**2.1.1.1**	**PESSOAL A PAGAR**	**0,00**	**0,00**
1.1.1.1.01	Caixa	0,00	0,00	2.1.1.1.01	Pessoal a Pagar	0,00	0,00
1.1.1.1.02	Fundo Fixo de Caixa	0,00	0,00	**2.1.1.2**	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**	**1.128,97**	**18.770,63**
1.1.1.1.03	Bancos Conta Movimento	151.816,65	67.580,27	2.1.1.2.01	Encargos Sociais a Pagar	1.128,97	18.770,63
1.1.1.1.04	Bancos Conta Arrecadação	0,00	0,00	**2.1.2**	**OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO**	**59.949,36**	**19.196,86**
1.1.1.1.05	Bancos Aplicação Financeira	1.820.199,83	1.600.734,30	**2.1.2.1**	**OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO**	**59.949,36**	**19.196,86**
1.1.1.1.06	Adiantamentos de Suprimentos	0,00	0,00	2.1.2.1.01	Obrigações Fiscais de Curto Prazo	1.169,53	346,76
1.1.1.1.07	Disponível para Aplicação Vinculada		10.214,15	2.1.2.1.02	Depósitos Consignáveis	112,97	8.857,21
1.1.2	**CRÉDITOS DE CURTO PRAZO**	**102.414,06**	**600.796,75**	2.1.2.1.03	Fornecedores	58.666,86	9.992,89
1.1.2.1	**CRÉDITOS A RECEBER**	**102.414,06**	**600.796,75**	**2.1.3**	**DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO**	**12.141,09**	**4.793,06**
1.1.2.1.01	Créditos do Exercício	620.964,84	532.002,75	**2.1.3.1**	**CONTAS A PAGAR**	**1.371,64**	**10,00**
1.1.2.1.02	Créditos de Exercício Anteriores	637.591,44	579.920,99	2.1.3.1.01	Contas a Pagar	1.371,64	10,00
1.1.2.1.03	Parcelamentos de Débitos	581.414,70	602.318,27	**2.1.3.2**	**TRANSFERÊNCIAS LEGAIS**	**1.745,37**	**0,00**
1.1.2.1.04	Cota-Parte	0,00	0,00	2.1.3.2.01	Transferências Legais	1.745,37	0,00
1.1.2.1.98	Perda Estim. c/ Créd. Liquidiação Duvidosa	-1.737.556,92	-1.113.445,26	**2.1.3.3**	**VALORES EM TRÂNSITO**	**0,00**	**0,00**
1.1.3	**DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO**	**25.710,93**	**53.416,02**	2.1.3.3.01	Valores em Transito	0,00	0,00
1.1.3.1	**ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS**	**17.215,24**	**23.151,60**	**2.1.3.9**	**OUTRAS OBRIGAÇÕES**	**9.024,08**	**4.783,06**
1.1.3.1.01	Adiantamentos a Pessoal	17.215,24	9.549,06	2.1.3.9.01	Outras Obrigações	9.024,08	4.783,06
1.1.3.1.02	Adiantamentos a Terceiros	0,00	0,00	**2.1.4**	**PROVISÕES DE CURTO PRAZO**	**226.521,74**	**196.061,47**
1.1.3.1.03	Adiantamentos a Pessoal com Viculação Orçamentária		13.602,54	**2.1.4.1**	**PROVISÕES TRABALHISTAS**	**37.629,24**	**38.376,89**
1.1.3.2	**TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**	**375,71**	**20.492,94**	2.1.4.1.01	Provisões Trabalhistas	37.629,24	38.376,89
1.1.3.2.01	Tributos e Contribuições a Recuperar	375,71	20.492,94	**2.1.4.2**	**PROVISÕES P/ RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS**	**39.400,00**	**1.626,38**
1.1.3.3	**EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS**	**0,00**	**0,00**	2.1.4.2.01	Provisões p/ riscos trabalhistas e cíveis	39.400,00	1.626,38
1.1.3.3.01	Empréstimos Concedidos	0,00	0,00	**2.1.4.3**	**PROVISÕES DE COTA-PARTE**	**149.492,50**	**156.058,20**
1.1.3.4	**CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO**	**1.546,00**	**1.699,16**	2.1.4.3.01	Provisões de Cota Parte	149.492,50	156.058,20
1.1.3.4.01	Créditos por Danos ao Patrimônio/Div. Responsáveis	1.546,00	1.699,16	**2.1.5**	**EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO**	**0,00**	**72.556,17**
1.1.3.5	**DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS**	**0,00**	**0,00**	**2.1.5.1**	**EMPRÉSTIMOS OBTIDOS**	**0,00**	**72.556,17**
1.1.3.5.01	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	2.1.5.1.01	Empréstimos Obtidos	0,00	72.556,17
1.1.3.6	**DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO**	**5.878,88**	**5.963,10**	**2.1.6**	**VALORES DE TERCEIROS E/OU RESTITUÍVEIS**	**780,00**	**0,00**
1.1.3.6.01	Créditos por Alienação	0,00	0,00	2.1.6.1	**CAUÇÕES**	**780,00**	**0,00**
1.1.3.6.99	Créditos Diversos	5.878,88	5.963,10	2.1.6.1.01	Cauções	780,00	0,00
1.1.3.9	**OUTROS CRÉDITOS E VALORES RECEBER**	**695,10**	**2.109,22**	**2.1.6.2**	**DEPÓSITOS JUDICIAIS**	**0,00**	**0,00**
1.1.3.9.01	Outros Créditos e Valores a Receber	695,10	2.109,22	2.1.6.2.01	Depósitos Judiciais	0,00	0,00
1.1.4	**ESTOQUES**	**0,00**	**0,00**				
1.1.4.1	**ALMOXARIFADO**	**0,00**	**0,00**	**2.2**	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**0,00**	**0,00**
1.1.4.1.01	Almoxarifado	0,00	0,00	**2.2.1**	**EMPRÉSTIMOS DE LONGO PRAZO**	**0,00**	**0,00**
1.1.5	**VAR. DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE**	**4.392,07**	**5.375,23**	**2.2.1.1**	**EMPRÉSTIMOS OBTIDOS**	**0,00**	**0,00**
1.1.5.1	**VAR. DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE**	**4.392,07**	**5.375,23**	2.2.1.1.01	Empréstimos Obtidos	0,00	0,00
1.1.5.1.01	Var. Diminutivas pagas Antecipadamente	4.392,07	5.375,23	**2.2.2**	**SENTENÇAS JUDICIAIS**	**0,00**	**0,00**
				2.2.2.1	**SENTENÇAS JUDICIAIS**	**0,00**	**0,00**
1.2	**ATIVO NÃO-CIRCULANTE**	**5.240.456,40**	**4.658.596,86**	2.2.2.1.01	Sentenças Judiciais	0,00	0,00
1.2.1	**ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**	**645.049,45**	**179.494,26**	**2.2.3**	**OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO**	**0,00**	**0,00**
1.2.1.1	**CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO**	**645.049,45**	**179.494,26**	**2.2.3.1**	**OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO**	**0,00**	**0,00**
1.2.1.1.01	Parcelamento de Débitos	500.045,67	801.037,92	2.2.3.1.01	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
1.2.1.1.02	Cred. Exerc. Anteriores Não Executados	568.980,78	849.279,33				
1.2.1.1.03	Dívida Ativa Executada	3.606.743,34	3.330.323,01	**TOTAL DO PASSIVO**		**300.521,16**	**311.378,19**
1.2.1.1.98	Perda Estim. c/ Créd. Liquidiação Duvidosa	-4.030.720,34	-4.801.146,00				
1.2.1.2	**EMPRESTIMOS CONCEDIDOS**	**0,00**	**0,00**				
1.2.1.2.01	Emprestimos Concedidos	0,00	0,00	**2.3**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**7.044.468,58**	**6.685.335,39**
1.2.1.3	**DEPÓSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO**	**0,00**	**0,00**	**2.3.1**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**7.044.468,58**	**6.685.335,39**
1.2.1.3.01	Depositos Realizaveis a Longo Prazo	0,00	0,00	**2.3.1.1**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**7.044.468,58**	**6.685.335,39**
1.2.2	**INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**	**4.595.406,95**	**4.479.102,60**	2.3.1.1.01	Ajustes de Exercícios Anteriores	-19.880,17	108.380,00
1.2.2.1	**INVESTIMENTOS**	**4.595.406,95**	**0,00**	2.3.1.1.02	Reservas	0,00	0,00
1.2.2.1.01	Investimentos	4.595.406,95	0,00	2.3.1.1.03	Resultados Acumulados	7.064.348,75	6.576.955,39
1.2.2.2	**IMOBILIZADO**	**4.577.525,39**	**4.458.891,28**				
1.2.2.2.01	Bens Móveis	694.261,19	496.348,28	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		**7.044.468,58**	**6.685.335,39**
1.2.2.2.02	Bens Imóveis	4.160.000,00	4.160.000,00				
1.2.2.2.03	Depreciação Acumulada	-276.735,80	-197.457,00				
1.2.2.3	**INTANGÍVEL**	**17.881,56**	**20.211,32**				
1.2.2.3.01	Intangível	17.881,56	20.211,32				
1.2.2.3.02	Amortização Acumulada	-4.115,12					
TOTAL DO ATIVO		**7.344.989,94**	**6.996.713,58**	**TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		**7.344.989,74**	**6.996.713,58**
ATIVO FINANCEIRO		2.002.119,48	1.737.319,97	**PASSIVO FINANCEIRO**		111.628,66	153.693,61
ATIVO PERMANENTE		5.342.870,46	5.259.393,61	**PASSIVO PERMANENTE**		188.892,50	157.684,58
SALDO PATRIMONIAL						**7.044.468,58**	**6.685.335,39**

Contador **Edneu da Silva Calderari**
Presidente

Contadora **Aldaisa Pereira de Araújo**
CRC-RO nº 003364/O

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE RONDÔNIA - CRC/RO

BALANÇO FINANCEIRO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**	**ESPECIFICAÇÃO**	**2016**	**2015**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**3.221.275,40**	**3.109.677,74**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA**	**2.968.056,17**	**2.752.016,99**
Receitas Correntes	3.221.275,40	3.061.536,34	Despesas Correntes	2.725.143,26	2.466.807,99
Receitas de Capital	0,00	48.141,40	Despesas de Capital	242.912,91	285.209,00
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	**3.172.192,18**	**2.819.597,59**	**PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS**	**3.131.923,65**	**2.790.511,57**
Adiantamentos a Pessoal	108.996,58	62.571,47	Adiantamentos a Pessoal	116.662,76	72.120,53
Adiantamentos a Terceiros	4.491,01	8.785,12	Adiantamentos a Terceiros	4.491,01	8.785,12
Tributos e Contribuições a Recuperar	49.342,10	8.298,26	Tributos e Contribuições a Recuperar	29.224,87	5.375,28
Créditos Por Danos Ao Patrimônio	3.857,68	7.036,48	Créditos Por Danos Ao Patrimônio	3.704,52	6.207,14
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Cursos e Eventos	0,00	0,00	Cursos e Eventos	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	Convênios	0,00	0,00
Créditos e Valores a Receber	1.801,65	7,85	Créditos e Valores a Receber	387,53	2.117,07
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Pessoal a Pagar	790.937,87	543.084,19	Pessoal a Pagar	790.937,87	543.084,19
Encargos Sociais a Pagar	283.264,94	184.845,52	Encargos Sociais a Pagar	300.906,60	171.847,54
Obrigações de Curto Prazo	975.419,97	1.164.976,77	Obrigações de Curto Prazo	934.667,47	1.168.219,37
Contas a Pagar	233.840,12	224.822,32	Contas a Pagar	232.478,48	224.875,32
Transferências Legais	511.632,86	465.958,10	Transferências Legais	509.887,49	467.697,83
Honorários de Sucumbência	2.048,80	0,00	Honorários de Sucumbência	2.048,80	0,00
Cursos e Eventos	0,00	0,00	Cursos e Eventos	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	Convênios	0,00	0,00
Instituições Financeiras	0,00	0,00	Instituições Financeiras	0,00	0,00
Provisões Trabalhistas	203.729,80	149.211,51	Provisões Trabalhistas	204.477,45	120.182,18
Inscrição de Restos a Pagar	0,00	0,00	Honorários de Sucumbência	2.048,80	0,00
Cauções	780,00	0,00	Depósitos Judiciais	0,00	0,00
Honorários de Sucumbência	2.048,80		Sentenças Judiciais	0,00	0,00
			Obrigações Fiscais de LP	0,00	0,00
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**1.678.528,72**	**1.291.781,95**	**DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE**	**1.972.016,48**	**1.678.528,72**
TOTAL	**8.071.996,30**	**7.221.057,28**	**TOTAL**	**8.071.996,30**	**7.221.057,28**

Contador Edneu da Silva Calderari
Presidente do CRC/RO

Contadora Elizangela Aldaisa Pereira de Araújo
CRC/RO nº 003364/O

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

(Valores em Reais)

	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
4.1	**CONTRIBUIÇÕES**	**2.522.061,87**	**2.270.029,23**
4.1.1	**CONTRIBUIÇÕES**	**2.522.061,87**	**2.270.029,23**
4.1.1.1	**CONTRIBUIÇÕES**	**2.522.061,87**	**2.270.029,23**
4.1.1.1.01	Contribuições	2.522.061,87	2.270.029,23
4.2	**EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**	**499.705,49**	**484.687,87**
4.2.1	**EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**	**499.705,49**	**484.687,87**
4.2.1.1	**EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**	**499.705,49**	**484.687,87**
4.2.1.1.01	Exploração de Bens e Serviços	499.705,49	484.687,87
4.3	**FINANCEIRAS**	**1.064.743,00**	**1.097.599,04**
4.3.1	**FINANCEIRAS**	**1.064.743,00**	**1.097.599,04**
4.3.1.1	**FINANCEIRAS**	**1.064.743,00**	**1.097.599,04**
4.3.1.1.01	Financeiras	1.064.743,00	1.097.599,04
4.4	**TRANSFERÊNCIAS**	**164.894,88**	**213.312,49**
4.4.1	**TRANSFERÊNCIAS**	**164.894,88**	**213.312,49**
4.4.1.1	**TRANSFERÊNCIAS**	**164.894,88**	**213.312,49**
4.4.1.1.01	Transferências	164.894,88	213.312,49
4.5	**VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS**	**0,00**	**39.033,51**
4.5.1	**VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS**	**0,00**	**39.033,51**
4.5.1.1	**VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS**	**0,00**	**39.033,51**
4.5.1.1.01	Valorização e Ganhos com Ativos	0,00	39.033,51
4.9	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**	**1.096.581,37**	**614.985,56**
4.9.1	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**	**1.096.581,37**	**614.985,56**
4.9.1.1	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**	**1.096.581,37**	**614.985,56**
4.9.1.1.01	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.096.581,37	614.985,56
TOTAL		**5.347.986,61**	**4.719.647,70**

	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
3.1	**PESSOAL E ENCARGOS**	**1.287.095,98**	**911.653,09**
3.1.1	**PESSOAL E ENCARGOS**	**1.287.095,98**	**911.653,09**
3.1.1.1	**PESSOAL E ENCARGOS**	**1.287.095,98**	**911.653,09**
3.1.1.1.01	Pessoal e Encargos	1.287.095,98	911.653,09
3.2	**BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS**	**42.600,31**	**3.917,08**
3.2.1	**BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS**	**42.600,31**	**3.917,08**
3.2.1.1	**BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS**	**42.600,31**	**3.917,08**
3.2.1.1.01	Benefícios Assistenciais	42.600,31	3.917,08
3.3	**USO DE BENS E SERVIÇOS**	**817.435,67**	**1.001.529,15**
3.3.1	**USO DE BENS E SERVIÇOS**	**817.435,67**	**1.001.529,15**
3.3.1.1	**USO DE BENS E SERVIÇOS**	**817.435,67**	**1.001.529,15**
3.3.1.1.01	Uso de Bens e Serviços	817.435,67	1.001.529,15
3.4	**FINANCEIRAS**	**108.126,25**	**87.177,59**
3.4.1	**FINANCEIRAS**	**108.126,25**	**87.177,59**
3.4.1.1	**FINANCEIRAS**	**108.126,25**	**87.177,59**
3.4.1.1.01	Financeiras	108.126,25	87.177,59
3.5	**TRANSFERÊNCIAS**	**0,00**	**0,00**
3.5.1	**TRANSFERÊNCIAS**	**0,00**	**0,00**
3.5.1.1	**TRANSFERÊNCIAS**	**0,00**	**0,00**
3.5.1.1.01	Transferências	0,00	0,00
3.6	**TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS**	**531.277,79**	**501.701,05**
3.6.1	**TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS**	**531.277,79**	**501.701,05**
3.6.1.1	**TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS**	**531.277,79**	**501.701,05**
3.6.1.1.01	Tributárias e Contributivas	531.277,79	501.701,05
3.7	**DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS**	**2.073.988,47**	**1.667.523,07**
3.7.1	**DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS**	**2.073.988,47**	**1.667.523,07**
3.7.1.1	**DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS**	**2.073.988,47**	**1.667.523,07**
3.7.1.1.01	Desvalorização e Perda de Ativos	2.073.988,47	1.667.523,07
3.9	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**	**108.448,78**	**81.900,30**
3.9.1	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**	**108.448,78**	**81.900,30**
3.9.1.1	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**	**108.448,78**	**81.900,30**
3.9.1.1.01	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	108.448,78	81.900,30
TOTAL		**4.968.973,25**	**4.255.401,33**

RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO			
		379.013,36	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2016
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	**197.912,91**
Investimentos	197.912,91
Empréstimos Concedidos	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	**0,00**
Alienações de Bens	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**0,00**
Empréstimos Obtidos	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	**45.000,00**
Amortização de Empréstimos Concedidos	45.000,00

Contador Edneu da Silva Calderari
Presidente do CRC/RO

Contadora Aldaisa Pereira de Araújo
CRC/RO nº003364/O

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores em Reais)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**2.912.000,00**	**2.912.000,00**	**3.221.275,40**	**(309.275,40)**
CONTRIBUIÇÕES	**2.062.000,00**	**2.062.000,00**	**2.156.074,94**	**(94.074,94)**
Anuidades	2.062.000,00	2.062.000,00	2.156.074,94	(94.074,94)
Cota Parte	-	-		-
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	**131.930,00**	**131.930,00**	**131.064,63**	**865,37**
Exploração de Bens	15.600,00	15.600,00	14.300,00	1.300,00
Exploração de Serviços	116.330,00	116.330,00	116.764,63	(434,63)
FINANCEIRAS	**398.740,00**	**398.740,00**	**568.541,66**	-
Juros de Mora	135.035,00	135.035,00	162.906,47	(27.871,47)
Atualização Monetária	73.845,00	73.845,00	100.766,00	(26.921,00)
Multas e Encargos	39.860,00	39.860,00	22.306,46	17.553,54
Remuneração de Dep. Banc. e Aplicações Financeiras	150.000,00	150.000,00	282.562,73	(132.562,73)
TRANSFERÊNCIAS	**94.080,00**	**94.080,00**	**164.894,88**	**(70.814,88)**
Transferências	94.080,00	94.080,00	164.894,88	(70.814,88)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**225.250,00**	**225.250,00**	**200.699,29**	**24.550,71**
Multas	225.200,00	225.200,00	195.427,84	29.772,16
Indenizações e Restituições	-	-	529,60	(529,60)
Receitas Não-Identificadas	50,00	50,00	4.741,85	(4.691,85)
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNOS	-	-	-	-
Operações de Créditos Internos	-	-	-	-
ALIENAÇÕES DE BENS	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-		-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Títulos e Ações	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos Concedidos	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
PREVISÃO ADICIONAL	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
SUB TOTAL	**2.912.000,00**	**2.912.000,00**	**3.221.275,40**	**-309.275,40**
DÉFICIT			**0,00**	
TOTAL DAS RECEITAS	**2.912.000,00**	**2.912.000,00**	**3.221.275,40**	**-309.275,40**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - SUPERÁVIT FINANCEIRO		**0,00**		

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**2.814.000,00**	**3.008.199,00**	**2.728.148,90**	**2.725.143,26**	**280.050,10**
PESSOAL E ENCARGOS	**1.332.856,00**	**1.375.969,00**	**1.313.122,40**	**1.313.122,40**	**62.846,60**
Pessoal e Encargos	1.332.856,00	1.375.969,00	1.313.122,40	1.313.122,40	**62.846,60**
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	**5.400,00**	**2.700,00**	**2.700,00**	**2.700,00**	**-**
Benefícios Assistenciais	5.400,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	-
USO DE BENS E SERVIÇOS	**837.724,74**	**934.037,74**	**737.442,30**	**734.436,66**	**196.595,44**
Material de Consumo	108.459,82	137.180,48	82.235,90	82.235,90	**54.944,58**
Serviços	729.264,92	796.857,26	655.206,40	652.200,76	**141.650,86**
FINANCEIRAS	**56.140,00**	**101.519,00**	**98.737,77**	**98.737,77**	**2.781,23**
Financeiras	56.140,00	101.519,00	98.737,77	98.737,77	**2.781,23**
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-	-
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	**545.008,00**	**551.008,00**	**539.543,80**	**539.543,80**	**11.464,20**
Tributárias e Contributivas	545.008,00	551.008,00	539.543,80	539.543,80	**11.464,20**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**36.871,26**	**42.965,26**	**36.602,63**	**36.602,63**	**6.362,63**
Outras Despesas Correntes	36.871,26	42.965,26	36.602,63	36.602,63	**6.362,63**
DESPESAS DE CAPITAL	**98.000,00**	**243.808,00**	**242.912,91**	**242.912,91**	**895,09**
INVESTIMENTOS	**53.000,00**	**198.808,00**	**197.912,91**	**197.912,91**	**895,09**
Obras, Instalações e Reformas	-	-	-	-	-
Títulos e Ações	-	-	-	-	-
Equipamentos e Materiais Permanentes	45.000,00	198.808,00	197.912,91	197.912,91	**895,09**
Aquisição de Imóveis	8.000,00	-	-	-	-
Intangível	-	-	-	-	-
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	-	-	-	-	-
Empréstimos Concedidos	-	-		-	-
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	**45.000,00**	**45.000,00**	**45.000,00**	**45.000,00**	**-**
Amortização de Empréstimos	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-	-
SUB TOTAL	**2.912.000,00**	**3.252.007,00**	**2.971.061,81**	**2.968.056,17**	**280.945,19**
SUPERÁVIT			**253.219,23**		
TOTAL DAS DESPESAS	**2.912.000,00**	**3.252.007,00**	**2.971.061,81**	**2.968.056,17**	**280.945,19**

Contador Edneu da Silva Calderari
Presidente do CRC/RO

Contadora Aldaisa Pereira de Araújo
CRC/RO nº003364/O

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO			
6.4.1 DESPESAS CORRENTES + CAPITAL	**28.773,52**	**62.449,93**	**27.873,42**	**0,00**	**63.350,03**

Contador Edneu da Silva Calderari
Presidente do CRC/RO

Contadora Aldaisa Pereia de Araújo
CRC/RO nº 003364/O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia, criado pelo Decreto-Lei nº 9.295/46 publicado no Diário Oficial da União em 28/05/1946, com alteração introduzidas pela Lei nº 12.249/10, publicado no Diária Oficial da União em 14/06/19, tem como principais atividades o registro, a fiscalização do exercício profissional e promoção ao programa de educação continuada.
Dotado de personalidade jurídica e forma federativa, funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, Resolução CFC n.º 1.370/2011, com alterações, sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CRCRO nº 186/2003.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2016 são de responsabilidade de sua Administração e foram aprovadas pelo Plenário do CRCRO no dia 17/02/2017, Deliberação CRCRO Nº 000005/2017, processo nº 2017/00000438 e Ata nº 346/2017, após parecer favorável à aprovação da Câmara de Controle Interno do CRCRO.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A partir de 1º de janeiro de 2011 a contabilidade do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia – CRCRO passou a ser elaborada com base no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado por meio da Resolução CFC n.º 1161/09, alinhado as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. As demonstrações contábeis são ainda elaboradas em conformidade ao que regulamenta a Parte V – Demonstrações Contábeis do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

3.1 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1.1 Ativo Circulante:

O Ativo Circulante é demonstrado ao valor de realização, incluindo, conforme aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou no caso das despesas antecipadas, ao custo incorrido.

a) Disponibilidades: Caixa e Equivalente de Caixa:

Certificado de Depósitos Bancários, CDB DI no Banco do Brasil, registrado o valor originário acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço Patrimonial.

Em Reais

Disponível	2016	2015
Caixa e Equivalente de Caixa	**1.972.016,48**	**1.678.528,72**
Bancos Conta Movimento	151.816,65	67.580,27
Bancos Aplicação Financeira	1.820.199,83	1.600.734,30
Disponível para Aplicação Vinculada	0,00	3.210,81

Fonte: Balanços Patrimoniais de 2016 e 2015

b) Créditos a Receber

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de não recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Os procedimentos de reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa estão respaldados nos Princípios de Contabilidade, normatizados pela Resolução CFC nº 1.111/07 e suas alterações, em especial: Oportunidade e Prudência.
A provisão para perda dos créditos a receber de curto prazo foi calculada de acordo com a metodologia proposta pelo Pronunciamento nº 085/2012 da Câmara de Controle Interno do CFC, a qual baseia-se na média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios imediatamente anteriores.
Devido à adoção do princípio da competência para reconhecimento dos créditos a receber a partir do exercício de 2011, a adoção inicial desse procedimento, em 2012, utilizou apenas um exercício (2012). No ano de 2016 utilizou-se a média de inadimplência dos exercícios de 2014, 2015 e 2016, conforme abaixo:

Percentual de Inadimplência Exercícios 2014, 2015 e 2016	
2014 – Percentual de Inadimplência	66%
2015 – Percentual de Inadimplência	65%
2016 – Percentual de Inadimplência	65%
Média dos Percentuais de (2013, 2014 e 2015)/3	**65%**

Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de curto prazo, observe-se a provisão de perda estimada conforme segue:

Em Reais

Créditos a Receber de Curto Prazo	**2016**	**2015**
Créditos do Exercício	620.964,84	532.002,75
Créditos de Exercícios Anteriores	637.591,44	579.920,99
Parcelamentos de Débitos	581.414,70	602.318,27
(-) Ajuste de Perda de Créditos CP	(1.737.556,92)	(1.113.445,26)
Total de Créditos Líquidos	**102.414,06**	**600.796,75**

Fonte: Balanços Patrimoniais de 2016 e 2015

c) Var. Patrimoniais Diminutivas pagos Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o termino do exercício seguinte.

Em Reais

TÍTULOS	**2016**	**2015**
Var. Patrim. Diminutivas pagas antecipadamente	**4.392,07**	**5.375,23**
Seguros de bens móveis e Imóveis	4.365,85	5.275,23
Assinaturas periódicas	26,22	100,00

Fonte: Balanços Patrimoniais de 2016 e 2015

3.1.2. Ativo Não Circulante:

Neste grupo de Ativos estão incluídos os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da entidade, assim como os direitos exercidos com essa finalidade realizáveis no longo prazo.

a) Crédito de Longo Prazo:

Representam os créditos a receber cuja realização provável se dará após o término do exercício seguinte, o que, normalmente, significa que serão realizados num prazo superior a um ano a partir da data do Balanço.
A provisão para perda dos créditos a receber de longo prazo foi calculada pelo método da provisão de perdas a curto prazo, insto é, a metodologia proposta pelo Pronunciamento nº 85/2012 da Câmara de Controle Interno do CFC, a qual se baseia na média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios imediatamente anteriores.
Foram utilizadas em 2015, as médias de inadimplência dos exercícios de 2013, 2014 e 2015, como segue:

Percentual de Inadimplência Exercícios 2014, 2015 e 2016	
2014 – Percentual de Inadimplência	96%
2015 – Percentual de Inadimplência	97%
2016 – Percentual de Inadimplência	97%
Média dos Percentuais de (2014, 2015 e 2016)/3	**96%**

Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de longo prazo, observe-se a provisão de perda estimada conforme segue:

Em Reais

Créditos a Receber de Longo Prazo	**2016**	**2015**
Parcelamento de Débitos	500.045,67	801.037,92
Créditos de Exercícios Anteriores	568.980,78	849.279,33
Divida Ativa Executada	3.606.743,34	3.330.323,01
(-) Ajuste de Perda de Créditos CP	(4.030.720,34)	(4.801.146,00)
Total de Créditos Líquidos	**645.049,45**	**179.494,26**

Fonte: Balanços Patrimoniais de 2016 e 2015

b) Bens Patrimoniais

O Imobilizado do CRCRO está demonstrado pelo custo de construção ou aquisição, com exceção dos bens adquiridos até agosto de 2011, que foram reavaliados em setembro de 2011, sendo seus valores ajustados ao valor de mercado. Os bens são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada.

Em Reais

	2016	2015	Diferença
BENS MÓVEIS			
Móveis e Utensílios de Escritório	147.583,50	147.583,50	0,00
Máquinas e Equipamentos	81.512,78	60.512,78	21.000,00
Veículos	313.046,00	168.000,00	145.046,00
Utensílios de Copa e Cozinha	1.793,00	1.793,00	0,00
Equipamentos de Processamento de Dados	150.325,91	118.459,00	31.866,91
(-) Depreciação Acumulada	-276.735,80	-114.175,08	-162.560,72
Sistemas de Processamentos de Dados	21.996,68	21.996,68	0,00
(-) Amortização Acumulada	4.115,12	-2.135,36	6.250,48
BENS IMÓVEIS			
Edifício Sede	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
Sub-Sede	240.000,00	240.000,00	0,00
Terreno	2.920.000,00	2.920.000,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada	-104.102,40	-83.281,92	-20.820,48

Valores em R$ 1,00

c) Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa 004/2011 do Conselho Federal de Contabilidade.
Os bens adquiridos até dezembro de 2011 foram avaliados e depreciados a partir de 1º de janeiro de 2011, de acordo com a vida útil do bem estabelecida no laudo de avaliação Nº 2.964/2012.
Os bens móveis adquiridos após esta data estão sendo depreciados com base na Instrução de Trabalho do CFC nº 004/2011, conforme a seguir: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha e Veículos (uso administrativo), tempo de vida útil de 10 anos e valor residual de 10%; Equipamentos Processamento de Dados tempo de vida útil de 5 anos e valor residual de 10%, resultando nos saldos demonstrados no quadro aposto no item anterior.

3.1.3. Passivo Circulante

Representado por valores a pagar decorrentes de obrigações trabalhistas, de contração junto a fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, originários de empenhos processados e não pagos até 31/12/2016, de obrigações fiscais de curto prazo e impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros. As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhado a Instrução de Trabalho nº 14/2016 do CFC.

Em Reais

TÍTULOS	2016	2015
Obrigações de Curto Prazo a Pagar	**300.521,36**	**307.900,03**
Encargos Sociais	1.128,97	18.770,63
Obrigações Fiscais	1.169,53	346,76
Depósitos Consignáveis	112,97	8.857,21
Fornecedores	58.666,86	8.141,11
Demais obrigação-Curto Prazo	12.141,09	4.793,06
Provisões de Curto Prazo	226.521,94	194.435,09
Empréstimos de Curto Prazo	0,00	72.556,17
Valores de Terceiros e/ou restituíveis	780,00	0,00

a) Provisões de Férias

A provisão de férias é constituída mensalmente em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridos e proporcionais dos colaboradores do CRCRO, acrescido os respectivos encargos sociais.

Em Reais

Provisões	2016	2015
Provisão de férias	37.629,24	26.575,03
Encargos Sociais	11.801,86	11.801,86
Total das provisões trabalhistas	**49.431,10**	**38.376,89**

b) Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas;

As provisões para Riscos Trabalhistas e Cíveis constituídas ano exercício com base no Relatório de Passivos Contingentes da Assessoria Jurídica do CRCRO. Os valores registrados correspondem aos processos em que o CRCRO é parte e que estão classificados como "provável ou praticamente certo" de perda de acordo o item 3.6.10 do Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs.

Em Reais

Provisões	2016	2015
Provisão para Riscos Trabalhistas	0	0,00
Provisão para Riscos Cíveis	39.400,00	1.626,38
Total das provisões para riscos trabalhistas e cíveis	**39.400,00**	**1.626,38**

c) Provisões de Cota-Parte

A provisão de cota-parte foi calculada conforme orientação do Pronunciamento nº 85/2012 da Câmara de Controle Interno do CFC. Aplicou-se o percentual de 20% sobre os créditos de curto e longo prazo.

Em Reais

2016	A - Saldo Final (Dezembro)	B – Ajuste de Perdas	C – Créditos Líquidos	D - Provisões da cota-parte (D=C*0,20)
Créditos a Receber - CP	1.839.970,98	(1.232.780,56)	607.190,42	121.438,08
Créditos a receber –LP	4.675.769,79	(4.535.496,70)	140.273,09	28.054,62
Total da Carteira	**6.515.740,77**	**5.768.277,25**	**747.463,52**	**149.492,70**

3.1.4 Patrimônio Líquido:

a) Patrimônio Líquido

A situação do Patrimônio Líquido/Social apurado no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 está assim constituído:

Em Reais

TÍTULOS	2016	2015
Patrimônio Líquido	**7.044.468,58**	**6.688.588,15**
Ajuste de Exercícios Anteriores	(19.880,17)	(108.380,00)
Resultado do Exercício	379.013,36	467.499,13
Resultados Acumulados Exercícios Anteriores	6.685.335,39	6.112.709,02

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente.
Ajustes de Exercícios Anteriores são decorrentes de lançamentos de acertos relativos a exercícios anteriores. No exercício de 2016 houve a necessidade dos ajustes de valores com apropriações de cota-parte. Dessa maneira, fez-se necessário a contabilização com os reflexos na conta "Ajustes de Exercícios Anteriores".

4. RESULTADO PATRIMONIAL

Atendendo a Resolução CFC nº 1.111/2007 item 16.1 e a Resolução CFC nº 1.132/08, as receitas e despesas foram registradas pelo regime de competência. No Exercício de 2016 apurou-se um superávit patrimonial de R$ 379.013,36 (trezentos e setenta e nove mil, treze reais e trinta e seis centavos) conforme o regime de competência, aplicado tanto para Despesa quanto para a Receita.

Em Reais

Resultado Patrimonial	2016	2015
Superávit Patrimonial	**379.013,36**	**467.499,13**
Variações Patrimoniais Aumentativas	5.347.986,61	4.719.647,70
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	(4.968.973,25)	(4.252.148,57)

5. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CRC-RO.

Em Reais

TÍTULOS	2016	2015
Superávit Financeiro	**1.804.012,18**	**1.583.626,36**
Ativo Financeiro	2.104.533,54	1.737.319,97
(-) Passivo Financeiro	(300.521,36)	(153.693,61)

6) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O orçamento do CRCRO para o exercício de 2016 foi aprovado por meio da Resolução CRCRO n.° 292/2015, de 23 de outubro de 2015, publicada no DOU, e alterações, de acordo com a legislação vigente. No Balanço Orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as

despesas liquidadas no exercício, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre o total desses valores.

As receitas correntes estão representadas por anuidades, emolumentos com inscrições, expedições de carteiras e certidões, atualização monetária, multas e juros sobre créditos, multa de eleições, multa por infrações, rendimentos de aplicações financeiras e subvenções. Nele, estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas.

As despesas correntes estão representadas por pessoal e encargos, benefícios assistenciais, uso de bens e serviços, financeiras, tributárias e contributivas (tributos, cota parte). As despesas de capital estão representadas pela aquisição de bens do imobilizado.

Em Reais

RECEITAS	2016	2015
Receitas Correntes	**3.221.275,40**	**3.061.536,34**
Receitas de Contribuições	2.156.074,94	1.990,248,59
Exploração de Bens e Serviços	131.064,63	232.925,24
Financeiras	568.541,66	404.674,82
Transferências	164.894,88	213.312,49
Outras Receitas Correntes	200.699,29	220.375,20
Receitas de Capital	**-**	**48.141,40**
DESPESAS	**2016**	**215**
Despesas Correntes	**2.725.143,26**	**2.466.807,99**
Pessoal e Encargos	1.313.122,40	928.137,77
Benefícios Assistenciais	2.700,00	1.034,94
Uso de Bens e Serviços	734.436,66	918.030,51
Financeiras	98.737,77	83.280,37
Transferências Correntes	-	-
Tributárias e Contributivas	539.543,80	510.830,93
Outras Despesas Correntes	36.602,63	25.493,47
Despesa de Capital	**242.912,91**	**285.209,00**
Investimentos	197.912,91	240.209,00
Amortização de empréstimos	45.000,00	45.000,00
Resultado Orçamentário do Exercício	**253.219,23**	**356.880,35**

No Exercício de 2016 o resultado orçamentário foi superavitário na importância de R$ 253.219,23 (duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e dezenove reais e vinte e três centavos).

Porto Velho – RO, 31 de dezembro de 2016.

EDNEU DA SILVA CALDERARI
Presidente
Contador CRCRO-002014/O

MARIA RONEIDE LOPES DO NASCIMENTO
Contadora CRCRO-002535/O

ALDAISA PEREIRA DE ARAÚJO
Contadora CRCRO-003364/O